

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

As Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco: suas incidências em alguns grupos de mulheres

Patrícia dos Santos Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFCG como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração Sociologia, sob a orientação do Professor Dr. Roberto Vêras de Oliveira.

Campina Grande – PB
Agosto/2011

PATRÍCIA DOS SANTOS MELO

As Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco: suas incidências em alguns grupos de mulheres

Dissertação Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Véras de Oliveira (UFCG/ CH/ PPGCS - Orientador

Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva (PPGCS/UFCG) – Examinador interno.

Profa. Dra. Roseli de Fátima Corteletti (UFCG) – Examinadora Externa.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

M528p

Melo, Patrícia dos Santos.

As políticas públicas de emprego, trabalho e renda no pólo de confecções do Agreste de Pernambuco: suas incidências em alguns grupos de mulheres / Patrícia dos Santos Melo. - Campina Grande, 2011.

109f.: il. col.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira.

Referências.

1. Políticas e Práticas Sociais. 2. Política Pública. 3. Aglomerado Produtivo. 4. Confecção. I. Título.

CDU 304.4 (043)

Dedico este trabalho à minha família, e em especial a minha mãe **Joaquina dos Santos Melo**, pelo exemplo de vida e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Toda forma de reconhecimento é uma maneira de agradecer e por isso sou muito grata a Deus pela oportunidade de concretizar mais uma etapa de crescimento e amadurecimento na minha vida . Agradeço a minha família, à ela o meu muito obrigado pelos incentivos, apoio e pela boa fé naquilo que me proponho fazer. Quero aqui de coração agradecer a todos os que se fizeram presente durante toda essa caminhada que certamente seria um pouco mais pesada se não fosse a colaboração de muitas pessoas próximas ou não, mas sempre presentes. Desejo aqui tomar a iniciativa de não citar nomes, pois toda citação torna público alguns e fatalmente omite outros e por esta razão quero apenas dizer que todas as pessoas que acompanharam esse processo foram de fundamental importância independente da sua forma e tamanho da contribuição. Cada pessoa contribuiu dentro de suas possibilidades, alguns de forma mais intensiva, outros de forma mais passiva; uns de longe outros de perto, mas cada um a sua maneira deixou sua contribuição que foi muito válida. Agradeço ainda aqueles amigos mais próximos, testemunhas dos esforços, dificuldades, limitações, inquietações e avanços deste processo que não foi só meu, mas de todo um grupo que busca galgar os degraus do conhecimento. Não posso deixar de agradecer e reconhecer a importância da Universidade Federal de Campina Grande, de seus professores e funcionários, agradeço fortemente.

Em meio a tanto amigos, colegas e parentes quero pedir licença para citar apenas um nome que jamais poderia ser omitido: meu orientador o Prof. **Dr. Roberto Véras de Oliveira**, pela presteza, aprendizado, incentivo e pelo profissional capacitado, dedicado que tem se mostrado cada vez mais disponível aos desafios que a vida acadêmica oferece. Enfim, agradeço a tudo e a todos que embarcaram comigo nesta viagem solitária, porém solidária e, sobretudo, em muitos momentos coletivos, o meu muito Obrigado.

RESUMO

Este estudo busca analisar as Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda- PPETR, com um olhar mais direcionado para a questão de gênero, desenvolvidas no Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco, em especial no município de Santa Cruz do Capibaribe. Esta região se constituiu com base no trabalho informal, precário e a princípio sem a intervenção do Estado. A atividade da “sulanca”, que surgiu na década de 1950, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, conformando uma aglomerado produtivo, hoje passou à denominação de Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco, sendo responsável por uma das maiores movimentações econômicas do Estado. A produção e comercialização de itens de confecção tem se constituído na principal atividade da região do Agreste, gerando fluxos migratórios de pessoas de outras localidades em busca de oportunidades de trabalho. Um misto de dinamismo econômico associado ao trabalho informal e precário constitui um desafio para o poder público, no sentido de pensar políticas públicas de Emprego, Trabalho e Renda que atuem na perspectiva de superar tal condição precária, neste caso com particular destaque para as mulheres. O presente estudo trata das possibilidades ensejadas por tais políticas, mais em particular no município de Santa Cruz do Capibaribe.

Palavras- Chave: Política Pública, trabalho, gênero, aglomerado produtivo, confecção.

ABSTRACT

This study's objective is to analyse the public politics of occupation, working and remuneration in Pernambuco's agreste. We embrace, in this subject, the question relative the social genus in Agreste de Pernambuco's confection. We give special attention to Santa Cruz do Capibaribe edile. The commercial and confection activity "sulanca" began in 1950 that attract many people to region. They arrive to come by new opportunity, but they made only a mixture informal worker and precarius that constitute a productive agregation pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco. This is a dynamic market-place without state intervention that is a challenger to public politics and, in this region, our attention are privileged in the women that are principal object of the economic exploration.

Key-Words: public politics, work, genus, productive agregation, confection

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - falta de Infraestrutura.....	61
Foto 2 - Utilitários Toyotas, que fazem Transporte Alternativo na Região	62
Foto 3 - Moto-taxistas em seus postos de trabalho.....	63
Foto 4 - Mulheres vendendo as colchas de retalhos (Início da feira da sulanca	65
Foto 5 - Artesanato das Mulheres da FEMUP.....	68
Foto 6 - Homens na Costura.....	73
Foto 7 - Carreata da Informática.....	76
Foto 8 - Atividades das Mulheres da FEMUP.....	87
Foto 9 - Palestra sobre Violência Doméstica.....	88
Foto 10 - Mulheres da FEMUP	89
Foto 11 - Uma das Primeiras Costureiras.....	91
Foto 12 - Esquadrão da Beleza	94
Foto 13 - Turma do Curso de Cabeleireiro.....	95
Foto 14 - Entrada da cidade de Santa Cruz	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Analfabetismo em cada Estado segundo o Censo 2010 do IBGE.....	51
Tabela 2 - Número de Homens e Mulheres na Cidade de Santa Cruz do Capibaribe.....	84
Tabela 3 - Escolaridade das Mulheres Entrevistadas	87
Tabela 4 - Faixa Etária das Mulheres Entrevistadas.....	88

LISTA DE QUADRO

Tabela 3 - Mulheres que fazem parte da FEMUP.....	86.
---	-----

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Quantidade de empresa de confecção.....	31
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
AMDE	Agência Municipal de Desenvolvimento
BASA	Banco da Amazônia S/A
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as SECAS
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FADE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEMUP	Feira de Mulheres Produtoras de Santa Cruz do Capibaribe
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FINHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PEQs	Programas de Qualificação Profissional
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação da Mão de obra
PIS	Programa de Integração Social
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNH	Política Nacional de Habitação

PNPM	Plano Nacional de Políticas Para Mulheres
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PPETR	Públicas de Emprego, Trabalho e Renda
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI	Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNHM	Sistema Nacional de Habitação de Mercado
SPETR	Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A CONDIÇÃO PRECÁRIA DO TRABALHO NO BRASIL E NO PÓLO DE CONFECÇÃO DE PERNAMBUCO	19
Breve Contextualização da Formação do Mercado de Trabalho no Brasil	19
1.1 As Condições de Trabalho na Indústria de Confecção no Brasil	23
1.2 As Condições de Trabalho no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco.....	27
1.3 A condição da Mulher Trabalhadora no Brasil, na Indústria de Confecção e no Pólo ..	32
CAPÍTULO 2 – O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E DE GÊNERO NO BRASIL.....	37
2.1 Bases Históricas da constituição das PPETR no Brasil.....	37
2.2. O Marco da Constituição de 1988 e o Desenvolvimento das PPETR nos anos 1990..	42
2.3. Mudanças a Partir do Governo Lula.....	48
2.4 Políticas Públicas de Gênero	54
CAPÍTULO 3 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E DE GÊNERO NO PÓLO DE CONFECÇÃO DO AGRESTE DE PERNAMBUCO.....	59
3.1 Cenário da Pesquisa.....	59
3.2 PPETR e de Gênero em Santa Cruz do Capibaribe: o contexto e seu desenvolvimento	64
3.3 As PPTER do ponto de vista dos atores	69
3.3.1. Os Gestores Públicos e as iniciativas locais de PPTER	71
3.3.2. As Instituições Parceiras e sua participação nas iniciativas locais de PPTER	81
3.3.3. Trabalhadores e Trabalhadoras: suas percepções sobre as PPTER locais.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

Este estudo busca analisar as Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – PPETR, com um foco nas relações de gênero, desenvolvidas no Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco, em especial no município de Santa Cruz do Capibaribe. O interesse é analisar em que essas políticas têm atuado efetivamente no sentido de superar a condição da informalidade vivenciada pelos trabalhadores do Pólo, e de uma forma mais particular as mulheres. O objetivo é discutir em que medida a informalidade se constitui em uma preocupação do poder público municipal e se as políticas públicas relacionadas à problemática do trabalho e da renda, desenvolvidas na região, vêm incidindo mais em particular junto às mulheres que aí atuam, seja como trabalhadoras autônomas, seja como assalariadas.

Neste sentido, são levantados alguns questionamentos: Quais as PPETR existentes na região? Tais políticas estão focadas na questão de gênero? Qual a preocupação do poder público local com a questão da informalidade? As PPETR desenvolvidas na região têm o propósito explícito de combater e superar a informalidade, ou tão somente contemporizam com tal realidade? Qual a percepção das pessoas beneficiadas por essas PPETR? E quanto aos gestores públicos, como as percebem? Se as iniciativas assim consideradas não se mostram consistentes e suficientemente enfáticas no combate à informalidade e precariedade do trabalho no Pólo, como se justificam? Frente a tais questões, o estudo propõe: *Analisar em que medida e com qual efetividade as Políticas Públicas Municipais de Emprego, Trabalho e Renda- PPETR desenvolvidas no município vêm incorporando no seu horizonte objetivos especialmente orientados para melhorar a inserção da mulher no trabalho, em um contexto marcado por forte participação feminina e relações de trabalho permeadas pela informalidade e precariedade.*

Para realizar esta análise busca-se: 1) Indicar, a partir da bibliografia especializada, o caráter de inserção da mulher no trabalho no Brasil, na indústria têxtil e no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco, com foco nas mudanças atuais, 2) Reconstituir a evolução das Políticas Públicas no Brasil e em Santa Cruz do Capibaribe; 3) Construir um quadro sistemático das atuais Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco, com destaque para objetivos, instrumentos e canais, particularmente referidos às mulheres; 4) Buscar apreender como as beneficiárias, gestores e instituições da sociedade civil envolvidas avaliam a aplicação das PPETR na região; Verificar em que medida as Políticas Públicas Municipais de Emprego, Trabalho e Renda do Município

de Santa Cruz de Capibaribe atuam no sentido de superar o caráter desigual, precário e informal de inserção da mulher no trabalho.

A presente pesquisa se fez profundamente informada pela trajetória da pesquisadora. Sou professora de Filosofia do Ensino Fundamental, mulher, militante política, filha mais velha de uma casa com predominância feminina e co-responsável pela “chefia” do lar junto à matriarca da casa. Desta forma, a questão aqui discutida e a perspectiva de gênero que optamos em imprimir-lhe não poderia deixar de ter a ver a realidade por nós vivenciada no cotidiano.

Ao mesmo tempo, o interesse pelo estudo que aqui desenvolvemos nasceu da nossa experiência profissional com PPETR. Com o término da graduação em Ciências Sociais, no ano de 2002, passamos a desenvolver uma experiência profissional, paralela à sala de aula, no âmbito do Projeto DIGNA, desenvolvido pela Agência Municipal de Desenvolvimento – AMDE, autarquia da administração indireta da Prefeitura Municipal de Campina Grande. O projeto mencionado foi uma ação de Política Pública de Qualificação Profissional, desenvolvida entre os anos de 2002 e 2006. Com o fim do Projeto DIGNA, a experiência na gestão pública municipal continuou, na mesma secretaria, com uma participação na equipe técnica de coordenação do setor de Qualificação Profissional da agência citada. Na sequência, assumimos a coordenação do Setor de Cooperativismo da instituição e, em 2008, assumimos a Diretoria de Incentivos, ainda na Prefeitura de Campina Grande, que é responsável por coordenar as atividades da Gerência de Qualificação Profissional, o Setor de Artesanato e ações direcionadas à Economia Solidária, o Setor de Mercados e Feiras, o Telecentro Comunitário e a Gerência de Empreendimentos do Programa de Microcrédito Banco do Povo.

Assim, a experiência com gestão de Políticas Públicas, junto com a função de professora da rede pública municipal de ensino de Campina Grande, já duram 8 anos, o que fez nascer a necessidade de compor a teoria à prática, na tentativa de assim poder contribuir para uma melhor reflexão e formulação de futuras Políticas Públicas voltados à geração de trabalho e renda, com particular destaque para as mulheres.

Outro aspecto importante, quanto ao desenvolvimento do presente estudo, diz respeito à nossa inserção no Grupo de Pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas, vinculado ao PPGCS/UFCEG, o qual vem, por pelo menos 4 anos, articulando estudos sobre diversas dimensões da problemática atual do trabalho.

Assim informada, me voltei para a realidade do Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco, marcado contraditoriamente por uma elevada taxa de ocupação e, ao mesmo tempo, por um padrão historicamente precário de relações de trabalho, no qual a

informalidade é seu principal traço característico. Um primeiro contato com a realidade do referido Pólo impressiona pelos contrastes: um exuberante dinamismo econômico convive com a precariedade nas relações de trabalho; a introdução de processos cada vez mais modernos de produção combina-se com formas de organização produtiva e do trabalho marcadamente familiares, domiciliares e baseadas na subcontratação; um processo, assim marcado por tanta precariedade e ausência de uma ação mais consistente por parte dos poderes públicos, contrasta com a predominância de um ambiente de naturalização de tais condições¹.

À precariedade das relações de trabalho, associam-se, no contexto do Pólo de Confecções, uma notória questão de gênero, uma flagrante dinâmica familiar em torno da produção, baixos níveis de escolaridade, uma grande participação de crianças no trabalho, a precocidade da juventude em constituir famílias e reproduzir o mesmo sistema. Frente a tal situação, coloca-se o desafio de compreender qual o papel do Estado em todo esse contexto, uma vez que ele pressupõe a garantia de igualdade de direitos e bem estar social aos cidadãos, além de elaborar mecanismos de equilíbrio social em diversas áreas. Nos interessa, mais em particular, identificar e analisar as iniciativas do Poder Público, no plano local, voltadas a atuar sobre essa dinâmica sócio-econômica, de relações de trabalho, com um foco nas suas implicações para as relações de gênero.

Na região, a atividade de costura não é uma tarefa apenas feminina, mas de todo o grupo familiar, onde homens, mulheres e crianças desenvolvem atividades de forma quase indistinta, tendo como diferença o fato da forte liderança feminina, que atua de forma incisiva e dinâmica, como aponta estudos de Lima e Soares (2002). Esse processo de desenvolvimento da região começou na década de 50, com um trabalho ainda insipiente de mulheres que queriam complementar a renda doméstica costurando e vendendo peças feitas com retalhos. Essa iniciativa das mulheres transformaria mais tarde a região, agora conhecida em todo país pelo seu desenvolvimento no setor de vestuário.

Para melhor situarmos o Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco na atualidade, é preciso contextualizar algumas fases de seu desenvolvimento, ao mesmo tempo relacionando-o com os movimentos mais amplos de transformações das relações de trabalho ocorridos nas últimas décadas, no país e em âmbito mundial.

As crises econômicas vivenciadas nos últimos tempos, no Brasil, especialmente a partir dos anos de 1990, vêm ocasionando várias mudanças no mundo do trabalho e

¹ O que foi observado também por Lima e Soares (2002).

contribuindo para a expansão de variadas formas de relações de trabalho. Dessa forma, a *reestruturação produtiva*, ao implicar na introdução de novas tecnologias e de novos métodos de gestão nas empresas, teve ao longo da década de 1990 importantes repercussões nas formas de organizar o trabalho e no perfil dos trabalhadores e trabalhadoras. Impõe-se uma tendência ao desemprego e à flexibilização do trabalho e, como consequência disso, à precarização e informalização das relações de trabalho. Essa realidade dá espaço a uma diversificação, heterogeneização, ainda maior nas formas de relação de trabalho: trabalho formal, cooperado, informal, terceirizado e subcontratado, domiciliar, entre outros. Nos termos de Márcio Pochmann (1999), a flexibilização das relações de trabalho ocorre, no caso brasileiro, agravando um quadro histórico já profundamente marcado pela flexibilidade, precariedade, segmentação formal-informal.

Neste cenário de variadas formas de relações de trabalho, com uma grande dominância da informalidade e uma notória existência da precarização, situa-se historicamente a formação do Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco. Este surgiu na década de 1950, como alternativa à geração de ocupação e renda para a população e principalmente para o público feminino, já que essa atividade começou com o trabalho informal e precário de mulheres costureiras, que aproveitavam tecidos e retalhos para confeccionar peças pequenas a custo irrisório, de modo a poder assim conseguir complementar a renda familiar. Hoje, essa produção ganhou grande dimensão, pois conseguiu avançar para outras localidades, envolvendo cada vez maiores contingentes da população local, transformando a região em um dos maiores complexos de produção em confecções do país, com uma vasta abrangência comercial e uma grande significância econômica para a região do Agreste e para o Estado de Pernambuco, uma vez que a maior parte da produção local atravessa a fronteira estadual e abastece muitos municípios de todo País, como aponta Veras de Oliveira (2011). Trata-se de um quadro que desafia os poderes públicos, nas três esferas, a desenvolver políticas públicas que, de um lado, promovam o desenvolvimento do Pólo como gerador de renda e de trabalho para a região e, de outro lado, atuem sobre as questões sociais daí resultantes.

Diante da crise econômica vivenciada pelo país na década de 90, a ocupação informal aumentou de maneira significativa, e neste contingente é expressiva a quantidade de mulheres desenvolvendo atividades mais vulneráveis no mercado de trabalho, o que segundo Ricardo Antunes (2000) tem possibilitado a intensificação da exploração da força de trabalho como um todo. Essa situação indica que, apesar dos avanços e das conquistas obtidas pelas mulheres ao longo da história, ainda existe uma ampla desigualdade nas relações de trabalho entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que as formas de discriminação referidas a

gênero se renovam com as novas estratégias do capital. É comum observar-se, historicamente, a presença de mulheres desenvolvendo atividades semelhantes às dos homens, mas com remunerações inferiores e condições pouco favoráveis, vivenciando intensos processos de precarização de sua força de trabalho. Ao mesmo tempo, a profunda alteração provocada pela globalização da economia tem agravado as já existentes desigualdades de gênero. Essa discriminação se constitui como elemento dramático neste processo, gerando diferentes impactos para as mulheres, mesmo considerando-se que neste período houve um crescimento importante da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho (Lima, 2004).

No Pólo de Confecção de Pernambuco, a presença feminina na produção e comercialização de seus produtos se faz em muito a partir do caráter predominantemente familiar, domiciliar e informal de suas atividades. Em se tratando da precarização do trabalho e de relações de trabalho informais para o público feminino, temos uma particularidade no Pólo: existe grande quantidade de homens realizando tarefas usualmente realizadas por mulheres, a exemplo da costura. Por outro lado, grande parte dos fabricos domiciliares e facções são chefiados por mulheres, o que caracteriza um ponto relevante em relação ao processo produtivo².

Para contextualizar, no que se refere às PPETR, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a jornada de trabalho de 44 horas semanais, a remuneração das horas extras em valor 50% superior ao salário base, o bônus de um terço do salário nas férias, a ampliação da licença-maternidade para 120 dias, a licença-paternidade para 5 dias, a proteção do emprego frente à automação, além de ratificar direitos já conquistados como o seguro-desemprego, instituído em 1986. Partindo dessa premissa, a partir da Constituição de 1988, vêm sendo criadas e/ou aperfeiçoadas políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda no intuito de diminuir as desigualdades sociais.

As PPETR foram constituídas, no país, tardiamente, pois só a partir de 1975 foi implementado o Sistema Público de Emprego – SINE. Isso, embora já existissem algumas iniciativas de proteção ao trabalhador desde 1943, quando foi promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, a qual reuniu todas as normas que regulamentavam o trabalho, os sindicatos e a Previdência Social (BARBOSA; MORETO, 1998). A princípio, segundo Graça Druck (1999), as primeiras iniciativas em se tratando de políticas públicas foram implementadas de forma precária, estiveram focadas mais na indenização do trabalhador que

² Ver também estudo de Elaine Maurício Bezerra, “O Trabalho das Mulheres do Cariri Paraibano para as facções do Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco” (o qual também foi realizado no âmbito do Mestrado, no PPGCS/UFPG, sendo concluído simultaneamente a este).

era demitido, ao invés de orientadas para a proteção efetiva do desempregado. Porém, essas iniciativas foram o primeiro passo para que efetivamente se começasse no País as discussões sobre melhorias sociais e políticas públicas sociais. O presente estudo contempla uma abordagem sobre as Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda e novos desafios das políticas públicas específicas para mulheres no Brasil, bem como sua repercussão dentro dos municípios e, em especial, do município de Santa Cruz de Capibaribe-PE.

Partindo da premissa de que as políticas públicas vêm passando por constante processo de reestruturação desde sua criação e que ainda carecem de muito investimento, para que possam dar conta das tantas demandas dos Estados e municípios, nos propomos a compreender e analisar essa constante dinâmica no município de Santa Cruz do Capibaribe, vislumbrando captar qual a incidência dessas políticas para as mulheres da região, frente aos novos desafios do mundo do trabalho, diante do contexto de informalidade, precarização, pouca cultura de organização sindical e ação do Estado na região.

Com vistas a levar a cabo esse esforço de pesquisa, lançamos mão de um conjunto de procedimentos metodológicos, os quais consideramos complementares entre si, de modo a atuar sobre dimensões diversas da problemática em estudo. Do ponto de vista da perspectiva metodológica, tais procedimentos foram aqui orientados por uma abordagem de tipo qualitativa, “entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 1996, p. 10).

Em um primeiro momento, nos detemos em uma *pesquisa bibliográfica* junto a autores que contemplem estudos sobre Sociologia do Trabalho, informalidade, precarização do trabalho, reestruturação produtiva, estudos sobre gênero, políticas públicas, entre outros temas correlatos. Na sequência, nos voltamos para a *observação direta*, desenvolvida por meio de sucessivas visitas a fabricos, fábricas, facções, o Moda Center (centro comercial de produtos de confecções de Santa Cruz do Capibaribe, repartições públicas locais, entre outros espaços, com o objetivo de observar a produção, as diversas formas de relação de trabalho estabelecida no município, bem como fazer um registro dessas atividades através de fotos e conversas com os líderes dos estabelecimentos, assim como os gestores públicos. Concomitantemente, desenvolvemos uma *pesquisa documental* na base de dados oficiais da Prefeitura do Município, além de outras instituições com envolvimento com as políticas públicas locais referidas à problemática do trabalho e da geração de renda. Buscamos, inicialmente, realizar um amplo levantamento das políticas públicas desenvolvidas com tal

fim e poder identificar em que bases vêm sendo desenvolvidas (objetivos, processos de implementação, públicos beneficiados, avaliações). A etapa seguinte consistiu na realização de *entrevistas*, visando aprofundar o levantamento de informações sobre o desenvolvimento dessas políticas, mas sobretudo buscando apreender as percepções dos atores diretamente envolvidos com sua implementação, de modo a com isso ter elementos para uma análise mais substantiva sobre as mesmas.

Por fim, de posse dos elementos obtidos através do contato com outros estudos e com a pesquisa de campo, e uma vez formulados alguns parâmetros para a interpretação das informações, passamos à análise sobre o desenvolvimento das PPETR desenvolvidas no âmbito local, no município de Santa Cruz do Capibaribe.

Os resultados da análise os apresentamos a seguir. O presente texto está dividido em três capítulos, mais esta introdução e algumas considerações finais. No primeiro capítulo, traçamos um panorama sobre a condição precária do trabalho no Brasil, com um foco na indústria de confecções, histórica e atualmente, assim como sobre como se apresenta tal problemática no âmbito do Pólo de Confecção de Pernambuco. Procuramos, ainda, realçar a situação contextual do trabalho da mulher em nível nacional e local. O segundo capítulo aborda a trajetória de desenvolvimento das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, no Brasil, com enfoque de gênero. Para isso, resgatamos as bases históricas de constituição das PPETR e o marco da Constituição de 1988, assim como, na seqüência, passamos a discorrer sobre o desenvolvimento das PPETR nos anos 90 e suas mudanças a partir do governo Lula. O terceiro capítulo aborda sobre como se apresentam as PPETR no Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco, identificando as principais ações aí implicadas, os agentes sociais e políticos envolvidos no processo, bem como o desenvolvimento e implementação dessas políticas no município, por fim buscando realçar algumas limitações e possibilidades dessas políticas no município.

CAPÍTULO 1 – A CONDIÇÃO PRECÁRIA DO TRABALHO NO BRASIL E NO PÓLO DE CONFECÇÃO DE PERNAMBUCO

Breve Contextualização da Formação do Mercado de Trabalho no Brasil

Falar da origem da indústria no Brasil, necessariamente requer que se pense na economia cafeeira desenvolvida no país durante o século XIX e parte do século XX, pois foi ela quem deu suporte para o surgimento da indústria do país. No final do séc. XIX e início do XX, mesmo com investimentos de parte da renda do café, as indústrias brasileiras ainda funcionavam quase que como oficinas artesanais, porque nesse período o país importava os bens de produção, matérias-primas, máquinas, equipamentos e grande parte de bens de consumo elaborados industrialmente. No início do séc. XX a industrialização ainda era incipiente, com maiores investimentos feito no café e outras atividades agrícolas, privilegiando a agricultura exportadora, porém os efeitos da quebra da bolsa de Nova York sobre a agricultura cafeeira e as mudanças geradas a partir da revolução de 1930, nos termos de Barbosa (2003), modificaram o eixo da política econômica que assumiu caráter mais nacionalista e industrialista.

A economia brasileira até o final dos anos 1920 caracterizou-se pela predominância agroexportadora. Com a crise de 1929 e a subida de Getúlio Vargas ao poder, o processo de industrialização foi impulsionado e nesse momento começou a se desenhar a passagem de um modelo agroexportador para um modelo urbano-industrial. Porém, segundo Oliveira (1987), essa passagem não se deu de forma abrupta, porque houve uma convivência complementar, onde o industrial dependia do modelo anterior para se desenvolver. O modelo de industrialização adotado pelo país foi o de *substituição de importações*, voltando-se para gradativamente ir constituindo-se internamente as condições de se atender as demandas do mercado interno. Nesse sentido, Lipietz (1989, p.309) diz que na época a “estratégia era proceder à acumulação das receitas das exportações primárias na indústria de bens e consumo, pela aquisição de bens de capital no centro e proteção a essas indústrias nascentes mediante fortes barreiras alfandegárias”. Para Oliveira (1987), evidenciar-se a política de substituição de importações, ocorrido a partir da década de 1930, como resultado do contexto externo, seria tomá-la em termos reducionistas, visto que anteriormente existiram crises nas relações externas que causaram um vazio nas relações internas e esse vazio não foi suprido de pronto com ações industrializadoras. Para haver o desenvolvimento industrial naquele momento foi necessário haver a conjugação de fatores diversos, que o desencadeassem:

[...] a crise cambial encarece os bens até então importados e, no limite, a não-disponibilidade de divisas e a II Guerra Mundial impedem, até do ponto de vista físico, o acesso aos bens importados; isso dá lugar a uma demanda contida ou insatisfeita, que será o horizonte de mercado estável e seguro para os empresários industriais que, sem ameaça de competição, podem produzir e vender produtos de qualidade mais baixa que os importados e a preços mais elevados. Posteriormente, a adoção de uma clara política alfandegária protecionista ampliará as margens de preferência para os produtos de fabricação interna [...] (OLIVEIRA, 1987, p. 25-26)

Neste sentido, a industrialização brasileira, no seu processo de desenvolvimento, passou por algumas etapas. A primeira etapa (1822-1930) foi um período de reduzida atividade industrial dada a característica predominantemente agroexportadoras da economia do país. Nessa fase, segundo Barbosa (2003), ocorreram dois fatores que facilitaram a industrialização futura: a abolição da escravidão e a entrada de imigrantes que serviriam de mão-de-obra assalariada. Na etapa seguinte (1930-1940), para reproduzir a força de trabalho se investiu na produção de bens de consumo não duráveis. Logo em seguida, no período de (1940-1950), ampliaram-se os investimentos na indústria de produção de bens duráveis, bens intermediários e bens de capital, fase na qual o Estado teve um papel decisivo. A fase correspondente ao período 1960-1970, mesmo ainda em uma economia relativamente fechada, contou com investimentos do capital multinacional para a implantação da indústria de produção de bens duráveis. No Brasil o processo de industrialização foi iniciado com a produção de bens de consumo não duráveis, no intuito de viabilizar uma acumulação, que, segundo Oliveira (1987), só ocorreria produzindo internamente os bens que determinariam o custo da reprodução da força de trabalho em patamares rebaixados.

As primeiras fases do processo de industrialização no Brasil contaram com a introdução do *taylorismo*, que primeiro foi absorvido pela administração pública, o que deu um sustento e base para sua implementação no setor privado, quando o modelo de substituição de importações foi sendo implantado no país (DRUCK, 1999). Tais referências foram sendo incorporadas com o objetivo de racionalizar o trabalho e, segundo Druck (1999), como forma de conter movimentações políticas, greves dos trabalhadores, que começavam a ganhar importância naquele momento. O objetivo principal era garantir o avanço do processo industrial. Um padrão de relações de trabalho, na era industrial da economia brasileira, foi sendo estabelecido, tendo, de um lado, as primeiras referências nos métodos *tayloristas* e, de outro, contando com todo o arcabouço jurídico e político estabelecido a partir de uma forte intervenção do Estado, que instituiu uma detalhada legislação trabalhista. Getúlio Vargas, o então presidente, segundo Druck (1999, p.57), utilizou a aplicação da nova legislação trabalhista com objetivo de regulamentar o mercado de trabalho, garantir a reprodução da força de trabalho e ainda impor limites às práticas empresariais.

Dessa maneira, a base para o desenvolvimento da acumulação industrial nas empresas foi criada pela intervenção do Estado na economia que, segundo Oliveira (1987), além de regular o trabalho, tornou-se o centro do sistema, uma vez que transferia recursos para a empresa industrial até o momento em que o novo modelo econômico ganhasse sustentabilidade e autonomia. Enquanto o processo industrial ganhava corpo, a agricultura supria as necessidades de bens de consumo através do subsetor dos produtos de exportação, que também atendia às necessidades do setor urbano, conseguindo estagnar os preços dos alimentos e contribuindo para o processo de acumulação urbano-industrial. Essa parceria urbano-rural e o movimento entre os dois sistemas econômicos deram condição ao crescimento e contribuíram para a formação do *exército industrial de reserva*, por meio da formação de um grande contingente populacional das cidades, além da garantia do fornecimento de alimentos para a reprodução dessa força de trabalho. Segundo Oliveira (1987, p. 26), se referindo ao valor dos bens de consumo básico, particularmente dos alimentos,

O preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, que combinou esse elemento com o próprio volume de oferta de força de trabalho urbano, para rebaixar o preço desta.

O período de 1950-1979 se constituiu na fase de maior crescimento industrial do país, tendo como base a aliança entre o capital estatal e o capital estrangeiro. O governo de Juscelino Kubitschek deu início à chamada internacionalização da economia, ao promover a entrada, no país, de empresas multinacionais, notadamente do setor automotivo. O processo iniciado por JK teve continuidade durante a ditadura militar. A instalação da indústria automobilística trouxe para o país elementos do *padrão fordista* de organização produtiva. Mais uma vez a ação do Estado foi decisiva. Para Druck (1999), o Estado, por meio do controle que exercia sobre os sindicatos (especialmente a partir da implantação do Regime Militar), atuou de modo a fazer com que os trabalhadores se adequassem e não rejeitassem o novo padrão.

Nesse momento, o processo urbano-industrial, além das unidades fabris, abrangia também o setor de serviços, que se expandiu em bases complementares àquela, fornecendo-lhe os serviços necessários à sua expansão. Para Oliveira (1987), um dado muito relevante quanto isso diz respeito ao fato de que os serviços não se desenvolveram em termos propriamente de uma produção capitalista, visto que os escassos capitais reunidos no país foram concentrados na indústria. Coube aos significativos contingentes de trabalhadores recém chegados do campo a iniciativa de constituir formas de trabalho autônomo, auto-

emprego, pequenos negócios, em geral informais e precários, com o fim de suprir as necessidades de serviços que o crescimento industrial e urbano foram colocando, a exemplo do comércio ambulante, oficinas de reparação, sistemas de transporte, etc.

Esse é um dado importante para a compreensão da dinâmica das relações de trabalho no país, especialmente para o caráter dicotômico que o informou historicamente: rural-urbano, formal-informal; qualificado-não qualificado, serviços-indústria, nortistas-sulistas, homem-mulher, negro-branco etc. O padrão fordista de industrialização no Brasil foi, assim, aplicado de forma incompleta, restringindo benefícios sociais e não efetivando o *Estado de Bem-Estar Social*, porque foi incapaz de promover para a maioria da população uma efetiva integração ao mercado de trabalho e de consumo. Druck (1999) diz que, mesmo com a consolidação de um fordismo precário, o país ainda assim se modernizou porque houve mecanismos que viabilizaram esse processo, especialmente com a intervenção do Estado como instrumento centralizador e autoritário. Neste sentido, o processo de desenvolvimento industrial não trouxe para o trabalhador uma dinâmica de elevação da remuneração, com a incorporação nos salários de ganhos de produtividade, em termos diversos do que ocorreu nos países centrais. Assim a classe trabalhadora, num movimento de resistência, denuncia o pacto populista e assume uma atuação política que, segundo Oliveira (1987), fez com que estes trabalhadores se unificassem numa interligação entre operários, empregados, funcionários públicos e trabalhadores rurais. Tal unificação, no começo dos anos 1960, colocou em xeque o modelo de acumulação. Era preciso encontrar novos mecanismos que garantissem a reprodução do sistema produtivo. A ditadura militar foi a garantia de um novo ciclo de acumulação, o qual se estendeu até o final dos anos 1970.

Ao final desse período o Brasil começa a sofrer os impactos da crise mundial do padrão taylorista-fordista de acumulação de capital. Assim, com o enfraquecimento do modelo econômico vigente, o Brasil gradativamente vai incorporando um novo padrão tecnológico-organizacional denominado de *acumulação flexível* (Harvey, 1992), o qual teve como uma de suas principais expressões o *modelo japonês*. Para Druck (1999), tal modelo resultou de uma “estratégia empresarial à mobilização operária intra e extra fabril” (DRUCK, 1999).

A partir da década de 1980, a implementação do *padrão flexível* se estabelece a partir da introdução das noções de *programas de qualidade total*, *just-in-time*, *produção enxuta*, *polivalência*, *trabalho em equipe*, *grupos semi-autônomos*, entre outras, com destaque para a indústria automotiva (DRUCK, 1999). A etapa seguinte se deu no início da década de 1990 com a adoção da prática de terceirização, que externaliza as atividades, bem como com a

difusão da cultura da qualidade para os setores produtivos de bens e serviços. A adoção de um novo modelo de processo produtivo (*padrão flexível*) trouxe como uma de suas principais conseqüências, do ponto de vista dos trabalhadores, a *flexibilização* das relações de trabalho, levando ao crescimento do desemprego, à heterogeneização das relações de trabalho, ao crescimento da informalidade, á precarização do trabalho.

Pochmann (1999) enfatiza que a desestruturação do mercado ocorreu, no país, especialmente nos anos 1990, em função da abertura de mercado à economia mundial, nos termos impostos pela globalização hegemônica, favorecendo o incremento da reestruturação produtiva, a terceirização, as privatizações, a crise do emprego, o incremento da informalidade. A flexibilização das relações de trabalho no Brasil, trazida com as transformações recentes impostas ao mundo do trabalho, em termos mundiais, agravou um quadro historicamente constitutivo do padrão brasileiro de conformação do mercado de trabalho.

1.1 As Condições de Trabalho na Indústria de Confecção no Brasil

O processo de industrialização do Brasil passou por várias fases e nesse contexto a indústria têxtil se fez presente desde os primórdios de tal processo. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT (2008), em 1864 já existiam no Brasil 20 fábricas funcionando. Nas décadas seguintes, que antecederam a I Guerra Mundial, já havia 200 fábricas, totalizando 78.000 trabalhadores no setor têxtil. Com o fim do conflito mundial, no final da década de 1920, foram retomadas as importações de tecidos e novamente diminuiu a atividade na indústria têxtil brasileira, isso diante da dificuldade da concorrência com similares que eram trazidos do estrangeiro e vendidos no Brasil a preços inferiores. Com a crise econômica de 1929 o setor têxtil retoma o crescimento e a capacidade de importação foi reduzida, levando à adoção gradativa, pelo Estado, de política de substituição de importados pela produção interna, de modo a atender ao abastecimento interno. Foi nesse período que o ramo têxtil conseguiu se ampliar. Segundo Szmrecsanyi (2002), a industrialização começou a ocorrer de forma espacialmente descentralizada, mas não tardou a concentrar-se no Centro-Sul país.

O processo de industrialização do Brasil, por algumas décadas, foi fortemente marcado pela presença da indústria têxtil e esta durante muito tempo foi o principal ramo de atividade no país. Seu momento áureo situou-se por volta dos anos 1950, quando os altos investimentos nos segmentos de bens de consumo duráveis e em bens de capital, foi

produzindo um deslocamento gradativo do setor têxtil e de confecções para um plano secundário. A crise econômica de 1990 e o processo de abertura comercial iniciado no governo Collor levaram a indústria de confecção a sofrer um dos seus piores reveses, com uma entrada maciça de produtos importados, especialmente tecidos e roupas a preços baixos. Amorim e Araujo (1999) defendem que todo esse processo provocou a redução da produção e levou muitas empresas a decretarem falência. Diante das novas condições econômicas impostas e de um declínio das atividades do setor têxtil, muitas empresas começaram a buscar alternativas. É quando se inicia um processo de reestruturação do setor de confecção, o qual implicou também em um movimento de reespecialização. A principal estratégia consistiu na busca de um rebaixamento dos custos com mão de obra. Note-se que:

[...] Esta é uma indústria intensiva em mão-de-obra, cuja etapa principal do ciclo produtivo, a costura, absorve 80% do trabalho vivo, que tem alta participação no custo total, porém a indústria de confecção ainda se estrutura no binômio máquina de costura e costureira [...]. (AMORIM e ARAUJO, 1999, p. 278).

Neste contexto, a característica central do movimento de reestruturação do setor têxtil dos anos 1990 é a terceirização, que se difundiu em meio às inovações tecnológicas e gerenciais empregadas. O setor do vestuário, que engloba confecções e calçados, caracteriza-se pela heterogeneidade e diversidade de seus processos produtivos ditados pela sazonalidade de demanda (ABREU, 1986). Apesar das inovações tecnológicas, normalmente restritas a grandes unidades produtivas, a costura propriamente dita constitui-se, segundo Lima (2005), em um “gargalo” de produção, exigindo a utilização de grandes contingentes de força de trabalho em razão da multiplicidade de tarefas requisitadas conforme a peça realizada. Com isso, as grandes unidades fabris trabalham com produtos que exigem maior detalhamento com pequenas e médias unidades fabris, ou com uma infinidade de ateliês domiciliares, que possibilitam a flexibilidade produtiva exigida pelo mercado e pelas variações da moda. De acordo com Jacob Lima:

Essas unidades menores podem ou não trabalhar de forma terceirizada e, no seu conjunto, respondem pelo maior contingente de trabalhadores empregados. A relação imediata máquina de costura-operador ainda é predominante no processo produtivo, o que torna o trabalho intensivo uma característica do setor, apesar do avanço das inovações tecnológicas. A subcontratação de trabalhadores domiciliares que realizam tarefas específicas por encomendas é tradicional nesse ramo produtivo, e a novidade, se assim pode ser considerada, estaria na mobilidade espacial das grandes indústrias em busca de menores custos para atender a um mercado cada vez mais globalizado, assim como na utilização de formas de terceirização, até então pouco usuais (LIMA, 2005, p. 95).

A chamada “era Collor”, nos anos 1990, marcou a entrada do país nos tempos neoliberais da economia globalizada. O parque industrial brasileiro passou por um processo

de reestruturação para se adaptar às exigências impostas pelo processo de globalização dos mercados. A busca da competitividade, através da modernização tecnológica, da qualidade, da redução de custos, implicou redução significativa do emprego industrial, a desnacionalização de setores, o encerramento de unidades fabris e a desconcentração espacial da produção. A busca de menores custos – leia-se mão-de-obra barata e pouco organizada– tem se refletido no aumento da mobilidade espacial das empresas para outras regiões do país. Segundo Lima (*apud* Guimarães Neto (1995), o movimento de desconcentração teve início no final da década de 1970, por meio da transferência de capitais sobretudo privados das regiões mais industrializadas para regiões com menor evolução industrial. Essa articulação comercial entre as várias regiões do país foi caracterizada pela atuação de projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE³, que incentivaram a implantação de grandes unidades fabris nas regiões onde estas instituições atuavam. Segundo dados da SUDENE (1997), nesse período, o Nordeste alcançou taxas superiores à média nacional, porém a política de industrialização regional na década de 1980 aos poucos foi se esgotando e a formação de distritos industriais, sob orientação da SUDENE, próximos às capitais dos estados, passaram a desenvolver políticas próprias para atrair novos investimentos que resultaram na instalação de novas fábricas. Essa nova configuração de interiorização industrial cria um dinamismo na produção que abre margem para a produção terceirizada, que:

[...] possibilita o desenvolvimento da produção por meio de unidades com várias configurações, desde pequenas unidades familiares até grandes unidades fabris; por ser de baixo valor agregado e de fácil instalação, permitindo uma desregulamentação e grande flexibilização do trabalho; permite a subcontratação até em unidades residenciais, de baixo custo de implantação [...] (LIMA, 2009, *apud* LIMA, 2005).

Elementos como *subcontratação e trabalho em domicílio* se tornam estratégias utilizadas pelas empresas de confecções. Segundo Amorim e Araujo (1999), essas estratégias são utilizadas independente do tamanho e posição no mercado, com o objetivo de reduzir custos e aumentar a capacidade produtiva. Gazzana (1997) afirma que empresas do setor investiram na modernização tecnológica nas fases de desenho, modelagem, entre outros, mas adotavam métodos de gestão de qualidade de forma parcial como o programa “5S⁴”, sem entretanto alterar a forma substancial da organização e a forma de gestão do trabalho. Por outro lado, a subcontratação, nas suas mais variadas formas, passou a ser incorporada como

³ Criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959,

⁴ O 5S é uma ferramenta de trabalho que permite desenvolver um planejamento sistemático de classificação, ordem, limpeza, permitindo assim de imediato maior produtividade, segurança, clima organizacional, motivação dos funcionários e consequente melhoria da competitividade organizacional.

instrumento central de aumento da produtividade e na maioria dos casos a estratégia é usada para reduzir encargos trabalhistas, reforçando a informalidade e precarizando a força de trabalho. A utilização do trabalho precário é uma forte característica da cadeia têxtil-vestuário, em especial da confecção, apesar de movimentos de resistência nos âmbitos nacional e internacional. Mesmo com incansáveis campanhas em defesa dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores contra práticas precárias de trabalho no Brasil e no mundo, esse quadro parece não ter se reduzido significativamente. Na análise de Lupatini (2004), contra essas práticas de trabalho, muitas vezes as próprias multinacionais adotam, em seus discursos, códigos de conduta para romper com esse tipo de ações, mas na realidade, não raro, permanecem utilizando-as. De acordo com o autor, no Brasil, empresas de grande porte usam o argumento de que grandes compradores mundiais exigem a não utilização de formas precárias de trabalho, entretanto, segundo Lupatini (2004), nada garante que estas práticas não sejam usadas pelos subcontratados ou pelas contratadas das subcontratadas, como trabalho domiciliar, por exemplo. Sobre a produção no setor do vestuário, Lupatini diz:

Em 1990 a região Nordeste era responsável por 13,3% da produção nacional têxtil-vestuário, saltando para 20,6% em 2001, a região Sul aumentou em torno de dois pontos percentuais sua participação, enquanto a região Sudeste reduziu de 56,8% para 47,5% entre 1990 e 2001. Quando se olha o emprego, observa-se o mesmo movimento, comum elemento adicional, a região Sul ganha participação de forma mais pronunciada. Do ponto de vista dos segmentos, o de confecção da região Sudeste foi o que mais se reduziu, em termos relativos, de 81,04% em 1991 para 59,22% em 2001. Já o inverso aconteceu com as regiões Sul e Nordeste. A participação do Nordeste no emprego do segmento de confecção brasileiro aumentou em torno de 2,5 vezes e a da região Sul quase 2,0 vezes (LUPATINI, 2004, p. 28).

A citação acima mostra o quanto a distribuição espacial da indústria têxtil e de confecções se modificou no Brasil, especialmente na década de 1990. Em geral, ocorreu um momento de migração de plantas industriais do Sudeste para o Nordeste do país, sobretudo motivado pela busca por menores custos da força de trabalho, ao que se somaram os incentivos fiscais, como analisa Lupatini (2004). Segundo o autor, o uso intensivo da mão-de-obra faz com que esse processo de deslocamento aconteça nas áreas em que o salário pode ser pago a preços menores. Portanto, na constatação de Lupatini (2004), o processo de realocação da produção do setor têxtil e vestuário sofreu influência da projeção de maiores ganhos, redução de custos e busca do aumento da produção. Essa realocação geográfica passou a ser uma estratégia central dentro do padrão atual de *flexibilização* das relações de trabalho, uma vez que a junção de mão-de-obra barata, produção em grande escala e trabalho precarizado resultou em grandes ganhos para o capital.

1.2 As Condições de Trabalho no Pólo de Confeccões do Agreste de Pernambuco

Para falar sobre o trabalho do Pólo de Confeccão de Pernambuco, é preciso olhar um pouco atrás, em décadas passadas, para entender o contexto de desenvolvimento da região Nordeste, região esta marcada pela seca, por um processo tardio de industrialização e pela grande população carente de oportunidades e políticas públicas de desenvolvimento local. Desse modo, no decorrer de algumas décadas, o Estado foi intervindo e criando alguns mecanismos que visavam favorecer o crescimento dessa região, que sempre teve a seca, no discurso oficial, como um dos seus principais problemas. Para atuar sobre isso, Andrade (1986) informa que foi criada no ano de 1907 a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, conhecida como Departamento Nacional de Obras contra as SECAS – DNOCS, que de certa forma só beneficiou grandes proprietários e não a população como um todo. Outra ação do Estado, em destaque, foi a abertura de rodovias que ligavam cidades do litoral ao sertão, no intuito de agilizar a entrega de produtos, alimentação e ajuda na época de grandes secas. O autor enfatiza que com o intuito de modernização do sertão, em 1948, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco– CODEVASF, com objetivo de recuperar o Vale do São Francisco e construir hidrelétricas para abastecer o Nordeste com energia.

Em 1952 foi criado o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, com o objetivo de desenvolver o crédito, de modo a fomentar a agropecuária e a indústria. Em 1959, o passo mais ambicioso foi dado com a criação da SUDENE, no âmbito do governo de Juscelino Kubistchek. A SUDENE teve como idealizador e primeiro superintendente o economista paraibano Celso Furtado. O argumento para a sua criação foi o da necessidade do Estado brasileiro intervir no sentido de enfrentar as crescentes desigualdades regionais, resultantes da industrialização concentrada no Centro-Sul do país.. A renda *per capita* da Região, no período, não chegava a US\$ 100, um terço da renda dos habitantes do Centro-Sul do país. A população nordestina, no entanto, correspondia a um terço da população brasileira na época. Com sede em Recife, a função da instituição seria planejar, articular e coordenar todo o esforço do governo para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste. Todos os órgãos federais com atuação na Região teriam de submeter suas programações à SUDENE, que as aprovaria. Os recursos da SUDENE nunca poderiam ser inferiores a 2% da receita tributária da União, estabelecidos na Constituição como fundo de auxílio ao Nordeste no combate às secas. Inspirada na SUDENE, o governado militar (1964-85) criou, em 1966, a SUDAM e

incorporou a SUDENE ao Ministério do Interior, já que ela foi considerada pelos militares como um órgão que não inspirava confiança.

O projeto da SUDENE, sob o Regime Militar, orientou-se para a integração da economia regional à economia nacional, por sua vez cada vez mais enquadrada pela dinâmica mundial ditada pela fase monopolista do desenvolvimento capitalista. A indústria que se estabeleceu no Nordeste, por incentivo da SUDENE, serviu fundamentalmente aos propósitos da dinâmica de acumulação de capital que tinha no país seu epicentro no Centro-Sul. Do ponto de vista da Região, aprofunda-se o caráter subalterno do seu processo de industrialização, ao mesmo tempo em que a concentração em segmentos intensivos em capital não gerou demanda por força de trabalho suficiente para incorporar os novos contingentes de migrantes chegados das áreas rurais (OLIVEIRA, 1981).

Dessa forma, o processo de desenvolvimento da Região, por meio da SUDENE, não só não atuou eficazmente sobre as desigualdades regionais, como produziu novas desigualdades e contrastes no seu próprio interior. No que se refere a Pernambuco, em particular, vale como ilustração o comentário que segue:

[...] A preocupação com o desenvolvimento estava localizada mais na região metropolitana de Recife, o interior do Estado continuava pouco dinâmico e economicamente dependente de atividades primárias. Sendo assim, o pequeno agricultor, desamparado diante de tal política, encontrava sérias limitações ao que diz respeito à reprodução da família, dentre elas o tamanho insuficiente de suas propriedades, a dificuldade de acesso a crédito de investimento, e ainda a expropriação na esfera da comercialização, tendo que vender seus produtos por valores impostos por comerciantes e industriais, chegando muitas vezes, em casos de emergência, a vender os produtos reservados para sua subsistência (MENEZES, 1985 *apud* SILVA 2009, p.28).

A agricultura, como fonte de subsistência, foi se tornando insuficiente para o sustento familiar e, a partir disto, os moradores da região interiorana de Pernambuco buscaram traçar novas estratégias de sobrevivência. Constituem-se processos migratórios de muitos membros dos núcleos familiares em busca de suprir as necessidades impostas, pelas condições adversas segundo as quais se estabelecem a reprodução social da sobrevivência da população local. A migração tem como objetivo a busca pela oportunidade de melhoria de vida para seus familiares que ficaram na região. Ricardo Antunes (2006) enfatiza que essa migração ocorreu quando o Brasil estava vivenciando uma forte época de industrialização e internacionalização, mediante uma política de favorecimento da entrada de capital estrangeiro no país, que se destinava à produção de bens de consumo duráveis, como automotivos e eletrodomésticos. Com esse movimento de migração para o Sul-Sudeste do país, muitos que permaneceram na região partiram, também, para a busca de estratégias para desenvolver alguma atividade

econômica. É dessa forma que vai surgindo na região do Agreste de Pernambuco a indústria da *sulanca*, que:

[...] teve início na década de 1970, no município de Santa Cruz do Capibaribe, na zona do Agreste pernambucano. A indústria da Sulanca constitui um caso particularmente interessante do processo de industrialização do Nordeste, pelo seu caráter espontâneo e autônomo, e que surgiu no auge – e à margem - da política de incentivo oficial à indústria proporcionado pelo Fundo de Industrialização do Nordeste (Finor), e pela SUDENE (DUARTE E FUSCO, 2010, p. 4).

No início da década de 1970, segundo Silva (2009), os comerciantes que viajavam do interior de Pernambuco até a cidade de Recife para vender seus produtos, traziam na volta retalhos de tecidos para costureiras locais, que tinham a “finalidade de aumentar a renda familiar, com isso elas transformavam esses retalhos de tecido em colcha, camisa, roupa infantil” (GOMES, 2002) e, assim, ajudavam no comércio que estava surgindo. Segundo Duarte e Fusco (2010), esse processo começou quando os caminhoneiros que transportavam mercadorias da sub-região do Agreste pernambucano para o Estado de São Paulo defrontavam-se, freqüentemente, com a falta de carga para trazer na viagem de retorno. Desta forma, ocorreu a alguns desses caminhoneiros a idéia de comprar retalhos do tecido chamado *helanca* e transportá-los para vender inicialmente na cidade de Recife e depois às costureiras de Santa Cruz do Capibaribe. A parceria entre os caminhoneiros e as costureiras de Santa Cruz do Capibaribe prosperou e consolidou-se em curto espaço de tempo, chegando a caracterizar uma atividade que veio a ser batizada com o nome de *Indústria da Sulanca*⁵, onde o processo de produção, realizado pelas famílias da época, era baseado na fabricação de peças de roupas com baixa qualidade e baixo custo, e eram vendidas na “Feira da Sulanca” da cidade de Santa Cruz do Capibaribe e em cidades nos arredores da região. Tal dinâmica se difundiu, fazendo com que Santa Cruz se tornasse o maior centro de vendas de *sulanca* do País.

Segundo Silva (2009), a região foi se desenvolvendo a partir dessa iniciativa e muitos dos que migraram para o Sul do país resolveram retornar para seu lugar de origem e fixar residência no interior de Pernambuco. Nesse processo de desenvolvimento do setor de confecções no interior de Pernambuco, as cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe conseguiram se sobressair e, diante de tamanho crescimento e desenvolvimento no que se refere à confecção de roupas, a região passa a ser conhecida como “*Pólo de Confecções do Agreste*” (MELO, 2000).

⁵ A palavra *sulanca* remete ao fato do tecido de nome *helanca* ter vindo do Sul do País para servir de produção no Agreste de Pernambuco, dessa forma temos a junção de *Sul* e *Helanca*, que gera *SULANCA*. Para um maior detalhe, ver FADE/UFPE (2003).

Diante do cenário que se apresenta, o Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco tem sua trajetória marcada por relações de trabalho informais e precarizada, apesar de expressar um fator de enorme desenvolvimento econômico da região do Agreste de Pernambuco, sendo considerado atualmente um dos maiores pólos de confecção do Brasil (SILVA, 2007).

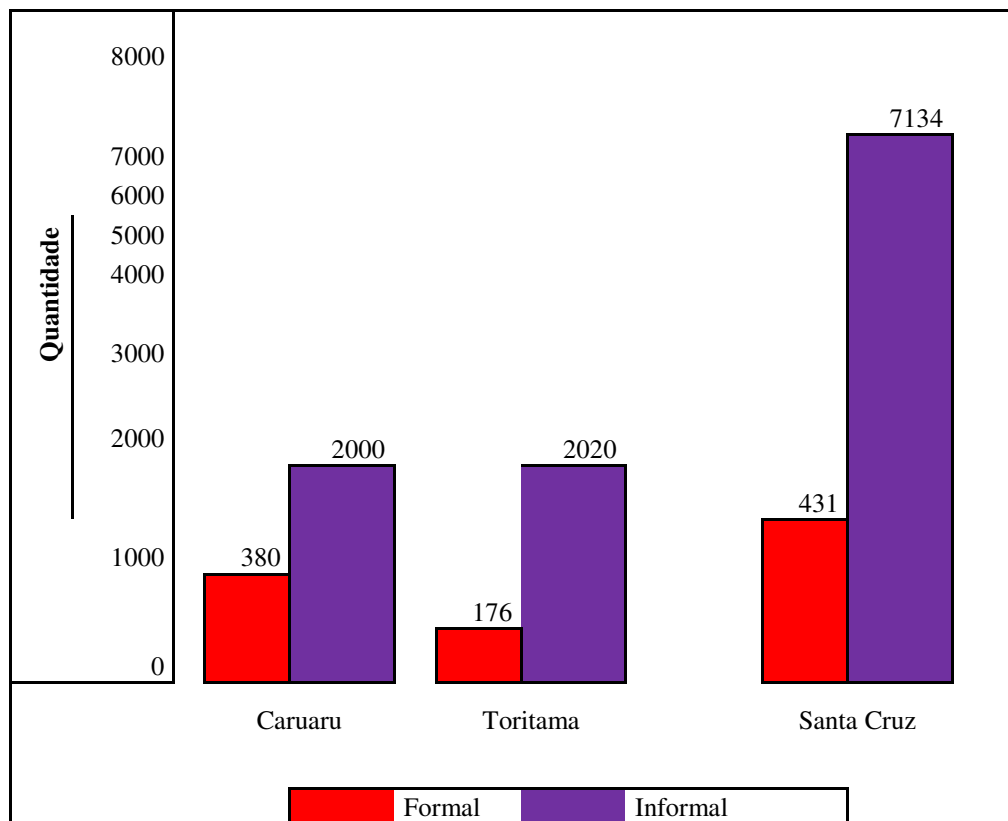
A indústria de confecções do pólo de Pernambuco desde sua fase inicial se caracterizou pelo envolvimento e constituição de uma base familiar. Dessa forma, grande parte dos empreendimentos tem tido sua sustentação no trabalho familiar (pais, filhos, parentes), mesmo quando chegam a se estruturar melhor e até se formalizar. É muito comum a presença da família com distribuição de seus membros em várias atividades da produção, tendo no trabalho domiciliar uma de suas principais expressões. Costa (2004) se refere a “pequenas empresas” que desenvolvem uma rede de prestação de serviços realizando um trabalho domiciliar. Nesse processo, são constituídas de modo informal várias “fações”, encabeçadas geralmente por donas de casa, que não possuem vínculo empregatício com nenhuma empresa e que diante da dificuldade de sair de casa, por conta de afazeres domésticos e da dificuldade de se vincular ao mercado formal de trabalho, passam a realizar a prestação de serviço na sua própria casa. Segundo Amorim (2003), mesmo havendo a possibilidade de articular tarefas domésticas à prestação de serviço, a maioria dos trabalhadores dessa região trabalha sem registro na carteira e sem direitos sociais previdenciários, além de diretos como férias e décimo terceiro, estando, assim, expostos a um quadro de precariedade estrutural.

O trabalho domiciliar tem como característica a: concentração em setores de base técnica tradicional (setor têxtil, calçados, couro); predominância do trabalho feminino; baixo nível de legalização; convergência para área rural, onde as condições sociais são precárias. (CARNEIRO, 2006, p. 103).

Em pesquisa realizada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco – FADE/UFPE, no ano de 2003, estabeleceu-se uma estimativa de empresas existentes nos municípios que compõem o Pólo de Confecção do Agreste, bem como a estimativa de empresas que usam o trabalho informal. As empresas que não funcionam legalizadas, formalizadas, chamaremos de unidades de trabalho. Em Toritama estimava-se a existência de 176 empresas formais, ao passo que se estimava 2.020 empresas (unidades) de trabalho informais. Em Santa Cruz do Capibaribe, a estimativa da quantidade de empresas formais era, naquele momento, de 431, em contrapartida existiam 7.134 unidades informais, bem superior à quantidade formalizada. Essa situação também se repetiu

na cidade de Caruaru, que contabilizou a época 380 empresas formalizadas e 2000 na informalidade.

Gráfico 1- Quantidade de Empresa de Confecção, por Tipo de Empresa e Município – 2003



Fonte: Quadro ilustrativo, baseado em dados da FABE/UEPB (2003).

Como mostra o gráfico acima, a condição do trabalho no Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco tem uma alta incidência do trabalho informal, apoiado em atividades precárias, sustentadas em trabalhos domiciliares, subcontratações e predominância do trabalho feminino.

Em pesquisas recentes feitas pelo DIEESE (2010), o Pólo do Agreste de Pernambuco tem avançado bastante em relação à pesquisa anterior, em termos de sua consolidação econômica:

No Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano, entre 2006 e 2008, o número de estabelecimentos cresceu 17,0% e o de trabalhadores cresceu 21,2%, superando, neste último caso, o crescimento nacional (11,9%) e Pernambucano (15,5%). Entre os três principais municípios do pólo, Santa Cruz do Capibaribe foi o que apresentou maior crescimento relativo no número de postos de trabalho e de estabelecimentos (31,9% e 25,3%, respectivamente), enquanto que Toritama apresentou crescimento de apenas 4,0% no número de postos informais (DIEESE 2010)

1.3 A condição da Mulher Trabalhadora no Brasil, na Indústria de Confeção e no Pólo

Depois de 1999, no tocante ao desempenho comercial, como mostra Prochnik⁶ (2002), tanto o segmento têxtil como o de vestuário apresenta crescimento das exportações e uma pequena redução nas importações. Segundo o autor, esse crescimento se deu principalmente nos segmentos de algodão e de vestuário e está vinculado à presença de grandes empresas, principalmente no segmento de cama, mesa e banho. Contudo, é importante ressaltar que a abertura econômica, por si, parece não ter sido suficiente para garantir a inserção do país no comércio mundial, principalmente no que se refere às exportações. Isso significa dizer que a participação da indústria têxtil-vestuário no comércio mundial é muito pequena e no período de 1995 a 2000 reduziu-se ainda mais, portanto:

[...] De antemão, é possível dizer que o processo de reorganização e realocação da produção que vem ocorrendo nos últimos anos na cadeia produtiva têxtil/vestuário, em âmbito global, visualizado mais fortemente no Brasil no setor da confecção, também ocorre nas inter-regiões no país. Assim, a prática da subcontratação, que nesse setor produtivo existe desde suas origens, passa a ser revitalizada, na busca, cada vez mais crescente, de aumento da produtividade, a custos menores (LIMA, 2009, p. 38).

A utilização de formas precárias de trabalho é característica marcante da cadeia têxtil-vestuário, em especial da confecção. É neste contexto que se encontra um grande contingente de mulheres desenvolvendo atividades mais vulneráveis no mercado de trabalho, o que segundo Ricardo Antunes (2000) diz ter possibilitado a intensificação da exploração da força de trabalho como um todo. Essa situação indica que, apesar dos avanços e das conquistas obtidas pelas mulheres ao longo da história, ainda existe uma ampla desigualdade nas relações de trabalho entre homens e mulheres.

⁶ Ver <http://www.ie.ufrj.br/cadeiasprodutivas/>

Desta forma, temos mulheres desenvolvendo atividades semelhantes às dos homens, mas com remunerações inferiores e condições pouco favoráveis, precarizando sua força de trabalho. Assim, a profunda alteração provocada pela globalização da economia e pelo comércio mais liberalizado tem agravado as já existentes desigualdades de gênero. Essa discriminação se constitui como elemento dramático neste processo, gerando diferentes impactos para as mulheres, mesmo considerando-se que neste período houve um crescimento importante da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho (LIMA, 2004, p.56). A inserção da mulher no mercado de trabalho permanece segmentada, com elevada participação em setores tradicionais considerados “femininos”, como trabalho doméstico, serviço social, habilidades manuais, artesanato e educação. Prevalece o emprego doméstico como uma das principais fontes de renda da maioria das mulheres que não possui escolaridade e enveredam por essa, que é uma das formas de trabalho mais antigas. Chega a 95% o índice de mulheres que compõem o mercado informal de trabalho com serviços domésticos (DEMO, 2005).

Na década de 1990, as taxas de desemprego cresceram para homens e mulheres, porém para as mulheres tais taxas se mantiveram em patamares superiores, com uma grande eliminação de empregos com registro em carteira e, conseqüentemente, um desassalariamento, levando à subutilização da força de trabalho e à precarização das ocupações (POCHMANN, 1999). Neste contingente, a expressiva quantidade de mulheres caracteriza um dado importante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora, na mudança produtiva e no mercado de trabalho, possibilitando a incorporação e aumento da exploração da força de trabalho feminino (ANTUNES, 2000). Temos as mulheres trabalhadoras ainda recebendo os menores salários, ocupando as atividades mais insalubres e precárias em relação aos homens. Pensar na questão da flexibilização das relações de trabalho e na informalidade é preciso levar em conta essa dimensão. “A evolução do debate quanto à consideração das diferenças de gênero levam a pensar que a visão dicotômica separando as ‘antigas’ e ‘novas’ formas de organização do trabalho não dá conta da realidade complexa e contraditória das mutações produtivas” (HIRATA, 1998, p.10).

A precarização do trabalho toma forma de relação informal ou incompleta de emprego, o que implica na exclusão da massa trabalhadora, que perde seus direitos legais, conquistados historicamente em passado recente. A informalidade reduz em 50% o custo anual do trabalhador para a empresa (SINGER, 2001). Neste sentido, seria possível dizer que na atual configuração de precarização o mercado de trabalho fornece o retrato acabado de uma sociedade na qual direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social. O desemprego é expressão disso (TELLES, 1994). A precarização do trabalho tem sido

analisada por muitos estudiosos como Navarro (2003), Araújo e Amorim (2001), Druck (1999), Lima (2002), que enxergam o trabalho precário como fruto da reestruturação produtiva.

É necessário lembrar que desde as primeiras atuações a indústria de confecção caracterizou-se pelo uso do trabalho subcontratado, em especial o trabalho em domicílio que, segundo Araújo e Amorim (2001), vem se processando de forma diferenciada, conforme as características regionais e as estratégias empresariais. O trabalho em domicílio de costureiras, tradicionalmente utilizado no setor têxtil, se mostra vulnerável segundo Abreu e Sorj (1993) porque estas trabalhadoras, para garantir a continuidade do trabalho e uma remuneração melhor, têm que se submeter a um intenso ritmo de trabalho para manter a produtividade. Assim, a reestruturação produtiva reforça os impactos negativos deste processo sobre o trabalho feminino, principalmente nas grandes e médias empresas. As autoras chamam a atenção para o fato de que em empresas de grande porte a mulher tem que intensificar a produção e se submeter às exigências sem contar com melhorias salariais, enquanto que as mulheres que estão fora do mercado de trabalho se submetem a relações e processos de trabalho informal, terceirizado ou precarizado (como cooperativas, trabalho em domicílio), se transformando em alvo das categorias excluídas das oportunidades formais de trabalho.

Segundo Dedecca e Baltar (1997), a informalidade se ampliou, sobretudo, no contexto dos anos 1980 e 1990, como consequência da transferência dos trabalhadores inseridos nas atividades formais para atividades informais, dando origem à chamada “nova informalidade”, que segundo os autores, pode ser explicada como fruto do processo de reestruturação principalmente nos países periféricos. No Brasil, essa nova informalidade decorre do crescimento do número de autônomos que trabalham para as empresas, isto é, uma informalidade que se articula com o processo produtivo desenvolvido nas atividades formais, muito empregada no processo de terceirização e que atinge a todos. Assim:

[...] A informalidade deixou também de ser uma exclusividade dos pobres, atingindo cada vez mais categorias médias de emprego e trabalhadores qualificados que passam a "prestadores de serviço", consultores, assessores, terceirizados em geral de empresas menores, de cooperativas e uma infinidade de variações (LIMA, 2002, p. 02).

No Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco, a região estudada, vimos que há a combinação de diferentes formas de organização do trabalho. Empregam-se inovações tecnológicas, subcontratam-se facções, revitalizando antigas formas trabalho, incluindo o trabalho domiciliar e faccionado.

Segundo estudos realizados por Silva (2009), além das pequenas empresas familiares, *facções* e prestadoras de serviço, há ainda as empresas que conseguem se desenvolver e melhorar suas estruturas.

[...] De empresas fundo de quintal, passam a se organizar em “*armazéns*”, criam e registram uma marca própria, e desenvolvem, praticamente, todo processo de produção dentro da própria empresa, fazendo pouco uso das “*facções*” e prestadoras de serviço. Como forma de baratear principalmente os custos fiscais, continuam fazendo uso parcial dos serviços. No entanto, não respondem juridicamente e financeiramente pelos funcionários. Como já foi visto, as indústrias de confecções caracterizam-se por sua diversidade, podendo ser pequenas, grandes, ou prestadoras de serviço, como é o caso das “*facções*” (SILVA, 2009, p.41).

A condição da mulher trabalhadora dessa região se torna interessante porque é um pouco diferenciada das demais regiões que desenvolvem atividades no setor têxtil e de confecções. No Pólo de Confecção de Pernambuco, a atividade começou a ser desenvolvida na década de 1950 por mulheres que compravam retalhos de tecido e confeccionam peças com baixo preço e baixa qualidade em acabamento. Essa era a estratégia de mulheres que queriam compor o orçamento doméstico. Porém, essa atividade foi ganhando corpo e a maioria das mulheres, com a ajuda da família, foi montando seus empreendimentos familiares através da prestação de serviços e do trabalho *faccionado*. Uma questão peculiar ao Pólo é que grande parte desses empreendimentos é chefiado por mulheres e é sob a orientação delas que as atividades são desenvolvidas, uma vez que nessa região a atividade de costura não é só um privilégio das mulheres, como acontece na maioria de outras regiões. No Pólo, a costura é um elemento básico onde homens, mulheres e crianças desenvolvem essa atividade, sem que o estereótipo de “trabalho de mulher” tenha oferecido maiores resistências à inserção dos homens em tais atividades. Na região estudada, a questão da divisão sexual do trabalho é mais sutil, porém não deixa de existir segundo relato:

[...] sou casado e trabalho nessa fábrica tem quase cinco anos... Conheci minha esposa trabalhando aqui, mas quando a gente casou foi feito um acordo de que eu trabalhava no horário de duas da tarde até as dez da noite... Ela trabalhava de seis da manhã até as duas da tarde... Tem serviço que é pesado pra mulher, né? No horário da noite fica muito perigoso pra ela voltar pra casa, além de que temos um filho e ainda tem um trabalho que a gente faz em casa pra ganhar um extra, pregando botão pra uma fábrica... Ela tando em casa é melhor porque vai produzindo e tomando conta do menino (Marcos, 32 anos, morador de Santa Cruz do Capibaribe, 2010).

Na fala do entrevistado, é possível perceber a importância da diferenciação de papéis sociais entre homens e mulheres, onde a mulher não pode “pegar no pesado” e no qual a atividade desenvolvida em casa proporciona-lhe desenvolver as atividades domésticas e conciliar a atividade *faccionada* no interior do domicílio. Esta é uma realidade muito viva nesta região, que tem como principais características: trabalho informal, precarização de

atividades, atividades domiciliares, liderança de mulheres, grande quantidade de fábricas fundo de quintal, facções, mulheres provedoras, que reforça o que Silva (2009) diz: “As indústrias de confecções, no Agreste Pernambucano, estabeleceram-se em uma situação de precariedade das relações de trabalho e alto grau de informalidade desde a origem de sua constituição”. Uma demonstração disso foi a recente matéria veiculada pelo Jornal Folha de Pernambuco⁷ (2011), que traz no seu conteúdo que no Estado de Pernambuco ainda existe cerca de 600 mil trabalhadores informais e, apesar de incentivos, as formalizações são muito lentas. Porém Lima e Soares (2002) enfatizam que, diante das novas bases de competitividade, está havendo uma forte tendência à formalização dos contratos de trabalho, No entanto, continuam convivendo com a informalidade mais típica, que é desenvolvida na produção familiar.

⁷ Ver www.folhape.com.br/index.php/caderno-economia

CAPÍTULO 2 – O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E DE GÊNERO NO BRASIL

2.1 Bases Históricas da constituição das PPETR no Brasil

No Brasil, as PPETR ganharam uma maior projeção e amplitude com a Constituição Federal de 1988, que proporcionou um novo quadro institucional, porém as primeiras políticas de amparo ao trabalhador começaram a ser instituídas no início do século XX. Nesse período os movimentos operários grevistas, que inicialmente lutavam por melhores salários, passaram a ganhar ênfase notadamente nos setores têxtil e de transporte. Segundo Viana (1976, *apud* BARBOSA; MORETO, 1998), os trabalhadores reivindicavam: redução da jornada de trabalho; o seguro contra acidentes; a criação de um sistema de aposentadorias; a regulação do trabalho do menor e da mulher, do direito a férias, do pagamento de horas extras.

Aos poucos os trabalhadores foram tendo algumas de suas reivindicações incorporadas, como exemplo, no período de 1919 a 1927: seguro contra acidentes; criação de caixas de aposentadoria e pensão – antes restritas a marítimos, portuários e ferroviários; lei que protegia acidentes do trabalho; Lei Conselho Nacional do Trabalho; seguro contra doenças, entre tantos outros benefícios, que, segundo Viana (1976), fez estabelecer as bases para o Direito do Trabalho no país. Porém essas iniciativas ainda se estruturaram de forma restrita porque beneficiavam apenas uma parte dos trabalhadores: aqueles vinculados ao mercado formal (BARBOSA; MORETO, 1998).

O caráter restritivo dessas iniciativas se deu, por um lado, porque o Brasil até 1930 tinha uma economia de base predominantemente agrícola e, por todo o começo do século XX, manteve-se com um nível baixo de trabalho assalariado. Por outro lado, o Brasil começou a desenvolver sua industrialização tardiamente em relação a outros países. Um Estado, mesmo cada vez mais voltado a um projeto nacional de desenvolvimento, especialmente orientado por uma estratégia de industrialização via política de substituição de importações, mas com um perfil marcadamente conservador e autoritário, não abriu muito espaço para a incorporação de benefícios sociais. Não obstante isso, algumas medidas foram adotadas. Segundo Marinho (2009), no período do Estado Novo foram adotadas várias medidas voltadas para a regulamentação do mercado de trabalho. Concomitantemente ao processo de regulamentação do trabalho, houve o declínio do movimento imigratório, começando a

ocorrer, a partir da década de 1930, a nacionalização do mercado de trabalho, com a substituição do operariado imigrante pelo operariado nacional, formado por filhos de imigrantes europeus e por nordestinos migrantes da agricultura para a indústria em expansão (CARONE, 1982 *apud* BARBOSA; MORETO, 1998).

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, foi uma das primeiras iniciativas do governo revolucionário implantado no Brasil sob a chefia de Getúlio Vargas. O "Ministério da Revolução"⁸ surgiu para concretizar o projeto do novo regime de interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho. Até então, no Brasil, as questões relativas ao mundo do trabalho eram tratadas pelo Ministério da Agricultura, sendo na realidade praticamente ignoradas pelo governo. O Ministério do Trabalho adotou como uma de suas primeiras medidas a Lei dos Dois Terços, como forma de assegurar que pelo menos dois terços do total de empregados das empresas fossem brasileiros natos. Essa estratégia buscava reduzir as pressões dos movimentos populares contra a elevação dos preços dos produtos e a falta de emprego provocada pela crise de 1929 e, por outro lado, viabilizava a constituição de um mercado de trabalho nacional (BARBOSA; MORETO, 1998).

Em 1931, foi decretada a Lei de Sindicalização⁹, a qual proibiu movimentos políticos e ideológicos dos sindicatos, exigindo que os estatutos das entidades sindicais fossem aprovados pelo Ministério do Trabalho. De outra parte, a referida Lei acabou com a pluralidade sindical, reconhecendo apenas um sindicato por profissão em cada base territorial ou município. As receitas financeiras dos sindicatos, originárias das contribuições compulsórias dos trabalhadores, passaram a ser controladas pelo Ministério, dando a este amplo poder para intervir naqueles. Nesse mesmo ano, também foi regulamentado o trabalho da mulher. Na sequência, em 1932, foi instituída a carteira profissional, a regulamentação da jornada de trabalho de 48 horas semanais e as férias remuneradas. Outras medidas se seguiram: a lei da assistência e previdência social, em 1934; a implantação da Justiça do Trabalho, em 1939; e a instituição da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, em 1943. Essas iniciativas sinalizaram passos importantes em relação à proteção do trabalhador, mas também representaram o autoritarismo do Estado brasileiro, que as instituiu sem assimilar as demandas dos movimentos sindicais da época, promovendo um nivelamento “por baixo” dos direitos sociais (CARVALHO *et al*, 2006, p.2). A Lei do Trabalho do Menor tornou ilícito o trabalho industrial para menores de 14 anos, e os jovens de 14 a 18 anos só poderiam

⁸ Assim chamado por Lindolfo Collor, o primeiro titular da pasta.

⁹ Decreto N° 19.770, de 19/03/31

trabalhar em ocupações específicas quando possuíssem documentos. O trabalho noturno também foi regulamentado, sendo admitido sob determinadas condições (BARBOSA; MORETO, 1998).

Neste sentido, Marinho (2009) enfatiza que o Estado, ao mesmo tempo em que buscou estruturar o mercado de trabalho, também procurou atender às necessidades para a implantação e consolidação da indústria nacional, sobretudo, em relação à formação da mão-de-obra especializada. Em virtude do crescimento urbano e da conseqüente emergência do setor industrial, começou a ser constituído o *Sistema S*¹⁰, a partir dos anos de 1940, para “qualificar a mão-de-obra para substituir os operários estrangeiros – fonte de efervescência política e de lutas sindicais – por trabalhadores brasileiros”, cujo propósito maior era “‘educar’ e disciplinar os homens na sua vida produtiva, no trabalho e fora dele”, promovendo um ajustamento de seu comportamento social às exigências do processo de industrialização com sua racionalidade (DRUCK, 1999, p. 55). O *Sistema S* se transformou num dos maiores mecanismos de formação profissional, especializada, dirigido aos operários. Na mesma perspectiva, existiam as escolas técnicas públicas, que eram vinculadas ao sistema educacional formal e voltadas para a formação dos quadros de nível médio das empresas (BARBOSA; MORETO, 1998).

Segundo Marinho (2009), do início dos anos 1930 até o início dos anos 1960, ocorreram no Brasil a estruturação e consolidação do mercado de trabalho nacional, como resultado da ampliação das ocupações urbanas e do trabalho assalariado. No plano político e da representação sindical, este período representou o aumento do poder tutelar do Estado, que passou a outorgar aos trabalhadores direitos e benefícios, ao mesmo tempo em que estabeleceu mecanismo visando a limitação da área de ação dos sindicatos (BARBOSA; MORETO, 1998).

No ano de 1963 foi instituído o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-obra – PIPMO; em 1965, foi criado o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados¹¹ e o Fundo de Assistência ao Desempregado. Contudo, esse benefício durou apenas um ano. No ano seguinte, 1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, este flexibilizou o processo de demissão do trabalhador e apenas era destinado aos trabalhadores desligados em dispensa

¹⁰ O Sistema S é composto por: Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Sistema Nacional de Aprendizagem do Comércio – SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT, Serviço Social da Indústria – SESI, Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Social do Transporte – SEST, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP.

¹¹ Lei de criação nº. 4923 de 23 de dezembro de 1965.

coletiva – desligados de empresas que tivessem demitido pelo menos 50 trabalhadores em um período de 60 dias. A garantia instituída consistia no pagamento de 1 Salário Mínimo, durante um ano, àquele trabalhador que recebeu até 2 Salários Mínimos mensais, em média, no ano anterior à demissão (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2007).

Porém, a partir de meados da década de 1980, as Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – PPETR passaram por transformações profundas. Em 1986, foi instituído o seguro-desemprego, tendo como objetivo garantir a assistência financeira temporária ao trabalhador quando demitido sem justa causa, por fechamento total ou parcial das empresas. O seguro-desemprego, posteriormente, foi ratificado pela Constituição de 1988, que definiu também no seu artigo 239, que o Programa de Integração Social-PIS (criado através da Lei Complementar nº. 7, de setembro de 1970) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP (criado através da Lei Complementar nº. 8, de setembro de 1970)¹² passariam a se constituir como lastros para as PPETR, estabelecendo, segundo Carvalho (2006), bases mais sólidas para a implementação de iniciativas nesta área. Nesses termos, o PIS e o PASEP passaram a compor a principal fonte de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, criado em 1990, o que possibilitou também uma maior relevância às discussões sobre as PPETR, sua elaboração e implementação.

Na perspectiva de melhor funcionamento e mesmo maior credibilidade quanto a sua atuação também foi criado, nesse mesmo ano, o CODEFAT para deliberar sobre a aplicação dos seus recursos. A partir de 1994, os recursos do FAT foram destinados a programas de microcrédito por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, que tem por objetivo oferecer alternativas de geração de emprego e renda e de inserção no processo produtivo através de estímulos à capacidade empreendedora e à busca da auto-sustentação do empreendimento (MARINHO, 2009, p.59).

Ainda segundo Marinho (2009), para viabilizar seus objetivos, o programa instituiu linhas de crédito especiais para setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro convencional, como micro e pequenas empresas, cooperativas e formas associativas de produção e que, segundo Todeschine (2007), eram iniciativas de produção própria da economia informal, através dos agentes financeiros, como Banco do Brasil – BB e Banco do Nordeste do Brasil – BNB, inicialmente. Isso, além da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal – Caixa e Banco da Amazônia S/A – BASA, estes mais recentemente.

¹² O PIS, no início, tinha a função de integrar o trabalhador com o desenvolvimento da empresa e de benefícios próprios. A partir da Constituição de 88, sua função passou a ser a de cobrir o pagamento do abono e do seguro desemprego para empregados que recebem até 02 salários mínimos. O PASEP foi criado com objetivos similares ao PIS e tem a finalidade de atender os servidores públicos.

Desse modo, no intuito de elaborar uma política pública voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores que atuam nesse segmento foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no ano de 1996.

Em se tratando de Qualificação Profissional, em 1995 foi estruturado o Plano Nacional de Qualificação Profissional - Planfor, o qual se propunha a ampliar a oferta de educação profissional, estabelecendo como meta atender a, pelo menos, 20% da População Economicamente Ativa – PEA, até o final da década. O Planfor constituiu-se como uma experiência significativa na área das PPETR, de caráter descentralizado, contudo, revelou problemas relacionados à gestão e ao controle na aplicação dos recursos pelos Estados e, a partir de 2003, foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação – PNQ. Este segundo Vêras de Oliveira (2006), representou uma estratégia de qualificação profissional desenvolvida de maneira descentralizada em parceria com o Distrito Federal, Estados, municípios e diversas instituições executoras, voltadas aos segmentos mais precarizados dentre os trabalhadores. Além do caráter descentralizado, o PNQ também tem sido implementado dentro da lógica da participação e do controle sociais, em que os Conselhos e Comissões de Emprego, Trabalho e Renda, órgãos deliberativos na área das PPETR, têm papel importante na definição das ações a serem executadas. Sobre essa prática, Teixeira (2002) afirma que:

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Também tratando sobre a participação e controle sociais nas PPETR, Marinho (2009) destaca que:

Considerando todos esses aspectos da democratização dos espaços públicos e a intervenção dos agentes sociais na definição das políticas públicas e PPETR, é necessário compreender que estas não podem ser vistas e entendidas como elementos que, de maneira isolada, irão solucionar o problema do trabalho (MARINHO, 2009).

Nesse sentido, Pochmann (1999) afirma que as políticas públicas precisam estar vinculadas a outros elementos-chave de estruturação do mercado de trabalho, para alcançar sua eficiência, a exemplo de: políticas macroeconômicas, paradigma técnico-produtivo, políticas de bem-estar social e sistema de relações de trabalho.

Nesta breve contextualização, pode-se observar que o processo de evolução das políticas públicas no Brasil, mesmo de forma descontinuada, teve grandes avanços e muitos significados, porém o país ainda carece de iniciativas que propiciem a consolidação das PPETR, em âmbito nacional, e que estabeleçam parâmetros e diretrizes para a estruturação de iniciativas locais, além daquelas que, mesmo de forma incipiente, já são executadas através de parcerias existentes entre os entes federativos. Assim, Teixeira (2002) conclui que as políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender a composição de classe, os mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade (TEIXEIRA, 2002).

2.2. O Marco da Constituição de 1988 e o Desenvolvimento das PPETR nos anos 1990

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo da pirâmide normativa. É a sétima a reger o Brasil desde a sua Independência. O sistema de exceção, em que as garantias individuais e sociais eram diminuídas (ou mesmo ignoradas), e cuja finalidade era garantir os interesses da ditadura (internalizado em conceitos como segurança nacional, restrição das garantias fundamentais, etc.) fez crescer, durante o processo de abertura política, o anseio por dotar o Brasil de uma nova Constituição, defensora dos valores democráticos. Segundo Sousa (2010), a saída dos militares do poder marcou uma importante fase da história política brasileira, ao colocar a redemocratização como uma das principais medidas a serem alcançadas. Depois da morte do então Presidente Tancredo Neves, o vice-presidente José Sarney assumiu o posto presidencial com o objetivo de operar uma transição ao Estado de Direito Democrático, conduzindo-se de modo conter maiores avanços do ponto de vista social e político. O novo governo civil, sob fortes pressões populares, foi levado à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a qual foi eleita em 1986. Em 1988 foi promulgada a nova Carta brasileira, a qual ficou conhecida como “constituição cidadã”, em alusão às suas diversas conquistas no campo das

liberdades individuais e dos direitos de natureza social e política. Com isso, apesar do abrandamento causado pela anistia geral, o Estado dava fim às arbitrariedades legitimadas pelos militares e seu autoritarismo (SOUSA, 2010).

A Constituição Federal aprovada em 1988 configurou-se como um marco de grande significância para a reforma do Estado brasileiro, este historicamente marcado por um caráter centralizador e autoritário, aquela instituindo elementos importantes do ponto de vista da garantia de direitos e da democratização do país, evidenciando “as aspirações de um modelo universalista e redistributivo, com políticas sociais majoritariamente providas pelo Estado”, aproximando-se, segundo Franzene, citado por Marinho (2009, p. 62), do desenho do Estado de Bem-Estar Social e “visando a garantia da participação política da sociedade civil na elaboração de políticas públicas” (RIBEIRO; KRAUSE, 2007, p. 171). Uma redefinição do papel a ser exercido pelo poder público e pela sociedade civil começou a ocorrer a partir dessa nova legislação. Neste contexto, foi introduzido pelo Estado uma gestão participativa na dinâmica político-institucional, para democratizar seus espaços. Segundo Araújo (2000), a sociedade civil passou a discutir e definir em parceria com o Estado o modelo de sociedade pretendido pelos cidadãos, através de canais de participação recém-constituídos, passando assim a intervir de forma mais direta na concepção, no planejamento, no acompanhamento da execução das políticas públicas.

Em relação à implementação das políticas públicas, os municípios passaram a ter uma atuação mais ampliada sob o contexto da descentralização, pois muitos serviços foram municipalizados e, neste sentido, Ribeiro e Krause (2007) afirmam que a descentralização se deu em relação também aos agentes da sociedade civil, acompanhada da participação social que alinhou as demandas sociais a possibilidades de ampliação de difusão das políticas públicas.

Segundo Barbosa e Moreto (1998), a Constituição de 1988, no que se refere às PPETR, trouxe importantes avanços: estabeleceu o PIS e o PASEP como fonte financiadora do FAT; incorporou como direito dos trabalhadores o bônus de um terço do salário nas férias; instituiu a licença-paternidade, por 5 dias, e ampliou a licença-maternidade para 120 dias; estabeleceu a jornada de trabalho em 44 horas semanais, a remuneração das horas extras em valor de 50% superior ao salário base e ratificou os direitos já conquistados anteriormente.

As iniciativas trazidas pela Constituição de 1988 asseguraram às PPETR um caráter de maior integração e deu maior estabilidade financeira para o planejamento e execução dessas políticas. Os novos ares trazidos com a nova Carta também foram fundamentais para a implementação e uma reorientação das PPETR.

Sob o aspecto da gestão, assim como nas demais áreas, também na área do trabalho adotou-se a descentralização e a participação social em todos os níveis de estruturação e desenvolvimento das PPETR, através da criação de espaços específicos – conselhos e comissões – para atuação da sociedade civil em conjunto com o Estado. Ou seja, a participação cidadã passaria a ocorrer nas etapas de planejamento, execução e controle das ações (MARINHO, 2009, p. 63).

Segundo Lima (2006), diante dos constantes problemas sociais nos anos 1990, com o agravamento do desemprego, a ampliação da informalidade e a deterioração do mercado de trabalho, colocou-se com mais premência a estruturação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR.

Quanto às ações de qualificação profissional, estas orientaram-se para uma adequação às demandas que o setor produtivo apresentava, conforme o novo modelo de acumulação adotado desde o início dos anos 1990. Porém, na área de qualificação, a noção de *empregabilidade*, associada à idéia de *empreendedorismo*, foram assimiladas fortemente. Sob tais referências, repassou-se aos indivíduos (trabalhadores) a responsabilidade por sua capacidade de se empregar, tendo que buscar qualificar-se cada vez mais para isso (*empregabilidade*). Ao mesmo tempo, diante de um contexto no qual o emprego deixou de ser um alvo prioritário das políticas macro-econômicas (cada vez mais centradas no controle inflacionário) e as empresas incorporavam cada vez mais o referencial da *produção enxuta* (implicando em processos sistemáticos de promoção de demissões), os trabalhadores passaram a ser incentivados, de um lado, a buscarem se qualificar e, assim, se colocarem sob uma disputa cada vez mais acirrada pelo poucos postos de trabalho restantes, e, de outro, a buscarem por iniciativa própria constituírem diversas formas de auto-emprego, de trabalho autônomo (tornando-se um novo *empreendedor*).

No contexto dos anos 1990, sob a influência das políticas neoliberais e sob os impactos da globalização e da reestruturação produtiva, as PPETR foram orientadas para uma perspectiva cada vez mais focalizada, assumindo um sentido fortemente compensatório. Assim, ao mesmo tempo em que se desdobraram da Constituição de 1988, como consequência dos ganhos sociais ali implicados, entraram em contradição com o caráter universalista da nova Carta. Segundo Pochmann (2006), houve um deslocamento da questão do desemprego do âmbito público/coletivo para o âmbito privado/individual fazendo com que as medidas introduzidas no conjunto das PPETR não conseguissem superar o seu caráter fragmentado e o problema do emprego passou a ser tratado como um problema da esfera privada e não mais como problema de ordem social. A partir do ano de 2004, com a incorporação de novas orientações de governo, com a recuperação parcial da economia

nacional, com suas implicações quanto aos indicadores do mercado de trabalho, com um maior investimento na constituição de espaços de participação social e a adoção de processos de negociação social, reformulações foram feitas nas políticas de trabalho, emprego e renda. Um dos principais destaques foi a realização do I e II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, nos anos de 2004 e 2005, respectivamente.

Em 1990 foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT. Este surgiu com o papel de gestor dos recursos do FAT, com o propósito de viabilizar uma administração transparente dos recursos públicos. Dessa forma, o Governo Federal iniciou a reorganização do SPETR. O seguro-desemprego, a intermediação da mão-de-obra, qualificação profissional, ações voltadas à geração de emprego e renda foram alguns dos programas a receber incentivos do governo (GASPAR NETO, 2004).

O seguro-desemprego, criado em 1986 e reformulado em 1990, segundo Gaspar Neto (2004), foi uma das principais medidas nesse campo. Objetivava prestar assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, tendo sido dispensado sem justa causa. No entanto, no começo de sua criação esse programa enfrentou problemas, segundo Azeredo (1998), no que se refere às exigências de pagamento dos benefícios, não atingindo um número suficiente de trabalhadores¹³. Entretanto, a partir do início dos anos 1990, com a redução de tais exigências, a cobertura do referido programa foi gradativamente aumentando:

A partir dos anos 90, com a redução das exigências (o tempo de carência para recebimento do novo seguro diminuiu de 18 para 16 meses; o tempo de espera para requerer o seguro passou de 60 para 7 dias após a demissão; a exigência de contribuição à previdência social por dois anos nos últimos 36 meses para o trabalhador mudou para um tempo mínimo de seis meses de vinculação ao mercado de trabalho) para o recebimento do seguro-desemprego, um maior número de trabalhadores passou a ter direito a ele. Para ter acesso ao seguro no começo dos anos 90, o Governo Federal determinou a comprovação de alguns critérios como: ter trabalhado pelo menos seis meses nos últimos 36 meses; quando dispensado sem justa causa comprovar o recebimento do salário nos últimos seis meses; passando o benefício a ser fornecido até no máximo em 5 parcelas; sendo que o trabalhador não poderia estar recebendo nenhum benefício da previdência social de prestação continuada (GASPAR NETO, 2004, p. 37).

Segundo Pochmann (2002), 1,5 milhão de trabalhadores ingressavam no mercado de trabalho a cada ano no Brasil. Para que todos estes trabalhadores pudessem ser absorvidos no mercado de trabalho, a economia brasileira precisaria crescer acima 5,5% ao ano. Infelizmente a economia brasileira cresceu, ao longo dos anos 1990, a uma taxa média anual

¹³ Para obter o benefício do seguro-desemprego, quando da sua criação, era preciso que o trabalhador comprovasse a condição de assalariado no mercado formal durante os últimos seis meses, com contribuição para a Previdência Social durante pelo menos 36 meses nos últimos 4 anos.

abaixo de 2,9%. Conseqüentemente, não é de se estranhar que o desemprego aumentasse nos anos 1990, com a ampliação do mercado de trabalho informal e o aumento da pobreza no Brasil. Desse modo, como o tempo do seguro-desemprego é limitado, o trabalhador logo procura por outra ocupação. Gaspar Neto (2004) observa que esse benefício não conseguiu satisfazer os trabalhadores que detinham melhores salários, pois não garantia a qualidade de vida que possuíam anteriormente quando empregados.

Em relação ao Programa da Intermediação da Mão de Obra, este tem a finalidade de fazer a interligação entre o desempregado e as empresas, de modo a reinserir trabalhadores desempregados no mercado de trabalho formal. O SINE é o responsável oficial pela intermediação, focando no setor formal da economia. Também participa desse processo as Centrais Sindicais, que, a partir de 1998, em parceria com o Governo Federal e Estadual, começaram a fazer esse papel de intermediador.

Em meio às transformações na economia brasileira e no mercado de trabalho, o SINE a partir dos anos 90, foi organizado com uma nova estruturação de funcionamento, tentando melhorar o serviço de intermediação do trabalhador e procurando ser mais rápido e eficiente na geração de informações sobre o mercado de trabalho. O programa promovia também cursos de qualificação profissional e o fomento de projetos de emprego e renda (GASPAR NETO, 2004, p. 35).

Entretanto, ao final da década, o DIEESE (2001) mostrou que o programa de intermediação teve baixo desempenho nos anos 1990 e que o resultado foi a busca pelo aprimoramento do sistema com acréscimo de outras linhas para inserir o trabalhador no mercado. A mesma opinião foi apresentada por Azeredo (1998, *apud* NETO, 2004): “A intermediação da mão-de-obra precisa se modernizar para aumenta eficiência do SINE e elevar a taxa de aproveitamento das vagas, que nos anos 1990 foram baixas, não atendendo com qualidade e eficiência aos trabalhadores”. Sobre isso Gaspar Neto (2004) afirma que:

Existe ainda o fato que as agências públicas de emprego, em sua grande maioria, estão mais voltadas para atender a oferta e demanda por postos de trabalho que exigem menor qualificação, oferecendo com isto salários mais baixos. Isto provoca um direcionamento no atendimento do sistema público de emprego aos trabalhadores de baixa renda, restringindo assim o atendimento a outros trabalhadores que precisam também de assistência (GASPAR NETO, 2004, p.42).

A Qualificação Profissional, por sua vez, foi uma das iniciativas mais notórias ao longo de todo esse processo. Até a criação do PLANFOR, no ano de 1995, não se podia falar efetivamente de uma política pública de qualificação, mas de ações relacionadas a ela. O PLANFOR recebia o financiamento do FAT e atuava de maneira descentralizada, através dos Programas de Qualificação Profissional – PEQs, visando uma ação de qualificação profissional básica, orientada para os trabalhadores que se encontravam fora da escola. Os PEQs eram coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho, que recebiam orientação das

Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, constituídas para garantir o controle social dos convênios firmados entre as respectivas Secretarias Estaduais e o Ministério do Trabalho, por meio do qual eram repassados os recursos do FAT destinados à qualificação profissional. Para a execução dessas ações de qualificação, cabia às Secretarias Estaduais, sob a supervisão das Comissões de Emprego, contratar instituições terceiras, que podiam ser as afiliadas do Sistema S, ONGs, centros de formação sindical das Centrais Sindicais, entre outros (ARAÚJO; LIMA 2003).

Outra política pública que se estabeleceu na década de 1990 foi o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, criado em 1994, com a função de apoiar ações de geração de renda através de linha especial de crédito e capacitação gerencial. Em outros termos, o PROGER, destinado a setores com pouco acesso financeiro, visava criar postos de trabalho, através de uma linha de crédito que destinada a dar condição do trabalhador abrir um empreendimento próprio. Em sua criação o PROGER atendia apenas a área urbana, porém a partir de 1995 incluiu a área rural. O programa, para viabilizar-se recebeu apoio técnico de várias entidades credenciadas, bem como parcerias com bancos estatais. Em pesquisa realizada por Araújo e Lima (2000), os autores afirmavam, ao final da referida década, no Agreste de Pernambuco¹⁴:

[...] Foram aplicados no Agreste, no período em análise, cerca de R\$ 131 milhões (31% do total destinado ao Estado), dos quais R\$ 56 milhões são advindos do PROGER URBANO. O PROGER RURAL participa com 14%, enquanto a parcela do PRONAF corresponde a 43%. Com uma população aproximada de dois milhões de habitantes (25% da população estadual), a Região apresentou um valor contratado *per capita* de R\$ 66 [...] Ressalte-se, contudo, a necessidade de um maior incentivo ao setor de serviços, com forte potencial nos Municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, cidades ricas no ramo da confecção e artesanato – atividades com grande capacidade de geração de ocupações.

Neste sentido, pode-se observar que nos anos 1990, a evolução das PPETR, embora com avanços, se deu de forma ainda tímida, em muito desarticuladas entre si e tendo no seu conjunto sido incapaz de atender as demandas dos trabalhadores, por sua vez colocados sob condições bem adversas, frente à crise do mercado de trabalho. As ações foram desenvolvidas de forma heterogênea com significativas diferenças entre si. Nesta perspectiva, Araújo e Lima (2003) enfatizam que a utilização dos recursos nos programas de geração de renda nos anos 1990, no Brasil, foi desenvolvida sem a implantação de uma metodologia, acompanhamento e avaliação de seus impactos para a população, que facilitariam o acompanhamento bem como o atendimento às reais necessidades do trabalhador.

¹⁴ Ver <http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/distribuicao.pdf>

2.3. Mudanças a Partir do Governo Lula

Luís Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República em 1º de janeiro de 2003, para sua primeira gestão, e em seguida conseguiu se reeleger em 2007. No momento em que Lula assumiu a liderança do país havia e ainda há uma forte desestrutura social e econômica, historicamente estabelecida, mas agravada com medidas como as privatizações e as reestruturações produtivas, que ocasionaram altos índices de desemprego. “Durante essa década, por exemplo, a cada 10 empregos criados, somente dois eram assalariados, o que configurou o cenário ocupacional de maior difusão de postos de trabalho não assalariados” (POCHMANN, 2001, p.97). Isso implicou no aumento da precarização das condições e relações de trabalho.

O novo Governo, sob forte expectativa da população, recolocou em debate a questão social brasileira. Desta forma, novas políticas públicas foram elaboradas e outras já existentes foram fortalecidas e continuadas. Especialmente, a fome e a miséria foram tomadas como alvos de destacadas políticas sociais, como os Programas Fome Zero e Bolsa Família. O diferencial trazido pelo novo Governo foi a implementação de uma agenda que deu uma maior visibilidade a ações voltadas para questões que apontam para o problema da desigualdade social. Nas palavras de Marcio Pochmann (2009)¹⁵:

Nós temos um problema estrutural da desigualdade. O que se verificou no governo Lula foi que de certa maneira os de baixo, os mais pobres, tiveram espaço na agenda das políticas públicas. De certa maneira, essas pessoas têm sido beneficiadas, mas o que se percebe, por outro lado, é que praticamente todo mundo ganha no governo Lula. Temos hoje um espaço de construção de políticas públicas de um novo tipo, voltadas a corrigir as desigualdades geradas justamente durante o período do crescimento econômico [verificado durante a ditadura militar de 1964-1985]. Como nós estivemos submetidos durante mais de duas décadas a uma expansão da renda a um nível muito baixo, os maiores perdedores foram os pobres, os trabalhadores (POCHMANN, 2009).

Com a criação de políticas públicas na área social e a suspensão do processo de privatização desenvolvido no governo anterior, além de outros processos econômicos, começaram a surgir alguns resultados, a exemplo de um incremento na geração de empregos formais. Segundo o IBGE, (2003-2006), analisando os primeiros anos do Governo Lula, a taxa de desemprego havia caído e o número de pessoas contratadas com carteira assinada crescera mais de 985 mil, enquanto o total de empregos sem carteira assinada diminuiria 3,1%.

¹⁵ Texto retirado de uma entrevista concedida por Pochmann à Carta Maior. Disponível em: www.cartamaior.com.br/.../cm_entrevista_pochmann_mai08.pdf - Similares

Já o total de pessoas ocupadas crescera 8,6% no período de 2003 a 2006. Assim, aos poucos foram sendo construídos mecanismos sociais na busca de superação das desigualdades e no combate ao desemprego e à fome.

O maior destaque, no campo das políticas públicas sociais, foi o Programa *Bolsa-Família – PBF*, tendo sido criado através do Decreto nº. 5.209, de 17 de Setembro de 2004; Trata-se de um programa de transferência de renda, surgido da fusão de programas de transferência de renda que já existiam, mas tendo sido ampliado enormemente seu raio de abrangência. Sua natureza é de benefício social, pois ajuda famílias em situação de pobreza. O Programa Bolsa Família prioriza a mulher como responsável por receber o benefício. Isso significa, segundo dados atuais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, colocar quase R\$ 1,2 bilhão por mês em mãos femininas. São elas que recebem os valores transferidos pelo programa: 93% das 12,9 milhões de famílias atendidas em todo Brasil. No Estado de Pernambuco o número de famílias atendidas por esta política é 568.067 que segundo MDS¹⁶ corresponde a 66% da meta estabelecida.

Outra política implantada por Lula foi o *Luz para Todos* – programa criado no mês de novembro de 2003, com o objetivo de distribuir energia elétrica a mais de 10 milhões de brasileiros que residem no campo, até o ano de 2008, universalizando e garantindo assim o acesso à energia para a população rural. Foram beneficiados mais de 7,2 milhões de pessoas. Segundo o Ministério de Minas e Energia – MME, até 2011, só no Nordeste já foram 6,7 milhões de beneficiários. Porém esse programa no Estado de Pernambuco até o momento da pesquisa encontrava-se paralisado.

O Programa *Primeiro Emprego* – criado em 2003, tinha como meta criar 70 mil empregos para jovens carentes até o fim do ano. Contudo, só criou 1.308. No ano de 2006, quando o projeto acabou, apenas 3.936 jovens haviam sido empregados, quando a meta inicial seria de 260 mil vagas. Neste sentido, esta política pública não conseguiu atender e cumprir sua meta em seus 33 meses de existência, pois deixou de implantar a quantidade de vagas pensada no seu planejamento inicial. Em 2009, o Governo estudou reeditar o programa, porém, até o momento, não houve um consenso sobre o assunto. Em Pernambuco o Governo do Estado vem trabalhando numa linha semelhante ao Programa Primeiro Emprego, oferecendo vagas de emprego através da Agência do Trabalho de Pernambuco. Até o final de 2010, Pernambuco contava com 2.297 vagas disponíveis em todo o Estado, um número ainda limitado e muito inferior em relação à demanda da região.

¹⁶ Ver em <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011>

Na área habitacional, em 2004, foi estruturada a Política Nacional de Habitação – PNH, tendo como principal objetivo “retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população” (MCIDADES, 2010). Essa nova política habitacional constitui-se de dois sistemas: o Sistema Nacional de Habitação de Mercado – SNHM e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Este foi criado em 2005, juntamente com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FINHIS e o seu Conselho Gestor¹⁷, tendo como principal objetivo assegurar que os recursos públicos sejam destinados exclusivamente a subsidiar a população de baixa renda, que é onde se concentra a maior parte do déficit habitacional do país (MCIDADES, 2010).

Outro elemento trazido pelo SNHIS é a participação e o controle social na gestão da política habitacional, a exemplo do que já ocorre em diversas outras políticas sociais. Também foi elaborado o programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*¹⁸ do Governo Federal, que objetiva o financiamento da habitação para famílias com renda de até 10 salários mínimos, tendo como prioridade atender famílias com renda de até 3 salários mínimos. O investimento do Governo é previsto em R\$ 34 bilhões e serão construídas 1 milhão de moradias. Em Pernambuco as inscrições para o *Minha Casa Minha Vida*, são feitas em parceria com o Governo do Estado, através da Companhia Estadual de Habitação e Obras – CEHAB¹⁹, que até o início do ano de 2010 já possuía uma média de 20.000 cadastros. As demandas são separadas por município e segundo dados da CEHAB a cidade de Santa Cruz tem uma demanda ainda pequena. No momento da pesquisa o referido município tinha apenas 47 projetos e entre eles apenas 17 com base no salário mínimo.

Na área da Educação foi elaborado o *ProUni* – Programa Universidade para Todos. Este foi iniciado em 2004, tendo por finalidade ajudar no acesso de jovens de baixa renda à instituições de educação superior, com a concessão de bolsas de estudo parciais ou integrais. O público-alvo são estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Em Pernambuco, no ano de 2011, foram ofertadas 1.350 bolsas integrais e 192 bolsas parciais, totalizando 1.542 ofertas²⁰. Outras ações nesse campo, mas destinadas às pessoas que se encontram fora do período escolar considerado normal, foram: *Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos*. Destina-se a jovens e adultos com 15 anos ou

¹⁷ Esses instrumentos da política habitacional foram instituídos pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

¹⁸ O PMCMV foi criado através da Lei nº 11.977, de julho de 2009.

¹⁹ Ver <http://www.cehab.pe.gov.br/web/cehab>

²⁰ <http://noticias.universia.com.br/destaque/especial/2011/06/21/838447/16/prouni-oferece-recorde-92-mil-bolsas-veja-onde-esto-as-bolsas-estado/numero-de-bolsas-do-prouni-2011-em-pernambuco.html>

mais e é viabilizado por meio de parcerias com municípios, Estados, organizações não-governamentais, empresas privadas, universidades, organismos internacionais e instituições civis para combater o analfabetismo. O programa incorpora o Projeto de Educação de Jovens e Adultos – EJA e tem por objetivo ainda fortalecer políticas que estimulem a continuidade nos estudos e a reinserção nos sistemas de ensino. Tem natureza sócioeducacional e já beneficiou 8,9 milhões de jovens e adultos, segundo dados do Ministério da Educação (2008). Mesmo diante de políticas públicas voltadas a reduzir o índice de analfabetismo no País, muitas regiões ainda permanecem com números elevados de falta de instrução. Segundo dados do IBGE (2010), o Nordeste ainda figura como a região com maior número de analfabetos do Brasil e o Estado de Pernambuco ainda ocupa a oitava pior colocação no *ranking*, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Taxa de Analfabetismo em cada Estado segundo o Censo 2010 do IBGE

Estado	(%)	Estado	(%)	Estado	(%)	Estado	(%)
Distrito Federal	3,25	Santa Catarina	3,86	Rio de Janeiro	4,09	São Paulo	4,09
Rio Grande do Sul	4,24	Paraná	5,77	Mato Grosso do Sul	7,05	Goiás	7,32
Espírito Santo	7,52	Minas Gerais	7,66	Mato Grosso	7,82	Amapá	7,89
Rondônia	7,93	Amazonas	9,6	Roraima	9,69	Pará	11,23
Tocantins	11,9	Acre	15,19	Bahia	15,39	PERNAMBUCO	16,73
Sergipe	17	Ceará	17,19	Rio Grande do Norte	17,38	Maranhão	19,31
Paraíba	20,2	Piauí	21,14	Alagoas	22,52	BRASIL	9,02

Fonte: Censo 2010 - IBGE

Em defesa das causas femininas foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, a qual mantém um *status* de Ministério, com o intuito de dar maior ênfase aos problemas sociais envolvendo questões de gênero. Cabe destacar que essa Secretaria tem o papel de articular as diversas ações voltadas para as mulheres e que são desenvolvidas pelos vários Ministérios. Desde a constituição da SPM, já é possível apontar alguns resultados relevantes, como exemplo: a criação de Ações de Participação Política das mulheres, através de Fóruns Nacionais e Regionais de Instância de Mulheres de Partidos Políticos; Comissão para realizar mini-reforma da Lei 9.504/97, que criou a Comissão Tripartite, entre outras iniciativas (BRASIL, 2009)

Na área da saúde, foi criada a Farmácia Popular²¹, considerando a necessidade de proporcionar diminuição do impacto causado pelos gastos com medicamentos no orçamento familiar, ampliando o acesso da população aos tratamentos com medicamentos. O Governo Federal também regulamentou os planos de saúde e, segundo BUCCI (2002)²², reestruturou o SUS, através da implantação de um sistema de organização, planejamento e fiscalização na área da saúde.

Na área cultural, foi criado o Programa Cultura Viva²³, tendo o Ponto de Cultura como ação prioritária e ponto de articulação das demais atividades do Programa. Até abril de 2010, existiam 2,5 mil Pontos de Cultura espalhados por 1.122 cidades do país.

Desse modo, o incentivo às políticas públicas tem sido fortemente ampliado, conseguindo inclusive obter resultados importantes e de grande impacto social e econômico. Segundo documento lançado pelo IPEA (2010)²⁴, intitulado “Pobreza, desigualdade e políticas públicas”, podemos destacar que:

Na década atual, a combinação entre a continuidade da estabilidade monetária, a maior expansão econômica e o reforço das políticas públicas, como a elevação real do salário mínimo, a ampliação do crédito popular, reformulação e alargamento dos programas de transferências de renda aos estratos de menor rendimento, entre outras, se mostrou decisiva para a generalizada melhora social no Brasil.

Desta forma, os programas de transferência de renda utilizados no Governo Lula são vistos por alguns estudiosos como uma forma de efeito amenizador da miséria e do sofrimento dos mais pobres (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007) e assim, segundo Pochmann (2007), promovem melhorias em indicadores socioeconômicos e diminuição da pobreza e desigualdade de renda no Brasil. O programa de transferência de renda se insere em um contexto socioeconômico internacional, marcado pelo crescimento do desemprego, crescimento da violência, da contundente pobreza e desigualdade social verificada em todo o mundo, especialmente nos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento. É consenso entre diversos estudiosos que a pobreza e a desigualdade social constituem um dos maiores desafios do nosso século, na medida em que colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos e relacionam-se com diversas dimensões da condição humana (AGUIAR; ARAÚJO, 2002). Assim, Aguiar e Araújo (2008) afirmam que, para os países da periferia, são necessárias estratégias que garantam o avanço para as pessoas

²¹ Regulamenta a Lei no 10.858, de 13 de abril de 2004, e cria a "Farmácia Popular do Brasil"

²² Disponível em http://preparabrasil.uol.com.br/_site/artigos/artigo_default.asp?ID=61

²³ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>

²⁴ Texto disponível em: www.andrenogaroto.com.br/visualizar-post.php?id=266

individualmente e o desenvolvimento qualitativo da produção e das coletividades. E a renda é uma estratégia para a sobrevivência.

No âmbito das PPTER, várias medidas foram tomadas. Em 2003, foi criado o PNQ, em substituição ao PLANFOR. Em 2004, foi criado o Programa do Primeiro Emprego. Em 2004 e 2005, embalado pela ampliação das políticas sociais, assim como pelo crescente interesse em articulá-las entre si, o Ministério do Trabalho e Emprego organizou, respectivamente, o I e o II Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, envolvendo gestores de políticas de trabalho, membros de comissões de emprego, intelectuais e organizações representativas da sociedade. Ambos os referidos Congressos incluíram momentos preparatórios nos grandes Municípios e em todos os Estados da Federação. Constituíram-se, assim, em momentos de mobilização e discussão privilegiados sobre a formulação de um horizonte mais estratégico para as políticas de emprego/trabalho no país (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2010).

“Diante de uma trajetória tardia e fragmentada de construção das políticas públicas de emprego no Brasil, tais congressos colocaram-se o desafio prioritário de criar as condições da integração sistêmica das funções de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, formação profissional, orientação profissional, certificação profissional, políticas específicas para a juventude, programas de geração de emprego, trabalho e renda, sistema de informação sobre o mercado de trabalho” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2010, p. 21).

Na seqüência o autor, chamando a atenção para as contradições e limitações dessas iniciativas, comenta:

“Mesmo sob o Governo Lula, quando o elemento da participação, do controle e da negociação sociais se colocaram em um outro patamar, inclusive no campo da regulação das relações de trabalho (com a constituição do Fórum Nacional do Trabalho), mas também das políticas públicas de emprego/trabalho (com os avanços na formulação e articulação de um projeto de Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda), o sistema CODEFAT se manteve com dificuldades de se afirmar como um espaço efetivo de controle social e as organizações sindicais não tem conseguido empreender uma forma de participação que consiga pressionar positivamente esse espaço no sentido de sua publicização e que consiga estabelecer uma ponte entre o mesmo e as lutas sindicais. Por outro lado, as *políticas públicas de emprego, trabalho e renda* não superaram sua condição histórica fragmentada e seu caráter “de programa”, não se constituindo, ainda, em “políticas de Estado”. Apesar dos avanços, ainda, não é possível se falar na existência de um Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda no país, nem em uma dinâmica de participação e controle sociais mais efetivo” (VERAS DE OLIVEIRA, 2010, p. 21).

2.4 Políticas Públicas de Gênero

A política pública que incorpora a questão de gênero na agenda governamental ainda é um processo em construção. Segundo Farah (2003), tais ações podem ser vistas como resultado da agenda formulada por movimentos de mulheres e entidades feministas, assim como das prioridades estabelecidas por outros movimentos nos quais a presença das mulheres é decisiva, como nos movimentos de moradia. Esse esforço de inclusão da questão de gênero na agenda pública do país faz parte do processo de democratização que tinham mulheres como integrantes fundamentais nos movimentos sociais, participantes na luta pela redemocratização. A participação da mulher nos movimentos sociais traz para a esfera pública o que antes era privado, pois a mulher mostra para a sociedade suas reivindicações e se torna parte de uma construção coletiva. Farah (2003) complementa:

A constituição das mulheres como sujeito político se deu inicialmente por meio de sua mobilização em torno da luta pela redemocratização e de questões ligadas à esfera da reprodução, que atingem os trabalhadores urbanos pobres em seu conjunto (moradia, saneamento básico, transporte, custo de vida). Mas, em sua mobilização em torno destes temas, as *mulheres* passaram também a levantar questões específicas ligadas à condição da mulher: desigualdade salarial, direito a creches, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher (FARAH, 2003, p.4).

Questionamentos do movimento feminista em torno de temas que contemplam as mulheres foram convergentes com os movimentos sociais e contribuíram para a incorporação da questão de gênero na agenda política. Entretanto, as primeiras investidas feministas focaram na crítica à ação do Estado em relação às mulheres, uma vez que o movimento de mulheres se mantinha um pouco afastado do Estado para preservar sua autonomia. “Mas sob o signo da democratização, alguns grupos começaram a defender a ocupação de espaços governamentais por mulheres e assim que a democratização avançava passou-se a formular propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero” (FARAH, 2003). Desta forma, com a introdução do tema houve um incentivo à formulação de propostas políticas na luta pela superação da desigualdade.

Na década de 90, a agenda de reforma do Estado implica em uma inflexão no movimento de expansão das políticas públicas sociais, o qual teve na Constituição de 1988 seu principal marco. Os recursos ficaram escassos para suprir as demandas sociais, alimentando uma nova agenda de reformas, estruturada sob referenciais, como: “Descentralização, vista como uma estratégia de democratização e uso dos recursos públicos de forma mais eficiente; novas formas de articulação entre Estado e sociedade civil; novas formas de gestão das políticas públicas e promoção de políticas focalizadas” (FARAH, 2003).

Quanto à agenda de gênero, sofre modificações: de um lado, “especificando-se em torno de temas como saúde, sexualidade, violência contra a mulher, dentre outros. De outro lado, ‘dialogando’ com a agenda mais geral de reforma do Estado, evidenciando concepções diferenciadas sobre a incorporação de gênero por políticas públicas²⁵” (FARAH, 2003, p. 05).

A promoção de políticas focalizadas é baseada na idéia de que esta pode garantir a eficácia de políticas de combate à pobreza, uma vez existe uma parcela significativa de mulheres pobres no total da população. Com esse pensamento, movimentos e entidades de mulheres passaram a recomendar que a mulher fosse colocada como fator prioritário na elaboração de políticas públicas de combate à pobreza, fato este que também foi mencionado na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995. A partir destas reivindicações, foram constituídas ao longo das últimas décadas, políticas e programas de governos locais que incluem a temática de gênero, as quais permeiam áreas como: saúde, combate violência contra a mulher e programas de geração de renda. Assim, há evidentes sinais de que políticas e programas de governos locais que incluem a temática de gênero ainda são um processo recente e em construção. Essas políticas ainda são incipientes, carecendo um maior incentivo governamental.

Conforme já comentamos a Política Pública de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil só passou a ter uma maior visibilidade a partir de 1995, na gestão do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde então, o país vem desenvolvendo um conjunto de iniciativas para a promoção de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, que abrange a criação de instâncias no âmbito dos Estados e municípios. As Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda que são orientadas para a mulher são iniciativas muito recentes. Na perspectiva de torná-las mais efetivas, em 2003, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada no âmbito institucional a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com *status* de Ministério, ligada diretamente à Presidência da República e com a finalidade de desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania²⁶. Apesar dos avanços, as iniciativas de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda direcionadas para mulheres ainda são muito restritas, sendo uma das áreas mais visíveis a de Qualificação Profissional que, de certa forma, ainda é muito limitada em termos quantitativos e qualitativos.

²⁵Ver também: www.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos.../Políticas_Genero_2.pdf

²⁶ A SPM foi criada através da Medida Provisória 103, no primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato.

No ano de 2004, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) criou o Plano Nacional de Políticas Para Mulheres - PNPM ²⁷, com o objetivo de expressar o reconhecimento do papel do Estado como promotor e articulador de ações políticas que garantam um Estado de Direito. Segundo informações da SPM (2004), o PNPM expressa ainda o reconhecimento de que a construção destas políticas deve ser feita em permanente diálogo com a sociedade e com as organizações que a representam. O Plano está estruturado em torno de quatro áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e enfrentamento à violência contra as mulheres. São vários os enfoques que o PNPM traz, porém daremos uma maior ênfase às políticas de trabalho, emprego e renda, por se constituir o objeto deste estudo.

É sabido de longas datas que a luta das mulheres por melhores condições de trabalho faz parte de sua história e que as dificuldades em relação à mulher persiste ao longo do tempo principalmente no tocante à questão da mão-de-obra. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), de 2003, mostravam que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil era de 50%, um número ainda inferior em relação à média dos países em desenvolvimento. Os dados disponíveis sobre o mercado de trabalho indicam as dificuldades que um contingente importante de mulheres, especialmente as mais pobres e com menor escolaridade, ainda enfrentam para poder entrar no mercado de trabalho, o que representa um dado importante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora e na mudança produtiva, possibilitando a incorporação e aumento da exploração da força de trabalho das mulheres (ANTUNES, 2000).

Dessa forma, temos mulheres desenvolvendo tarefas semelhantes às dos homens com remunerações mais baixas, o que oportuniza o poder público a criar mecanismos que busque igualdade entre os sexos. Assim, em agosto de 2004, por meio de Decreto Presidencial, foi instituída, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades de Gênero e Raça no Trabalho, visando promover políticas públicas de combate a todas as formas de discriminação no emprego e na ocupação. A Comissão é de âmbito nacional, de caráter permanente e consultivo. Entretanto, esses mecanismos implementados ainda não foram suficientes para garantir tratamento diferenciado para a mulher trabalhadora. Em compensação algumas mudanças introduzidas produziram

²⁷ Foi construído com base nos resultados da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que indicou “as diretrizes da política nacional para as mulheres na perspectiva da igualdade de gênero, considerando a diversidade de raça e etnia” (BRASIL, 2009).

efeitos positivos que se tornaram importantes. O CODEFAT é um exemplo disto, pois em sua deliberação foi contemplado um investimento especial em grupos de mulheres mais vulneráveis, de variadas faixas etárias, visando aumentar a chance de inserção dessa população no mercado de trabalho, por meio do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES consiste em uma ação que pode favorecer a inserção das mulheres no mundo do trabalho. Para o PNPM,

Vai além da estrutura de mercado, a economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas, de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática dos membros da organização ou empreendimento nas decisões. A economia solidária é uma das formas de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho. (PNPM, 2003, p.42).

Outra ação política importante foi a criação do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003, com a missão de transversalizar e promover o acesso das mulheres rurais, populações quilombolas e povos indígenas às políticas públicas de acesso à terra, desenvolvimento agrícola e ampliação da cidadania.

Todas estas iniciativas da SPM estavam pautadas em metas: inserir a mulher no mercado de trabalho; atender mulheres jovens; priorizar a intermediação mão-de-obra feminina nas ações do SINE; capacitar mulheres através de qualificação profissional e gerencial e apoiar os Estados e Municípios na construção de equipamentos sociais para facilitar a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho.

Para Márcio Pochmann (2010)²⁸, o segmento feminino é mais vulnerável, de nível educacional mais fragilizado em relação ao acesso à educação, colocado sob os piores empregos, com menor expectativa de vida, e isso exige um repensar das políticas públicas.

A PPETR desenvolvida no país ainda carecem de uma maior efetividade, principalmente dentro de instâncias menores como os Municípios, onde as ações ainda são executadas de forma fragmentada e pouco contínua. Essa fragmentação a princípio se deve ao processo de descentralização administrativa posto em prática a partir da Constituição de 1988. A descentralização modificou o cenário de implantação de políticas públicas no país, pois houve a transferência de responsabilidades dos governos federal e estadual para os governos municipais. Essa transferência deu maior autonomia aos municípios, estabelecendo maiores

²⁸ Entrevista Concedida por Marcio Pochmann em 06 de Abril de 2010. Disponível em: http://www.hamiltonpereira.org.br/hamilton/website/noticias/caminhos-, 20100406123008_M_186.aspx

responsabilidades, bem como a necessidade de uma nova atitude dos governos municipais frente às demandas locais. Arretche (2000) afirma que a responsabilidade pela política pública não definida pela Constituição é resultado da iniciativa ou adesão dos entes federados a algum programa proposto por um nível de governo superior que almeja descentralizá-lo. Como, com a descentralização, a sociedade passa a estar mais próxima do poder público, podendo fiscalizar e participar das decisões, obriga o poder público a agilizar seja na implementação de políticas seja na busca de recursos externos.

Dessa forma, as políticas enquanto ações de governo, passam a se caracterizar como ferramentas principais de desenvolvimento local, podendo vir a desempenhar importante papel no processo democrático. Assim, as políticas deveriam dar conta das demandas, mas o processo de descentralização vigente vem instituindo novas características nos processos de políticas públicas. Segundo Arretche (2000), a descentralização, mesmo vista como um processo de evolução administrativa traz consigo um processo de desconcentração de poder, aumentando a disputa entre grupos políticos locais. O fato é que o processo de descentralização deixa para o município toda a responsabilidade de implantar, executar e buscar recursos para o desenvolvimento das políticas públicas.

CAPÍTULO 3 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E DE GÊNERO NO PÓLO DE CONFECÇÃO DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

3.1 Cenário da Pesquisa

A cidade de Santa Cruz de Capibaribe, como já é sabido, é considerado um dos maiores celeiros de oportunidade de negócio e um dos municípios do Estado de Pernambuco com maior porte em movimentação econômica, no qual predomina a indústria e comércio de confecções. A cidade cresce em ritmo acelerado e, segundo o IBGE/2010, Santa Cruz do Capibaribe tem a terceira maior população do Agreste pernambucano (mais de 87 mil habitantes), atrás apenas de Caruaru e Garanhuns. É considerada a maior produtora de confecções do Estado e, de acordo com dados do SENAI/2010, é a 2º maior produtora de confecções do Brasil. Recentemente, como resultado de uma articulação política na Assembléia Legislativa – PE, o município passou a sediar o Fórum que representa o Agreste Setentrional. O Fórum, que atendia na cidade de Limoeiro – PE passou a funcionar na Escola Municipal Ivone Gonçalves Aragão, em Santa Cruz. A migração do Fórum, de uma cidade para outra, aconteceu sob o argumento de que Santa Cruz do Capibaribe tem o perfil econômico necessário para representar a região. Segundo um líder político local: “O município impõe liderança no arranjo produtivo, possui a 14ª população do Estado e tem uma economia forte, características que fazem do local uma cidade pólo”. Com essa articulação de mudança de cidade do fórum, Santa Cruz ganha visibilidade do ponto de vista político porque do ponto de vista econômico ela já se sobressai, ressalta o líder político²⁹. Diante da fala da liderança política, surge um questionamento da pesquisadora: será que ganhando visibilidade política a cidade agora vai se empenhar com maiores investimento em relação às políticas públicas?

A cidade vem passando por uma corrida imobiliária, pois o crescimento das empresas e fabricos, associado à grande migração de pessoas, que vêm se instalar na região, favorece a verticalização da cidade e gera a necessidade da execução de várias construções, para abrigar as centenas de empreendimentos, trabalhadores e visitantes que vivem e/ou atuam no município. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/2010), divulgados no mês de julho de 2011, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostram que a construção civil foi uma das grandes responsáveis pela alta do emprego formal

²⁹Entrevista do Deputado Estadual Diogo Moraes, concedida a rádio Filadélfia FM. Disponível em <http://www.radiofiladelfia.fm5.com.br/site/?m=201103&paged=3>. Acesso em 03/03/2011.

em Pernambuco, com 4.400 postos de trabalho criados. Segundo o Jornal Folha de Pernambuco³⁰, Apesar de não existirem dados oficiais sobre o mercado imobiliário no Interior do Estado, nem com o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon/PE), nem com a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi/PE), esse crescimento é notado em toda a área próxima. Há na cidade de Santa Cruz um grande fluxo de pessoas e uma forte existência de migrações pendulares que contribuem para o aspecto de “inchaço” e uma visão pouco organizada do local. Essas migrações também favorecem a procura por alugueis, compras e construções de imóveis, segundo nos informou um dono de imobiliária situada em Santa Cruz. A transformação da formação espacial se dá basicamente através do processo migratório muito intenso, onde pessoas de todo o Nordeste e de outras regiões do país procuram a região, seja em busca de empregos ou para comprar suas mercadorias. O processo de urbanização do município estudado é muito alto. Conforme Machado:

Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, que em décadas passadas eram basicamente agrícolas, com exceção de Caruaru, apresenta taxas de urbanização superiores a 90%, confirmando a dinâmica de atividades urbanas em contrapartidas das atividades ligadas ao meio rural. [...] A média de crescimento anual, nos últimos 50 anos foi de 7,03% para Santa Cruz do Capibaribe, 5,00% para Toritama, ficando atrás de Caruaru com 3,32%. (MACHADO, 2005)

O processo de crescimento urbano vai aos poucos organizando relações sociais entre moradores nativos e os novatos, gerando também um misto de contradições entre o velho e o novo, o antigo e o moderno, o morador e o visitante. A cidade possui 35 (trinta e cinco) bairros e 02 (dois) distritos (Pará e Poço Fundo), além de 13 escolas da rede privada, 22 escolas da rede pública e 02 faculdades da rede privadas. Apesar de existir uma quantidade considerável de escolas, o nível educacional da região ainda é muito fraco, devido à prioridade que as pessoas dão ao trabalho, em detrimento da educação. Algumas ações isoladas do poder público local acontecem para enfatizar a questão educacional (campanhas, projetos), porém são paliativas, pontuais e descontinuadas, sem muito efeito social.

A região é palco de vários problemas sociais, com crescimento econômico referenciado como símbolo de “riqueza”, onde o desemprego não se caracteriza como problema pelo fato de que a oferta de trabalho é sempre muito grande. No que diz respeito à infra estrutura, a cidade cresceu desordenada e sem planejamento e parece que não acompanhou o desenvolvimento econômico, em virtude dos seus inúmeros desajustes estrutural.

³⁰ Ver: <http://www.folhape.com.br>, Acesso em Agosto de 2011.

Foto 1 - falta de Infraestrutura

Fonte: Blog do Melqui³¹.

É comum observar ruas sem pavimentação, falta de rede de esgoto, falta de planejamento das vias de acesso à cidade, que ocasionam engarrafamentos principalmente em dias de feiras (de domingo a terça), além da não existência de um distrito industrial, algo muito necessário por conta do grande número de empresas situadas no município (cerca de 12 mil). Falta investimento do poder público na infraestrutura da cidade, pois ao adentrarmos nas suas ruas e bairros nos deparamos logo com a visão de casas pobres, construídas sem planejamento e situadas em lugares de difícil acesso e em áreas que podem ser consideradas de risco. Outro problema estrutural encontrado na cidade é a falta de transporte. Para ter acesso à cidade é necessário fazer um percurso de carro próprio, ou fazer uso de carros alternativos, utilitários da marca Toyota, pois de determinadas cidades de Estados vizinhos não é possível chegar a Santa Cruz de ônibus, porque as linhas de ônibus mais próximas passam na BR 104, no Distrito de Pão de Açúcar, distante aproximadamente 10 km. Para dar

³¹ <http://melquilima.blogspot.com>. Acesso em 23/05/2011.

acesso a cidade, constituiu-se Cooperativa de Condutores Autônomos em Transportes Alternativos de Passageiros de Santa Cruz do Capibaribe - CCATA³².

Foto 2 - Utilitários Toyotas, que fazem Transporte Alternativo na Região



Fonte: Registro da Autora

Outro problema a ser pensado pelo poder público local é a questão do transporte no interior da cidade, pois também não há como se locomover de um bairro para outro, visto que não existe transporte coletivo. A alternativa é recorrer às velhas, cansadas e lotadas *Toyotas*, que circulam pela cidade, ou então utilizar aos serviços de moto taxistas, que vem se constituindo na segunda opção existente na localidade. Trata-se, principalmente neste último

³² Segundo informação de um motorista de Toyota, concedida à autora, a cooperativa dos condutores estabelece a rota a ser percorrida pelos motoristas e assim delimita os espaços. Cada um faz uma rota e procura respeitar os espaços através dessa delimitação.

caso, diga-se de passagem, de um trabalho muito precarizado, que coloca em risco permanente a vida do condutor e do conduzido. Assim como em muitas cidades do Brasil, o serviço de mototaxi existe como alternativa, porém em Santa Cruz se constitui em uma alternativa quase que obrigatória, por não existir muitas possibilidades. Em outras cidades este serviço é utilizado como alternativa ao táxi, como opção mais acessível em termos quantitativos, pois os preços são fixados independente da distância a ser percorrida. Em Santa Cruz, o mototaxista cobra uma quantia de R\$ 3,00 para fazer uma corrida para qualquer destino nos limites da cidade.³³

Foto 3 - Mototaxistas em seus postos de trabalho



Fonte: Blog Agreste Notícias³⁴.

A foto acima mostra mototaxista a espera de cliente, na cidade de Santa Cruz. Estes também são organizados através de uma associação³⁵. Atualmente, há cerca de 600 pessoas

³³ Ver também estudo de Jucelino Pereira Luna: “O Trabalho Reconfigurado e a nova condição do Trabalho Informal e Precário: A saga dos Trabalhadores de Moto-Táxi em Campina Grande”, Tese de Doutorado, PPGCS/UFPG, Campina Grande, 2010.

³⁴ <http://www.agrestenoticia.com/2011/06/mototaxistas-de-santa-cruz-comemoram.html>.

³⁵ Associação dos Mototaxistas de Profissionais de Santa Cruz do Capibaribe. Fundada em 06 de Junho de 1997.

desenvolvendo essa atividade no município. O poder público local ainda tem se mostrado muito alheio a tal situação.

Focalizando as políticas públicas no âmbito municipal e estreitando para o Agreste de Pernambuco, as políticas públicas de emprego e renda nesta região ainda são incipientes, existindo algumas iniciativas nesse sentido (como o ainda muito tímido trabalho realizado pelo SINE). Na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, essas iniciativas ainda são recentes, apesar de sua exuberância no campo econômico. Com tamanha importância na economia da região, o Pólo de confecção propicia uma grande geração de renda, muito embora as relações de trabalho sejam dadas na sua grande maioria de maneira informal e precária, dando margem a relações de exploração da força de trabalho em muitos casos, o que sugere um desafio ao poder público local para a criação de políticas públicas que possam atender às demandas da população, dentro dessas especificidades.

3.2 PPETR e de Gênero em Santa Cruz do Capibaribe: o contexto e seu desenvolvimento

Conforme já indicamos, o Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco, formado pelas cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, foi constituído de uma maneira fortemente referenciada na ação “autônoma” de trabalhadores e trabalhadoras pobres, sem contar com a ação do Estado, porém ao se constituir trouxe na sua essência um histórico marcado por relações de trabalho informal e precário. Esse histórico tem conseguido sobreviver ao longo do tempo e seu processo de transformação parece ainda distante, apesar de na atualidade contar com a existência de investimentos por parte do Estado, e de várias entidades não governamentais, além da iniciativa privada.

Foto 4 - Mulheres vendendo as colchas de retalhos (Início da feira da sulanca)



Fonte: www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br

Apesar deste cenário constitutivo, esse aglomerado produtivo conseguiu se destacar e ganhar expressividade no setor do vestuário, ao ponto de ser considerado um dos maiores pólos de confecção do Brasil. Assim ele possui características especiais, por fazer uso da base familiar como força de trabalho (pai, mãe e filhos), com seus membros distribuídos em várias atividades da produção, em uma nova dinâmica das distinções entre o trabalho entre homens e mulheres. Os atores sociais, como afirma Veras de Oliveira (2011), continuam impregnados de uma perspectiva “autônoma”, sem que apelem, demandam, exijam, com mais contundência, a participação do Estado, para por em curso mudanças no cenário social. Da parte da política local, tais demandas, quando se colocam, muitas vezes não são captadas pelo poder público. A intervenção do Estado na região ainda é muito embrionária. No que se refere às questões relacionadas à geração de trabalho e renda, se constituíram alguns poucos programas, na maior parte orientados a partir da agenda do Governo Federal.

Segundo alguns relatos empíricos colhidos na pesquisa de campo, especialmente nos anos 1990, com a crise econômica e social que se abateu sobre o país, tal adversidade também foi sentida na região. Por outro lado, a ampliação, em bases nacionais, das PPTER, sobretudo resultantes das condições políticas e institucionais propiciadas a partir da Constituição de 1988, repercutiu em uma certa emergência de ações públicas referidas a essa área no município de Santa Cruz e entorno.

Diante das novas condições de produção e comercialização a que foi submetido o segmento de confecções no país, um movimento de inovação tecnológica e de renovação das estratégias de gestão empresarial não deixaram de repercutir sobre o Pólo do Agreste, não obstante o caráter relativamente pouco estruturado de suas empresas, em termos mais gerais. Com isso, novas exigências de qualificação se colocaram, ao mesmo tempo em que novas instituições passaram a desenvolver uma ação mais presente na região, a exemplo do SENAI, do SEBRAE, do Instituto Tecnológico de Pernambuco – ITEP, assim como da parte dos poderes públicos, seja em bases municipais, estaduais e federal. Assim são estruturadas as primeiras iniciativas de políticas de emprego em Santa Cruz do Capibaribe, especialmente as de qualificação profissional.

Neste cenário foi criada a Agência do Trabalho, com intuito de viabilizar a intermediação da mão-de-obra e acolher as demandas locais. Os programas de geração de emprego e renda ali desenvolvidos são fomentados a partir do Governo Federal e são baseados em recursos do FAT. Com relação aos dados sobre a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras encaminhados para a qualificação profissional, pela Agência do Trabalho, não foi possível obter número exatos, na oportunidade da pesquisa, pois a referida Agência encaminha os interessados e segundo a gestora a mesma não faz esse controle. Segundo a gestora, as vagas de emprego na região são abundantes e quase não são preenchidas devido à cultura do trabalho a domicílio. Na sua avaliação, a Agência do Trabalho tem se esforçado no sentido de verificar as necessidades do trabalhador, com o apoio do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, o qual conta com representações em número equitativo entre (representantes do governo municipal e estadual, os representantes dos sindicatos de trabalhadores e os representantes dos sindicatos patronais) ³⁶. No entanto, o trabalho desenvolvido ainda carece de um maior apoio dos órgãos representativos no sentido de

³⁶ Não foi possível o contato com o Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, devido a um reordenamento de gestores em função do exercício de um novo mandato do Governo Estadual. Mas a nossa entrevistada, Gestora da Agência do Trabalho, é um dos membros do Conselho.

ampliação dos postos de trabalho formalizados. As ações são ainda muito tímidas, tendo em vista a baixa colocação em relação ao número de trabalhadores que buscam alguma inserção.

No município de Santa Cruz do Capibaribe, a política pública de emprego, trabalho e renda, que tem ganhado maior visibilidade e uma das poucas constituídas com maior continuidade é a política de qualificação profissional. Na região, além do Plano Estadual de Qualificação – PLANTEQ (inserido na Política Nacional de Qualificação, do Governo Federal), encontramos ações de qualificação profissional oriundas de iniciativas do Governo do Estado (com destaque para o Qualifica Pernambuco), realizadas em parceria com a prefeitura, bem como ações desenvolvidas pelo CRAS, sob orientação da Secretaria de Ação Social do município. No que diz respeito às PPTER direcionadas mais especificamente às mulheres, foi identificado apenas um projeto, o que se refere à FEMUP, desenvolvido pela Coordenadoria da Mulher, em parceria com Governo do Estado.

A FEMUP é um projeto de geração de renda através do artesanato, composto por costureiras, donas-de-casa, mulheres que em muitos casos são chefes de família e estão à frente de fabricos de cunho familiar. Essas mulheres buscam no artesanato outra fonte de renda. Porém esse projeto também não tem propiciado uma situação de menor precariedade, uma vez que a atividade artesanal por si só não tem demonstrado um vigor suficiente para gerar oportunidades mais consistentes de renda e proteção social para os que com ela passam a se envolver. Dessa forma esse tipo de incentivo não tem contribuído para uma inserção em novas bases, para as mulheres da região, no mercado de trabalho.

Foto 5 - Artesanato das Mulheres da FEMUP



Fonte: Diário de Pernambuco (23/05/2011)

Na área da saúde também registramos algumas ações voltadas para a questão da prevenção e saúde do trabalhador, direcionados também pela agenda do Governo Federal, por meio do Programa de Saúde da Família - PSF. O acompanhamento deste programa é bem limitado e fruto de insatisfação entre os trabalhadores da região.

No Brasil, as políticas de emprego ainda são muito recentes e em se tratando de ações nos município de porte menor essas iniciativas são quase inexistentes. O que temos são programas pontuais direcionados pela vontade política local. As políticas públicas são iniciativas interventoras do Estado, para sanar, combater ou reduzir problemas no âmbito social. No caso de Santa Cruz podemos dizer que essa configuração acontece de forma bastante incipiente, tendo em conta o padrão precário que informa a ação do Estado na região. Nesse contexto, torna-se ainda mais relevante a ação de instituições privadas. É o caso do SENAI.

O SENAI, na região de Santa Cruz, é a instituição de maior alcance em termos de formação profissional e, anualmente, chega a formar cerca de dois mil jovens, com cursos técnicos. Por se tratar de uma instituição privada, a parceria com o poder público se dá mediante alguns programas incentivados pelos governos estadual ou municipal. Segundo informação da coordenação do SENAI (2011), seu público se constitui em 60% feminino e suas ações são voltadas à transformação do vestuário e administração, além de consultorias para o empresariado. Na opinião dos gestores do SENAI, o trabalho da instituição, na região,

é reconhecido pelos trabalhadores, seus cursos sendo considerados de boa qualidade. Tradicionalmente, o *Sistema S* trabalha a partir de necessidades demandadas pelo segmento empresarial.

3.3 As PPTEr do ponto de vista dos atores

Avenida 29 de Dezembro, a famosa “29”, centro da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, cenário inicial da pesquisa de campo, bem como das inquietações, medos, dúvidas, descobertas e reflexões teóricas que após longo caminhar culminou neste trabalho. A fase embrionária desta pesquisa foi fortemente marcada pela tentativa de se perceber as falas, gestos e atitudes de trabalhadores e trabalhadoras que atuam no Pólo de Confeccção de Pernambuco e, na seqüência, visualizar-se como se processam as políticas de trabalho existentes no município.

Em idas e vindas à campo, sempre se encontravam surpresas, dificuldades e possibilidades de entendimento do objeto de estudo, uma vez que este se caracteriza como um desafio para a autora por dois motivos: 1) o tema é amplo, embora seja ainda poucas as pesquisas sobre tal tema neste município; 2) A região possui uma dinâmica muito peculiar, tendo a informalidade como elemento principal em sua constituição.

Constatamos, no próprio desenvolvimento prática da pesquisa, o quanto uma maior clareza e compreensão do objeto em questão só se torna possível quando acontece o encontro entre, de um lado, os elementos de reflexão propiciados pelas leituras da bibliografia pertinente e, de outro, as pessoas e contextos reais com suas situações e condições de vida. Não basta apenas realizar entrevistas com o sujeito da pesquisa, é necessário olhar cuidadosamente o espaço investigado, as relações que os sujeitos estabelecem entre si, os espaços de sociabilidade, os conflitos, as dinâmicas sociais nas suas mais variadas manifestações.

Nesse sentido, esta pesquisa busca perceber sobre como no município de Santa Cruz vem ocorrendo a incidência de políticas de trabalho junto aos trabalhadores e trabalhadoras, particularmente inseridos nas atividades de confeccção. Isso, com um olhar um pouco mais atento para a situação das mulheres, por se tratar de um contingente muito expressivo na produção e comercialização confeccionistas, assim como por implicar no segmento social sobre o qual recai a responsabilidade do trabalho doméstico. A proposta é, portanto, tentar

perceber e refletir sobre as políticas públicas de emprego, trabalho e renda e quais os seus desdobramentos no cotidiano das mulheres trabalhadoras.

Para dar conta dessa empreitada, direcionamos a pesquisa para três segmentos principais: gestores públicos locais, entidades parceiras e mulheres beneficiárias das ações públicas (envolvidas nas atividades de confecção). Ao lado da pesquisa documental e da observação direta, o principal procedimento de pesquisa adotado foi a realização de entrevistas com representantes desses três segmentos. Algumas entrevistas foram concedidas por profissionais do poder público no próprio local de trabalho, outras foram concedidas por trabalhadores tanto no local de trabalho, por meio da realização de um grupo focal. Foram realizadas 09 entrevistas com gestores públicos, 02 sessões com grupo focal da FEMUP e 04 acompanhamentos das atividades (observação direta) além de 02 sessões com grupo focal do curso de cabeleireiro e 02 entrevistas com representantes de entidades parceiras. Quanto ao procedimento da observação direta, essa nos permitiu uma maior aproximação com o objeto, bem como um olhar mais cuidadoso em relação ao espaço de trabalho, às práticas divergentes das falas e às dinâmicas mais amplas ali implicadas.

De um modo geral, restou-nos forte a impressão do quão as políticas públicas vêm sendo construídas de cima para baixo, onde o governo local de forma unilateral cria e desenvolve ações que julga resolver ou amenizar alguns problemas sociais e, com base na implantação dessas políticas, constrói um discurso positivo acerca dos resultados, buscando passar a idéia de que atua pela erradicação dos referidos problemas e sob um diferencial de gestão. Neste sentido, é importante nos deter sobre qual a percepção que o poder público do município de Santa Cruz do Capibaribe tem em relação aos resultados e efetividades das políticas públicas direcionadas aos trabalhadores da região. Os questionamentos relevantes são: quais as políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas, no município, visando uma melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho? Quais as percepções sobre elas, da parte dos gestores públicos responsáveis por tais políticas? E como, do outro lado do poder público, se encontra a grande massa de trabalhadores, que em sua maioria vive, atua e desenvolve atividades precárias, flexibilizadas e informais, assim se faz necessário apreender como esses trabalhadores, e mais particularmente como as trabalhadoras, percebem a atuação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda desenvolvidas no município? O terceiro público entrevistado são as instituições parceiras, que atuam mais diretamente em ações para trabalhadores, a exemplo de sindicatos, escolas técnicas, entre outras. Qual o papel dessas instituições? Qual sua contribuição para tais políticas? Como as percebem?

Na seqüência, passamos a trazer, com base na pesquisa realizada, os pontos de vista e percepções de cada um desses três segmentos.

3.3.1. Os Gestores Públicos e as iniciativas locais de PPTER

O primeiro segmento a ser abordado foi o Poder Público local. Na tentativa de fazer um levantamento e um breve mapeamento das políticas públicas existentes no município, começamos nosso longo e sinuoso caminho percorrendo órgãos da estrutura municipal, na captura de dados oficiais e elementos relevantes ao nosso trabalho. De início, a pesquisadora parece sentir uma espécie de incapacidade em observar e analisar com clareza uma realidade tão simples e tão complexa ao mesmo tempo. Realidade esta que se apresenta tão forte e tão fraca, tão antagônica em sua estrutura, autônoma e ao mesmo tempo fragilizada, do ponto de vista da regulação pelo Estado. Enfim uma realidade complexa e atípica.

A busca constante em levantar dados trouxe como resultado o contato com alguns gestores públicos que na oportunidade estavam à frente de algumas secretarias ligadas ao governo municipal e/ou desenvolviam alguma atividade direcionada aos trabalhadores. Neste sentido, foi possível ter acesso algumas informações iniciais, mesmo que de forma superficial, no que diz respeito a empresas existentes e cadastradas na Secretaria de Indústria, Comercio e Turismo, repartição municipal responsável pelo cadastro de empresas formalizadas. Segundo informação do gestor desta pasta: “no ano de 2010 existiam aproximadamente 10.000 mil empresas formalizadas no município, que em sua maioria são de porte pequeno”³⁷

O objetivo em procurar o órgão acima mencionado foi obter em termos uma dimensão quantitativa dos postos de trabalho formalizados e, com isso, poder estimar a proporção de trabalhadores informais, tomando como base o contingente populacional. Se o cenário aqui estudado não fosse estruturalmente marcado pela presença constante de postos de trabalho precarizados, poderíamos arriscar em dizer que um município com menos de noventa mil habitantes e que possui dez mil empresas formalizadas, estaria este município em boas condições econômicas. Porém, tal constatação não se enquadra na realidade aqui apresentada porque a região produz muita riqueza, mas necessariamente de modo a distribuí-la mais equitativamente.

³⁷ Na oportunidade, da conversa com o Gestor Público, não foi possível fazer gravação da entrevista, tivemos que fazer anotações. E quanto ao número de empresas formalizadas, nosso entrevistado apenas forneceu uma estimativa, não fornecendo dados precisos.

Na seqüência, buscamos um contato com a unidade local do Sistema Nacional de Emprego – SINE, uma unidade recente e cuja denominação é *Agência do Trabalho*³⁸. Esta agência é gerenciada por uma mulher, que enfatiza a ligação da Agência do Trabalho ao SINE estadual, bem como a parceria com outras instituições da região. Na fala da gestora, a política pública direcionada ao trabalhador executada com mais freqüência é a política pública de qualificação profissional.

[...] Nós temos através do FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e o PLANTEQ e o Governo do Estado de Pernambuco... nós temos cursos de qualificação... Em que área? Especificamente na área em que Santa Cruz do Capibaribe e o entorno se desenvolve, que é a costura industrial, costura de moda praia, *designer* de moda, estilista e modelagem, corte e costura e vitrinismo e venda, informática básica, manutenção de máquina industrial... Por que? Porque essa área que... a pessoa se qualificando ela não vai ficar sem trabalho, ela vai ser inserida, com certeza, no mercado de trabalho, por conta da grande atividade, não só de Santa Cruz, como do nosso Pólo, que nós chamamos, que é Santa Cruz, Toritama, Caruaru, Taquaritinga. Então essas atividades, elas sempre têm vagas na Agência do Trabalho. Inclusive, vai começar um curso gratuito, que será ministrado pelo SENAI, porque o SENAI tem toda infra-estrutura pra o curso... São vinte alunos. A pessoa vem aqui, faz o cadastro e é encaminhado pra o SENAI (Gerente da Agência do Trabalhador de Santa Cruz do Capibaribe-PE, em 18 /01/ 2011)

De acordo com a fala da gestora, os cursos de qualificação profissional são bem direcionados à realidade da região e, diante da insistência da pesquisadora em enfatizar a questão de gênero, perguntando se havia uma procura maior do público feminino ou masculino, ela responde:

[...] Independente....costureiro ou costureira, independente, não tem....aqui pende mais pro lado feminino porque tem mais mulher em Santa Cruz, mas como as pessoas que vêm a procura desses cursos são pessoas vindas de outros municípios aí é independente de ser masculino ou feminino. Porque, aqui em Santa cruz, quem nasce já nasce costurando, a gente tem esse ditado que quem realmente quer partir pra esse lado da indústria de transformação é.... costura, aprende a costurar de pequeno. [...] Todos os cursos não têm aquela coisa só mulher... É independente (Gerente da Agência do Trabalhador de Santa Cruz do Capibaribe-PE, em 18 /01/ 2011).

A costura é a atividade de maior predominância na região e, do modo como é posta a questão, a exemplo deste depoimento, parece não haver uma divisão sexual do trabalho. A impressão que é passada é que costura parece estar arraigada na cultura local e que faz parte de sua constituição identitária. No discurso das pessoas da região, bem como dos gestores, a costura perde a característica feminina, atividade própria da mulher, e se transforma no meio de sobrevivência rentável para todos da região, independente das variáveis de sexo e idade. Por aqui a questão de gênero se mostra, pelos discursos locais, sem muita ênfase. O homem no Pólo de Confecção de Pernambuco não é marginalizado ou estigmatizado por exercer uma função que comumente é exercida por mulheres. O jargão “cabra macho,” tipicamente usado

³⁸ A Agência do Trabalho de Santa Cruz do Capibaribe foi inaugurada em 19 de Outubro de 2004.

no Nordeste, perde essa referência, pois neste cenário ele é visto como um trabalhador comum, sem nenhuma forma aparente de discriminação. Um exemplo disto foi uma matéria divulgada em fevereiro de 2011, pelo Jornal do Comércio (JC), de Pernambuco, intitulada: “*Trabalho de Homem, sim Senhor*”. Essa matéria mostra como se tornou comum, na região, o trabalho masculino na atividade da costura e como esse fenômeno tem ganhado força a cada dia.

Foto 6 - Homens na Costura



Fonte: JC On line (2010)

Não importa a idade ou o sexo na região, o importante aqui é que todos desenvolvam as atividades e ganhem seu sustento. A questão do “desemprego” na região é quase inexistente segundo a nossa entrevistada,

[...] Aqui veio uma costureira que ela é da Paraíba. Ela é de.....(esqueceu o nome da cidade), como é o nome da cidade? É um nomezinho que eu nunca tinha visto... E ela é costureira. Eu disse: “nossa, veio costurar aqui?” E ela disse: “foi. Onde eu moro não tem trabalho e aqui você vai ficar desempregada se você quiser”. Que aqui as costureiras estão mais próximas de casa. Salário de costureira é de R\$ 573,00 na carteira. Mas uma costureira não ganha só isso, tem a produção e... chegando setembro, outubro, novembro e dezembro, aí a produção sobe... Tem costureira que chega a ganhar R\$ 2.000,00 por mês. È aquilo que eu disse: costurando em casa. [...] Tanto homem como mulher, essa pessoa vai fazer seu próprio horário, porque vai poder costurar até meia noite e pode ter mais de uma pessoa em casa (Gerente da Agência do Trabalhador de Santa Cruz do Capibaribe-PE, em 18/01/2011).

Quando foi questionada sobre a questão da idade e escolaridade na região, a gestora assim se colocou:

Aqui não tem idade. Você chegando numa empresa, você vai ver pessoas com mais de 40 anos, como vai ver pessoas de 18 e 16 anos, que é o primeiro emprego. E o *Menor Aprendiz*³⁹... também pode se colocar na carteira como menor aprendiz... Ele costura num horário e estuda noutro. Às vezes a maioria estuda à noite... O horário do fabrico é um horário assim .. que não atrapalha o estudo porque é um horário de 07:30 às 11:30 e de 13:30 às 17:30 [...] O estudo pára mais no ensino médio. É aquilo que eu lhe disse: como nessa área não se exige escolaridade, então a pessoa prefere trabalhar do que estudar (Gerente da Agência do Trabalhador de Santa Cruz do Capibaribe-PE, em 18/01/2011)

No município de Santa Cruz do Capibaribe, segundo a entrevista, as demandas para a execução de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, principalmente para os cursos de qualificação, são formuladas pela Comissão Municipal de Emprego, que é constituída por empregadores, trabalhadores, Governo do Estado, Governo Municipal e Sindicato, porém essas demandas dependem das diretrizes do Governo do Estado:

[...] O Conselho de Emprego se reúne, na Agência do Trabalho, quando a Comissão Estadual de Emprego do Governo do Estado envia o plano de trabalho para o município. Eles mandam o plano de trabalho e a gente tem que se reunir, tem uma data limite pra poder encaminhar e ser convocado. O Estado manda no plano vários cursos, a gente (comissão) tem que escolher. A comunidade procura a gente através da Agência do Trabalho. Na intermediação, no próprio cadastro, a gente pergunta: “já fez algum curso? Tem interesse em algum curso? Queria aprender o quê?” Aí eles dizem. Aí sempre esses pedidos são mais atendidos (Gerente da Agência do Trabalhador de Santa Cruz do Capibaribe-PE, em 18/01/2011).

A entrevistada fez sinal e deu a entender que os cursos pleiteados pelas pessoas cadastradas são os escolhidos pela Comissão de Emprego do município, porém a fala dela deixa claro o quanto as políticas públicas são construídas de cima para baixo, cabendo à Comissão de Emprego apenas escolher o que é formulado previamente, atuando assim como homologadora do que já vem determinado de cima. Apesar de a entrevistada mencionar a autonomia da Comissão de Emprego Municipal, na escolha dos cursos, e falar sobre a realização de vários cursos de qualificação, somente 8 cursos de costura foram oferecidos no ano anterior. Outra questão que a entrevistada também não soube e ou/ não respondeu foi a respeito da quantidade de pessoas que a Agência do Trabalhador encaminha para se submeter a cursos ministrados por outras instituições parceiras. Ou seja, nem a principal gestora responsável por tal encaminhamento tem o controle dos quantitativos envolvidos nessa atividade.

³⁹ *Menor Aprendiz* é um programa criado pelo Governo Federal, por meio da Lei 10.97/00 de 19/12/2000, que estabelece a obrigatoriedade da contratação de jovens aprendizes na faixa etária dos 14 aos 24 anos. O programa oportuniza jovens que ainda não tem experiência no mercado de trabalho. A jornada de trabalho do menor aprendiz é de 6 horas diárias.

Prosseguindo a busca por políticas direcionadas ao trabalhador, chegamos até a Secretaria de Desenvolvimento Social, que tem sob sua direção também uma mulher. Esta secretaria é responsável por executar alguns programas de maior alcance social. Nesta foi possível encontrar em execução vários programas, muitos deles fomentados pelo Governo Federal. Destacam-se: o Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS; o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PET; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM; a Agência do Trabalho; Programa de Proteção ao Consumidor – PROCOM e o Programa Bolsa Família. Em alguns destes programas executados pela referida Secretaria, existe um espaço para ações de qualificação profissional.

[...] Nós temos uma parceria com o SENAI, nós temos cursos profissionalizantes constantes. Nós estamos sempre tentando outra coisa, menos costura, apesar de que a costura é o carro chefe. Esse ano nós estamos com um projeto o ano inteiro com trabalho em reciclagem. Nós temos muitos cursos de artesanato... tivemos bastante... oficinas de culinária, de atendimento, uma série de cursos que são feitos em Santa Cruz... Só que o que predomina mesmo é a costura. Onde você passa vê sempre fábricas, mas também muitos fundos de quintal. E a costureira aqui ganha muito bem. Então os cursos mais procurados são os de corte e costura. Na realidade nós não temos programas específicos pra qualificação, nós temos a Agência do Trabalho, que o FAT sempre manda recursos, mas tá sendo pouco. Nós conseguimos recursos com o CRAS e Bolsa Família... Na proporção do atendimento, a Assistente Social nas visitas... também os psicólogos, sempre entrevistam e perguntam qual o curso que aquela pessoa quer fazer, qual a vontade de trabalho. Nós abrimos as inscrições e trazemos o curso que a população quer (Secretária do Desenvolvimento Social, em 15/02/2011).

Quando a gestora foi perguntada sobre a possibilidade de ter ações mais direcionadas para mulheres, ela assim respondeu:

[...] O homem aqui costura, o homem é cabeleireiro... Tem mais mulheres, mas aparece homem também. A mulher é a grande maioria, mas os homens procuram muito também. O curso mais procurado e que dá maior número de homens é o curso de computação. Esses cursos são sempre cheios, sempre tem lista de espera. Inclusive, agora, nós recentemente compramos os computadores, porque quando nós fazemos contrato com a firma sai muito caro, então esse ano nós vamos pagar o profissional pra ensinar. Mas nós temos também a *Carreta da Informática*⁴⁰, da Secretaria de Educação, que leva curso para todos os bairros (Secretária do Desenvolvimento Social, em 15/02/2011).

⁴⁰ A Carreta da Informática foi iniciada desde Abril de 2009 e faz parte do *Projeto Informática para Todos*, desenvolvido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Santa Cruz do Capibaribe – PE. Este projeto visa atender a população de forma itinerante como um núcleo de difusão das tecnologias da informação e computação.

Foto 7 - Carreata da Informática



Fonte: Blog do Melqui (2010).

Ao falar dos cursos de qualificação em computação, a entrevistada ressalta a predominância do público masculino. O que acontece geralmente é que a maioria dos homens que trabalham, nas fábricas na atividade de costura, acabamento ou serigrafia, vão tendo novas oportunidades dentro das fábricas a medida que conseguem um aperfeiçoamento maior com o instrumento de trabalho e uma maior intimidade com alguns programas e *softwares* tidos como mais sofisticados. O computador é muito usado para fazer desenhos que posteriormente servirão de moldes para a serigrafia, porém esse trabalho aparentemente simples requer um conhecimento específico e uma habilidade também para desenhar. Atualmente, a maioria das fábricas de porte médio e grande, que atuam em Santa Cruz, utilizam máquinas de manuseio complexo e saber operar tais máquinas já dá ao indivíduo um diferencial em relação aos outros. Ele ganha um certo *status* que nos termos de Pierre

Bourdieu (1989) seria chamado de *capital simbólico*. Esse *status*, em termos objetivos, resulta em promoção salarial, em muitos casos em que o trabalhador possui um vínculo empregatício com carteira assinada.

Considere-se, no entanto, até onde pudemos apurar com os contatos em campo, quem em termos de *capital simbólico*, o trabalhador na região é muito mais valorizado pelo que sabe fazer, pela sua experiência, do que pela escolaridade. Outra versão curiosa a respeito da pouca escolaridade e/ou pouco interesse das pessoas pelos estudos foi uma história contada por nossa entrevistada:

[...] Olhe, escolaridade, em Santa Cruz foi o seguinte... Eu tiro por mim, na minha época, quando nós terminávamos a quarta série, íamos costurar. E existe uma história aqui muito interessante, aqui havia um professor, um crânio, uma pessoa muito admirada, professor Lindolfo e seu Sindomoro... Seu Sindomoro é analfabeto, é riquíssimo, hoje é um dos nomes de maior riqueza de Santa Cruz e esse professor Lindolfo não tinha dinheiro, todo mundo sabe, então as pessoas comparavam, Ah! Estudar pra que? Se professor Lindolfo sabe tanto e é pobre? Então a cultura de Santa Cruz, nós sofremos hoje isso, porque quando nós terminávamos a quarta série a gente parava de estudar e ia costurar, porque o dono de uma lojinha achava melhor que o filho fosse ser dono de uma loja do que estudar. [...] Só que quando a moeda de um real... quando houve essa troca e houve uma quebradeira no Brasil, tudo foi muito afetado com isso, aí que veio a necessidade de estudar. Então a partir daí começou as pessoas a valorizar os estudos, é tanto que hoje nós temos duas Faculdades na cidade, nós temos dois ônibus que vão pra Campina (PB) todos os dias com estudante, nós temos seis ou sete ônibus que vão pra Caruaru todo dia com estudante. Então as pessoas começaram estudar... Eu mesma fiz vestibular com 48 anos... Então depois de 90 pra cá é que as pessoas fazem cursos, a maioria só sabe escrever o nome. Essa educação que nos faltou até hoje faz falta. A cabeça ainda das pessoas tá muito atrás (Secretária do Desenvolvimento Social, em 15/02/2011).

Em relação à “quebradeira” na década de 90, mencionada pela gestora, ela atribui a necessidade de estudar, em função da situação criada com a edição de medidas como o confisco da poupança, a edição do Plano Real, entre outras medidas que afetaram muito a economia das pessoas. Além do mais, conforme observou Amorim e Araújo (1999), a década de 90 foi marcada por uma crise econômica que levou a indústria de confecção a sofrer um dos seus piores períodos. Nessa época o movimento de importação foi fortemente alargado, principalmente a importação de tecidos e roupas em grande volume a preços baixos. Esse processo provocou uma redução de atividades e a quebra de muitas empresas. Em Santa Cruz do Capibaribe também tais impactos também se fizeram presentes, fazendo com que algumas pessoas, especialmente os jovens da região buscassem alternativas nos estudos, vislumbrando maiores oportunidades no mercado de trabalho. Entretanto, a cultura do lugar continua fortemente marcada pela meta de, em primeiro lugar, “ganhar dinheiro”, com a educação ainda relegada a um plano bem secundário. Na região, os jovens são precoces, casam prematuramente e constituem família muito cedo, resultando numa maior responsabilidade em

manter o orçamento familiar, dessa forma, acabam se distanciando dos estudos para trabalhar e, assim, reproduzem essa dinâmica.

Embora a cidade tenha crescido de forma desestruturada, com pouco planejamento, e possuir uma massa de trabalhadores precarizados, é muito comum se encontrar jovens e adolescentes ostentando celulares de última geração e pilotando suas motos, fruto do trabalho na costura. Essa “facilidade” em ganhar dinheiro também tem trazido à tona vários problemas de ordem social, como drogas, alcoolismo e desestrutura familiar, entre outros.

Na continuação do trabalho, chegamos até a Coordenadoria da Mulher⁴¹. Na oportunidade entrevistamos a Coordenadora da instituição, além de conversarmos com membros da sua equipe. Nas palavras da Coordenadora:

[...] Essa Coordenadoria tem uma função como se fosse uma mini secretaria. Então nós articulamos todos os tipos de políticas de gênero do município. Então, na verdade, a gente trabalha em parceria com todas as outras secretarias. Trabalha com saúde; desenvolvendo; projetos na área da saúde da mulher... tanto na parte de prevenção como na parte de atendimento...; na área de assistência, encaminhando pro Bolsa Família; na área de educação, fazendo palestras, trabalhando com a questão de uma educação não sexista - inclusive esse ano de 2010 conseguindo criar um núcleo exclusivo de gênero dentro da faculdade, inclusive conseguimos um convênio com o Governo do Estado para o desenvolvimento do núcleo. Mas também temos outros tipos de projetos. Por exemplo nós desenvolvemos aqui no município a primeira feira de artesanato da história de Santa Cruz, só com mulheres que trabalham fazendo artesanato. A gente tá tentando desenvolver com ela tanto a nível de fazer curso pra que elas possam se aprimorar, como também criar uma identidade local, como Caruaru tem o barro, Santa Cruz tem que criar uma identidade também. Agora estamos começando a trabalhar essa identidade. Nós temos parceria. Lógico que agente não faz nada só! Temos outros projetos, que foi realizado agora em 2010 na área de educação. Tivemos um concurso de redação municipal em parceria com a própria Maria da Penha. Inclusive ela até mandou vídeo parabenizando. O concurso de redação foi sobre a lei Maria da Penha. Por isso fomos atrás da parceria com Maria da penha, porque aí ela participou. Essa Coordenadoria é municipal, mas temos parceria grande com o Governo do Estado e temos convênio também com o Governo Federal (Coordenadora da Coordenadoria da Mulher, em 18/02/2011).

A Coordenadoria da Mulher, por tratar especificamente da questão de gênero, possui em sua missão de trabalho a necessidade de interagir de forma mais constante com outros órgãos da esfera municipal e estadual. Essa interação se faz necessário para que as ações possam dar continuidade diante das limitações orçamentárias que surgem frequentemente segundo a entrevistada.

Foi possível perceber que o trabalho realizado pela referida Coordenadoria, embora ainda muito tímido, não se limita, como tem acontecido em geral com tal tipo de iniciativa, a apenas se dedicar ao combate à violência contra a mulher (que na região, apresenta um alto

⁴¹ A Coordenadoria da Mulher é um órgão pertencente ao poder municipal, ligado ao Gabinete do Prefeito, a qual já existia desde o ano de 2007, mas foi formalizada com autonomia e inaugurada em 29 de Dezembro de 2010. Sua função é desenvolver políticas públicas específicas para as mulheres.

índice). Vai, ao contrário, além disso. Nesse contexto onde é forte a presença de mulheres marcadas pela vivência da costura, em associação com as atividades domésticas, muitas vezes cansadas com o acúmulo de responsabilidades que lhe cabem, submetidas a um trabalho flexibilizado e precarizado, com uma vida corrida sentada à máquina, o papel da Coordenadoria tem sido também o de voltar-se para o incentivo à geração de trabalho e renda, sob melhores condições, e à criação de uma maior responsabilidade pública com a condição da mulher trabalhadora. Tem se colocado também a meta de ensejar uma nova identidade de trabalho entre as mulheres. Entretanto, quanto a isto, não será fácil produzir uma outra identidade de trabalho que não seja com a costura, em Santa Cruz do Capibaribe e demais cidades do Pólo. Isso, sobretudo, enquanto as atividades de confecção estiverem propiciando oportunidades de trabalho e ganhos no padrão que, embora reconhecidamente precário, se coloca acima daquele propiciado por outras regiões dos agrestes e sertões do Nordeste.

A atividade diferenciada organizada por esta Coordenadoria foi a instituição da Feira de Mulheres Produtoras de Santa Cruz do Capibaribe – FEMUP⁴², onde muitas mulheres que vivem da costura procuram agora outra alternativa de sobrevivência, paralela à costura. Neste sentido, a gestora que coordena a pasta deixa claro que essa é uma política pública de trabalho, de muita importância, pois é a única no município voltada especificamente para mulheres.

[...] A gente trabalha com elas a questão do gênero, o porque de ser mulher. No início elas questionavam muito: porque meu filho não pode vir? Porque meu marido não pode se inscrever? Porque aqui é de mulheres! E a gente tá tentando trabalhar com elas essa identidade de gênero. É muito devagar, é um trabalho de formiguinha. Tem dificuldade... Até apoio mesmo... Apesar de a Coordenadoria existir desde 2007, nós só conseguimos ser implantados no orçamento municipal esse ano (2010). Então até o ano passado a gente não tinha orçamento nenhum... Se já é difícil tendo orçamento, imagine sem? (Coordenadora da Coordenadoria da Mulher, em 18/02/2011)

Pelo que foi exposto, ainda há uma dificuldade no município em observar ações direcionadas à mulher. A cidade ainda não possui atividades mais efetivas e consolidadas para o segmento feminino. Apesar de tudo, o processo das políticas públicas de gênero está, ao que tudo indica, timidamente caminhando para um maior avanço. Para nossa entrevistada, foi dado um primeiro passo, quanto a isso:

[...] Eu fui a responsável por organizar a primeira conferência de mulheres porque o Governo do Estado tava incentivando conferências municipais. Santa Cruz nunca teve história de movimentos de mulheres. Aqui os movimentos sociais são muito fracos. Pela questão de concepção, ninguém pára de trabalhar pra se reunir pra ver

⁴² A FEMUP foi inaugurada em 14/08/2010. As feiras acontecem no Parque Florestal Fernando Silvestre nos 2º e 4º finais de semana de cada mês nos horários de 13:00 às 18:30.

nada. É um processo muito lento, então, assim, quando foi feita a confêrencia, nós tivemos 70 mulheres discutindo políticas para mulheres. Foi um avanço muito grande! Porque pra quem não tinha nada... Fomos pra Confêrencia Estadual e Federal [...] Meu Deus do céu! Nem acredito! Santa Cruz de Capibaribe que não tem nada de mulheres? Aí quando cheguei eu tinha o compromisso de organizar o organismo de mulheres daqui. Acabei sendo mediadora entre o Governo Estadual e o Governo do município (Coordenadora da Coordenadoria da Mulher, em 18/02/2011).

Além das ações até agora mencionadas, também identificamos alguns iniciativas desenvolvidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, no município. De acordo com as informações dos profissionais do órgão, vêm sendo implementadas, sobretudo ações de qualificação profissional. As referidas ações são voltadas, na maioria dos casos, para as mulheres e não se limitam apenas a uma dimensão psicoterápica, mas também envolvem a questão da capacitação.

[...] Tem um grupo de mulheres que estão fazendo cursos profissionalizantes. Já tem umas que estão no mercado... A gente faz esse curso por etapa: modulo I, modulo II... Já tem gente que já tá trabalhando. Depois que fazem dois módulos já estão no mercado [...] Os cursos são em dois dias da semana.... Geralmente quem procura esses cursos são as mulheres chefes de família ou uma que não tem trabalho e também não pode deixar seus filhos pra trabalhar fora, até porque o marido não deixa, então elas fazem esses cursos e desenvolvem a profissão em casa mesmo. Esses cursos dão chance dela se profissionalizar, até porque a gente dá o certificado e é mais fácil colocar o negócio dela. Geralmente quem procura esses cursos são as famílias mais carentes. Quando elas terminam os cursos, recebem o certificado e a gente encaminha pra Agência do Trabalho e lá eles encaminham pras empresas que tão precisando (Assistente Social do CRAS, em 17/01/2011).

Quando a entrevistada é perguntada a respeito da existência de cursos ministrados apenas para mulheres, a mesma responde que nunca foi pensado nada específico, mas adianta que os curso são freqüentados majoritariamente por mulheres, embora alguns homens também participem. Mesmo falando em cursos profissionalizantes, a idéia que é passada é que a costura continua sendo o ponto forte, de maior procura para capacitação já que existe uma demanda muito grande. “Outros cursos são feitos, porque mesmo costurando as mulheres sentem necessidade de ter uma segunda opção pra complementar a renda familiar, e dessa forma melhorar o orçamento”, complementa a gestora pública.

Da parte dos gestores públicos, identificamos várias iniciativas de ações de PPTER. Algumas muito recentes. Em geral, ainda muito incipientes. Quanto especificamente às mulheres, ao que ficou indicado têm sido as principais beneficiárias, mas ainda não são tomadas como um alvo preferencialmente estabelecido por tais políticas. Conforme, as próprias gestoras admitem uma ação política de âmbito municipal voltada para tratar mais particularmente da problemática da mulher trabalhadora ainda dependerá de muito esforço e de uma longa trajetória.

3.3.2. As Instituições Parceiras e sua participação nas iniciativas locais de PPTER

No Pólo de Confeção do Agreste de Pernambuco existem algumas instituições que desenvolvem atividades voltadas para o segmento de confecções, incentivando e realizando ações que visam o desenvolvimento econômico do Pólo. Neste momento, no entanto, nos deteremos àquelas que aparecem de forma recorrente nas nossas abordagens quando em contato com os gestores públicos e os trabalhadores. Não vamos aqui contextualizar a formação ou construção destas entidades, visto que nos limitaremos a apresentar apenas sua contribuição atual, quanto às PPTER, no âmbito do município.

Registramos, de antemão, que um fator limitador desse momento da pesquisa se deveu a uma certa dificuldade, das parte das entidades procuradas, em contribuírem com a nossa pesquisa. A primeira delas a ser procurada foi a Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe – ASCAP, que foi criada em 1993 e tem por missão representar os interesses dos empresários e contribuir com o desenvolvimento sócio econômico local. A ASCAP realiza desde palestras até cursos de qualificação profissional nas mais variadas modalidades, em parceria com o poder público e com empresas privadas, segundo informou um funcionário da instituição. De acordo com as informações dadas:

[...] Os cursos realizados pela ASCAP dão oportunidade de crescimento e aprendizado para os lojistas e profissionais da região, para que possam conhecer mais o mundo da moda e ver o que tá acontecendo no mercado e, a partir disso, poder criar com autenticidade (Funcionário da ASCAP, em 12/05/2011).

Embora a cidade sobreviva em muitos casos do trabalho informal, doméstico, faccionado e precário, a ASCAP atua orientando-se para o lado formal da economia confeccionista da região. E, como toda entidade empresarial, seus cursos sempre são planejados mediante necessidades do empresariado da região. Quando perguntado sobre a importância do trabalho da entidade para a cidade de Santa Cruz, o entrevistado assim se colocou:

[...] A ação desta entidade está voltada à gestão de Pequenos Negócios, incentivando o planejamento e organização das empresas, além de oferecer capacitação. Com isso a cidade cresce (Funcionário da ASCAP, em 12/05/2011).

De maneira muito sutil a representação da entidade parece não se reconhecer como parceira do poder público, exceto em alguns trabalhos pontuais. Ou seja, ao que sugere, são realçadas as iniciativas dos próprios empreendedores, independentemente do Estado. Apenas em momentos isolados contribuem para construir ações e realizar parceria com poder público.

A segunda instituição procurada, em vista da quantidade de citações nas entrevistas com os gestores públicos e dos trabalhadores, foi o SENAI. Este parece ser o que há de mais presente nas ações desenvolvidas na região, especialmente no que se refere à qualificação profissional. Portanto é baseando-se nas falas dos entrevistados que vamos abordar sobre este parceiro do poder público. A unidade de Santa Cruz do Capibaribe foi criada, em 2002, trabalhando com três áreas: vestuário, produção de moda e administração de empresa. Segundo a coordenadora pedagógica da Entidade:

[...] Já que há essa política de interiorização de desenvolvimento, a gente procura acompanhar para que tenha essas áreas coligadas. Mais recentemente adotamos a área de administração porque é uma atividade que vinha muitas pessoas de fora pra ocupar os cargos, então a cidade tinha essa necessidade, desse apoio administrativo, dessa força de mão - de obra. Então, a partir disso, nós criamos cursos técnicos necessários, onde temos atividades manhã, tarde e noite (Gestora do Senai de Santa Cruz, em 17/05/2011).

O SENAI é uma instituição voltada para a indústria, que na cidade de Santa Cruz nasceu da necessidade do empresariado local, no sentido de um maior incremento nas atividades de formação profissional. Antes de ser criada no município, a unidade mais próxima ficava em Caruaru. Depois da realização de alguns fóruns e debates para se apurar as necessidades dos empresários, nesse campo, foi implantada uma unidade na cidade. O propósito era o de atuar para preparar uma de mão-de-obra mais especializada trazida com o desenvolvimento do Pólo, em Santa Cruz e no entorno. Quando questionada sobre a parceria com o poder público local a entrevistada assim se colocou:

[...] Nós já tivemos parceria com a prefeitura, mas não são parcerias fixas, nós desenvolvemos parcerias através de projetos e programas. Com a Agência do Trabalho (municipal) especificamente nós tivemos um grande programa que foi o *Qualifica Pernambuco*⁴³, através do Governo do Estado, que foi uma parceria do SENAI e Governo do Estado, onde nós qualificamos diversas turmas no ano de 2010 e tudo por intermédio da Agência do Trabalho. Então funcionava mais ou menos dessa forma: nós tínhamos a demanda da Agência, a Agência mandava interessados nos cursos de costureira industrial, de modelista... e essas pessoas vinham pra cá e automaticamente nós encaixávamos essas pessoas nos cursos gratuitamente (Gestora do Senai de Santa Cruz, em 17/05/2011).

O público usuário dos cursos oferecidos pelo SENAI é bastante jovem, principalmente no que se refere aos cursos técnicos, que são direcionados para o Menor Aprendiz. A faixa etária dos alunos é de 14 a 21 anos e é necessário que estejam cursando o ensino médio. No horário noturno a Instituição trabalha com um público mais adulto, que já concluiu o ensino médio e que procura a Instituição para fazer cursos de capacitação e aperfeiçoamento. Esse público está na faixa etária de 18 a 24 anos. Para fazer um curso técnico, segundo a

⁴³ Programa do Governo do Estado, criado em 2009, por meio da Secretaria Especial de Juventude e Emprego/Agência do Trabalho/SINE-PE, que visa profissionalizar jovens para o primeiro emprego.

coordenadora, o interessado faz uma seleção no mesmo formato de um vestibular. Quando perguntada sobre a quantidade anual de atividades de formação, diz:

[...] No ano passado (2010) nós formamos 2.000 pessoas aqui no SENAI de Santa Cruz. A proporção é de que a gente forme 1.000 em Santa Cruz e subdivide nas cidades circunvizinhas os outros 1.000. Mas a gente vai mais pras cidades do que eles vêm, temos parcerias também... que o aluno vem com a parceria da prefeitura, que disponibiliza o transporte e os alunos vêm. Essa também é uma formatação de parceria (Gestora do Senai de Santa Cruz, em 17/05/2011).

Pela quantidade de formandos, perguntamos quantas mulheres terminaram os cursos, ao que respondeu:

[...] Noção estatisticamente eu não poderia te dizer agora. Na nossa área, eu te diria que nós formamos mais mulher, com certeza, do que homem. Nesse SENAI de Santa Cruz, pela peculiaridade da área, a formação ainda é em maior número da parte feminina (Gestora do Senai de Santa Cruz, em 17/05/2011).

A instituição não possui qualificação específica para mulheres. Segundo a entrevistada, acontecem algumas ações em datas comemorativas, como por exemplo no Dia da Mulher. Nestes eventos, O SENAI oferece cursos que habitualmente a instituição já oferece, mas destinado à mulher. Segundo nos informaram, ações pontuais como estas têm gerado a adesão de mulheres a cursos técnicos, nos quais prevalecem o público masculino. Começa, assim, uma certa inversão de valores, onde a mulher começa agora a se apropriar do trabalho masculino. Segundo o SENAI, os jovens que saem dos cursos saem para montar uma micro-empresa, em duas diretrizes:

[...] Tem o jovem que sai porque quer se adequar no perfil de uma empresa e outro que já tem essa idéia, já tem essa vocação. Em casa... já tem uma empresa em casa e quer implementar e chega com uma idéia inovadora. Os pais tão habituados àquele processo mais padrão de empresa. Eles vêm que um *design* é importante, que não basta copiar um modelo, que a gente tem que criar uma identidade nas nossas peças e essa turma jovem vem com muito gás pra isso (Gestora do Senai de Santa Cruz, em 17/05/2011).

A costura já faz parte do componente familiar dos jovens desde criança, porém muitos não se identificam com a atividade e procuram o SENAI para se aperfeiçoarem, por exemplo, em atividades administrativas:

[...] Eles mesmos já trazem esse perfil de identificação. Hoje, o filho do dono da confecção não precisa necessariamente trabalhar voltado para a confecção, que é o gargalo também da administração. Então tem muitos alunos que dizem: “eu não quero entender da produção, eu quero entender de gerir o negócio”. E tem o aluno que quer, que trabalha desde cedo com fornecimento de materiais, com tecido, com *layout* de produção e que já tem essa tendência de trabalhar no vestuário na produção de moda...[...] Tem aluno que diz que não quer trabalhar no vestuário, não quer administração, mas quer ter a experiência de um curso técnico. É essa cara de mercado de trabalho que o SENAI busca inserir na vida desses jovens e também dessas pessoas que vêm à procura de qualificação e aperfeiçoamento profissional (Gestora do Senai de Santa Cruz, em 17/05/2011).

Os cursos técnicos ministrados pelo SENAI são gratuitos e os cursos de qualificação são oferecidos em duas linhas: pagos e gratuitos, dependendo do pacote que é fechado, levando em consideração a carga horária, tipo de curso, público a ser oportunizado, entre outros fatores. Isso, além da parte de assessoria empresarial que ele oferece. O discurso utilizado no SENAI é o da preparação do profissional para o mercado de trabalho, no entanto, diante da realidade atípica de Santa Cruz do Capibaribe, essas oportunidades ficam um tanto distante de muitos trabalhadores e trabalhadoras da região, porque existe uma deficiência muito grande em relação à escolaridade e muitas pessoas sequer têm o ensino fundamental completo. Essa limitação educacional dificulta a inserção em um curso, pois a exigência da conclusão do ensino médio é um fato. Sendo assim, a formação se torna quase que específica para jovens e pontuais para trabalhadores de meia idade. Talvez nessa região devido às suas particularidades, o formato de educação profissional do município devesse ser repensado, ou adaptado para essa configuração.

O que sobressai, quanto às iniciativas de instituições privadas, agindo no âmbito do município de Santa Cruz, com alguma repercussão junto às PPTER, é que as parcerias constituídas com o Poder Público é ainda muito incipiente. A cultura da iniciativa privada, que marcou o desenvolvimento desse aglomerado produtivo, também se traduz na ação de instituições que se propõem a organizar uma ação coletiva no âmbito do Pólo, a exemplo da ASCAP e do SENAI, uma enquanto representante de empreendedores locais e a outra enquanto instituição, de natureza privada, ligada às associações empresariais, mas de perfil mais técnico e voltada à formação profissional.

3.3.3. Trabalhadores e Trabalhadoras: suas percepções sobre as PPTER locais

A população de Santa Cruz do Capibaribe é quase que totalmente urbana, e esse dado traz à tona a necessidade de se pensar políticas para trabalhadores que atuam na região. O Município possui um número elevado de mulheres, como mostra tabela abaixo:

Tabela 2- Número de Homens e Mulheres na Cidade de Santa Cruz do Capibaribe

Município	Homens	Mulheres	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. em 2010
Santa Cruz do Capibaribe	42.335	45.203	85.562	1.976	87.538

Fonte: IBGE 2010

O número proporcional de mulheres maior do que o de homens (45.203) atingindo percentual de 51,63%, reforça ainda mais o motivo de olhar de uma forma mais próxima para as mulheres nesta pesquisa⁴⁴. Todas as falas, gestos e opiniões expressadas nesta pesquisa são aqui tomados como um momento central da pesquisa.

Desde a fase inicial da pesquisa esse segmento tem sido o mais próximo, através das visitas nos fabricos, fábricas e facções, das conversas nas feiras e da observação direta. Os trabalhadores que foram acompanhados neste trabalho são egressos de algumas políticas públicas desenvolvidas na região e boa parte, como de costume, trabalha na costura. Pela dificuldade de encontrar individualmente as pessoas que foram assistidas por alguma política na região, optamos por analisá-los, por meio de dois grupos focais: um, com as mulheres da Feira de Mulheres Produtoras de Santa Cruz do Capibaribe – FEMUP; e, outro, com as mulheres de um curso de qualificação profissional desenvolvido pelo CRAS.

Quanto às mulheres da FEMUP, as escolhemos pelo caráter especial do grupo, visto que vem sendo assistido pela Coordenadoria da Mulher. Trata-se de um grupo de mulheres artesãs, composto por 45 mulheres inscritas e apenas 15 participando mais ativas (correspondendo a 33.34% das inscritas). Essas mulheres desenvolvem o artesanato em paralelo à costura. Elas fazem parte da FEMUP, uma feira de artesanato criada pelo poder público municipal que acontece quinzenalmente no parque florestal da cidade.

⁴⁴ Ver //www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/

A seguir apresentamos, no quadro 01, o perfil das 15 mulheres mais atuantes na FEMUP:

Quadro - 1- Mulheres que fazem parte da FEMUP

Maria	Sexo	Idade	Escolaridade	Atividade Anterior	Atividade Atual	Negócio
1	F	60	Fundamental Incompleto	Costura	Artesanato/ Costura	Fabrico
2	F	47	Fundamental	Costura	Artesanato/ Costura	Doméstico
3	F	40	Médio Incompleto	Costura	Artesanato/ Costura	Doméstico
4	F	35	Fundamental	Costura	Artesanato/ Costura	Doméstico
5	F	32	Médio	Costura	Artesanato/ Costura	Doméstico
6	F	57	Fundamental Incompleto	Costura	Artesanato/ Costura	Facção
7	F	50	Fundamental Incompleto	Costura	Artesanato/ Costura	Doméstico
8	F	56	Fundamental	Comércio	Artesanato	Fechado
9	F	44	Médio Incompleto	Costura	Artesanato/ Costura	Doméstico
10	F	39	Médio	Costura	Artesanato/ Costura	Fabrico
11	F	42	Fundamental	Costura	Artesanato/ Costura	Doméstico
12	F	52	Fundamental	Costura	Artesanato/ Costura	Doméstico
13	F	53	Fundamental	Costura	Artesanato/ Costura	Doméstico
14	F	48	Fundamental	Costura	Artesanato/ Costura	Fabrico
15	F	62	Analfabeta Funcional	Costura	Artesanato/ Costura	Fabrico

Fonte: Elaboração própria

Ao visualizar a tabela acima, percebemos que apenas a que se encontra situada na linha 8 se diferencia das demais, quanto à atividade de origem. Ao contrário das outras, ela foi comerciante, tendo residido muito tempo fora de Santa Cruz do Capibaribe, voltando ao município, com as notícias do desenvolvimento das atividades do Pólo, em busca de oportunidade de trabalho. Ao retornar, montou um comércio no ramo de confecção onde atuou alguns anos e em seguida aposentou-se. Hoje frequenta o grupo de artesãs, segundo ela, muito mais como um lazer. As demais mulheres, todas antes de serem beneficiadas por essa

política social, continuam exercendo atividades no ramos das confecções, sobretudo como costureiras.

Foto 8 - Atividades das Mulheres da FEMUP



Fonte: <http://santacruzdocapibaribe.blogspot.com>

Um dado relevante, quanto ao perfil do grupo, consiste no fato de que 05 delas revelaram ser “chefes de família” e responsáveis pelo sustento da casa, correspondendo a 33% do total.

Quanto ao nível de escolaridade das mulheres do grupo, pode ser considerado muito baixo. Das 15 mulheres do grupo, apenas 02 mulheres possuem o ensino médio, o que corresponde a 13,34% do total. No ensino fundamental encontram-se 07 mulheres, implicando em um percentual de 46,66% do total. Já em termos de analfabetismo temos apenas uma pessoa, o que corresponde a 6,66 % das mulheres, conforme quadro abaixo:

Tabela 3 - Escolaridade das Mulheres Entrevistadas

Amostra	Fundamental	Fundamental Incompleto	Médio	Médio Incompleto	Analfabeto Funcional	Total
15	07	03	02	02	01	15
%	46,66%	20%	13,34%	13,34%	6,66%	100%

Fonte: Elaboração própria

Sobre a faixa etária das mulheres do grupo, temos 33,34% delas com idade de 41 a 60 anos e 6,66% com idade até 70 anos, caracterizando um grupo de meia idade, conforme quadro abaixo:

Tabela 4 - Faixa Etária das Mulheres Entrevistadas

Amostra	20-30	30-40	41-50	51-60	61-70	Total
15	00	04	05	05	01	15
%	0%	26,66%	33,34%	33,34%	6,66%	100%

Fonte: Elaboração própria

Outra informação relevante relaciona-se ao fato das mulheres, em vários casos, terem revelado sofrer alguma forma de violência doméstica, tendo na Coordenadoria da Mulher uma forma de proteção. Uma das entrevistadas, por exemplo, confessou discretamente que nunca trabalhou numa fábrica para assinar a carteira porque o esposo nunca permitiu e, assim, continuou trabalhando em casa. Os motivos da proibição por parte do marido tem a ver com situações que envolvem outros casos: associação com as atribuições domésticas, questão de segurança etc. A violência contra a mulher, pela sua incidência e dissimulação sob diversas, suscita ações públicas bem elaboradas e de caráter permanente.

Foto 9 - Palestra sobre Violência Doméstica



Fonte: <http://santacruzdocapibaribe.blogspot.com/2011/05/>

Outra informação preliminar relevante relaciona-se ao fato de que, em geral, as participantes do grupo vêm no artesanato uma alternativa ao trabalho no segmento das confecções, ao considerar estas exaustivas e enfadonhas, não mais suportando costurar, seja em função da idade ou de problemas de saúde decorrentes do próprio trabalho, ao longo dos anos. O intuito dessas mulheres, conforme anuncia as gestoras da FEMUP, é o de construir uma nova identidade na cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Elas, segundo se anuncia, querem também se desvincular desse estereótipo da costura. Antes de trazer os aspectos mais relevantes de suas falas, vale comentar sobre o processo mesmo da aplicação dos procedimentos de pesquisa junto a esse grupo. A princípio, foi encontrado um grupo de mulheres que a priori se mostraram muito tímidas, de olhares desconfiados, demonstrando incômodo pela presença estranha da pesquisadora, muitas delas cabisbaixas, outras desembaraçadas. Mulheres com idade mediana e idosas, entretanto havia algumas poucas jovens em meio ao grupo. Um fato muito interessante, é que grande parte das mulheres do grupo, quase que na totalidade, não são filhas da terra. Muitas delas são advindas de cidades próximas e que encontraram em Santa Cruz uma alternativa de sobrevivência. Outra parte do grupo é composta por mulheres oriundas de outros Estados, que notoriamente são denunciadas pela diversidade de sotaques percebidos ao conversar.

Foto 10 - Mulheres da FEMUP



Fonte: Registro da Autora

Essas pessoas vieram morar em Santa Cruz justamente pela oportunidade de trabalho, uma vez que existe o mito de que na região “não falta emprego” e que lá é o “lugar de ganhar dinheiro”. No afã de “melhorar de vida”, inúmeras pessoas ocuparam e continuam ocupando a região.

Escutando as mulheres, era preciso identificar as falas, já que se trata de um grupo focal. Mas, para isso resolvemos não usar os nomes, por uma questão de preservação de suas identidades. Ao invés, atribuímos o que há de mais comum em termos de nomes femininos e nomeamos todas de MARIA, numerando-as, para diferenciá-las entre si (uma decisão da pesquisadora, sem o conhecimento das mulheres, apenas para melhor organizar este trabalho). O grupo que acompanhamos possui 15 Marias e a cada coube um número correspondente à posição que ocuparam na mesa de reunião. Quando entramos no assunto sobre o porquê do artesanato, como opção de trabalho, foi dito que:

[...] É porque, nessa cultura da costura, muitas querem deixar porque não têm mais saúde pra trabalhar, não tem mais idade. Então a gente vai fazer artesanato, só que fica difícil, sabe? Não tem dinheiro pra comprar os materiais. [...] O rumo a gente já achou, mas falta muita coisa (Maria 3).

Neste sentido, já se percebe um quê de insatisfação em relação à atividade da costura. Nas falas das mulheres parece que a costura agora é encarada como um fardo e quando perguntadas qual o sonho do grupo, as mulheres com olhar meio perdido começaram a responder:

[...] De quase todas é participar da FENEART⁴⁵ (Maria 5).

[...] Eu acho que também, além da FENEART, que realmente é um sonho do grupo, o sonho também é que a feira dê certo, pra isso é preciso que as pessoas de fora dêem vida, mas principalmente as pessoas que estão envolvidas com a feira (Maria 3).

Quando as artesãs falam sobre a participação na FENEART significa que buscam um reconhecimento, pois quem expõe nessa feira são grupos e artesãos já consagrados, que têm, na maioria, apoio logístico e patrocínios, de instituições públicas e privadas, sendo reconhecidos como artesãos de elevado padrão de qualidade.

Quando voltamos ao grupo para começar o processo de acompanhamento na FEMUP junto às mulheres, não conseguimos mais gravar as entrevistas a pedido delas. As mulheres argumentavam que não se sentiam bem com o gravador, se sentiam vigiadas, ficavam com vergonha. Dessa forma, passamos a conviver e a conversar de modo menos formal e, quanto a cada comentário que julgávamos relevantes, fazíamos anotações, de modo a garantir o

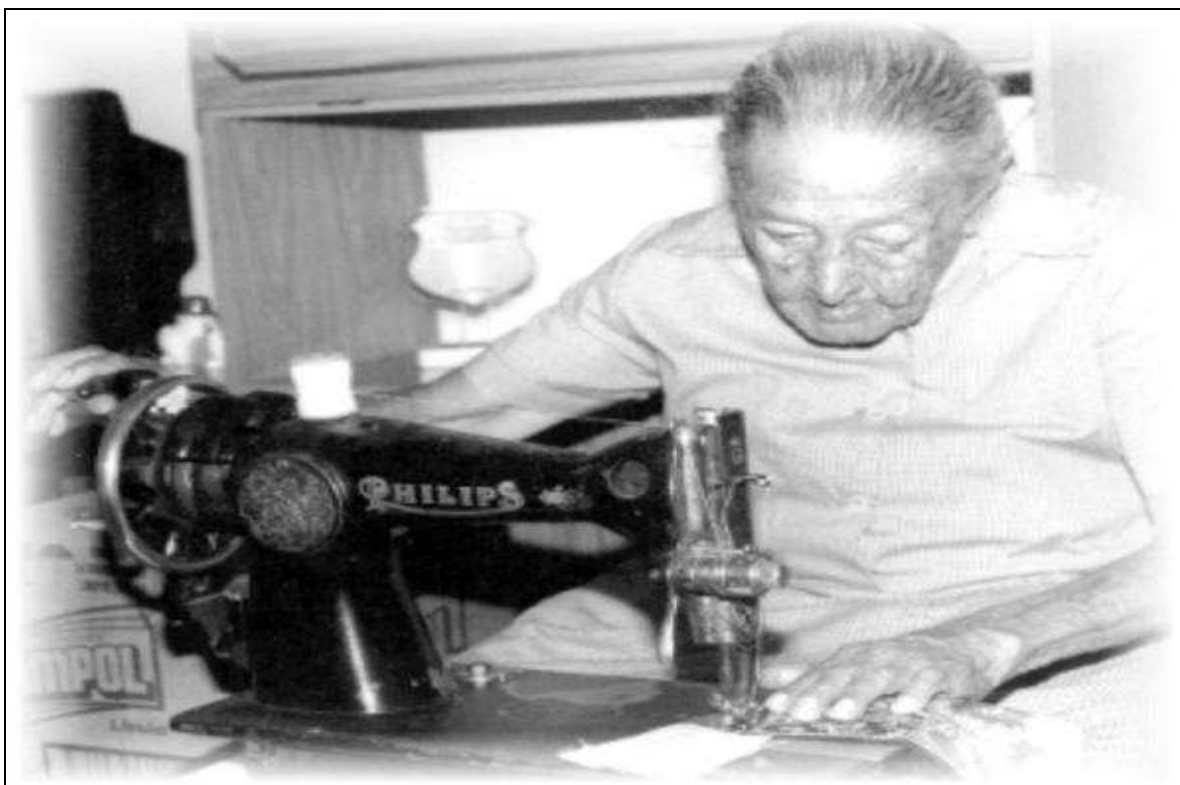
⁴⁵ A FENEART é a Feira Nacional de Artesanato, que acontece anualmente, no mês de julho na cidade de Recife, e é considerada uma das maiores feiras de artesanato do Brasil.

registro e, assim, poderemos incorporá-los na análise, posteriormente. A presença de uma pesquisadora junto ao grupo, ao nosso ver, as enchem (o grupo) de vigor, porque elas sabiam que era uma pesquisa e sentiam importantes, pelo fato de alguém se interessavam pelo cotidiano delas. Quando perguntadas sobre a possibilidade da pesquisadora acompanhar o grupo, no momento da FEMUP, responderam:

[...] a gente agradece, até porque serve de incentivo pras outras mulheres da feira, saber que tem alguém com interesse, de fora, de outro Estado. Já que os de dentro não dão valor nem a mão que precisa... os de fora vai ajudando (Maria 3).

A atividade da costura no município, assim como todo o entorno, se constituiu de uma forma muito especialmente vinculada às habilidades incorporadas no cotidiano das mulheres, donas de casa, que queriam aumentar o orçamento doméstico. Dessa forma, toda a constituição inicial ocorreu sob bases que poderíamos considerar como “autônomas”, uma vez que não resultou de uma ação por parte do Estado, nem de investimentos privados, vindos de fora. Sua origem tem a ver com o trabalho de famílias de moradores pobres da região, oriundos em grande parte da agricultura. De outra parte, não faz parte do perfil da região uma cultura sindical, de organização, de luta e de negociação coletiva. Reproduz-se, desde os primórdios do aglomerado produtivo, um padrão de relações de trabalho de tipo familiar, informal e precário.

Foto 11 - Uma das Primeiras Costureiras



Devido à constituição de tantos fabricos e oficinas de fundo de quintal, organizados a partir do núcleo familiar, o trabalho autônomo ganha corpo, não havendo uma maior preocupação com a questão previdenciária, nem com os direitos trabalhistas. Grande parte dos vínculos empregatícios são flexibilizados. Segundo pesquisa realizada pelo DIEESE (2010), a rotatividade dos vínculos empregatícios na região é bastante alta e se deve ao baixo tempo de permanência no trabalho e às variadas modalidades de contratação. Mas, segundo a fala de um jovem vendedor que possui um *box* no Moda Center, também se deve ao fato de que “as pessoas começam trabalhando numa empresa, se aperfeiçoa na atividade e depois monta um fabrico em casa pra não depender de ninguém”. Essa opção se associa fortemente com o trabalho a domicílio, muito presente no referido aglomerado. Veja comentário das mulheres da FEMUP:

[...] A gente prefere trabalhar em casa, porque dá pra fazer as atividades domésticas, lavar, passar, cozinhar e ainda costurar. Em casa os filhos também trabalham, o marido também, e fica mais fácil a gente ganhar o dinheirinho da gente do que ser mandado por patrão (Maria 4).

Quando perguntadas sobre a preferência de assinar a carteira de trabalho, uma assim se colocou:

[...] Pra que assinar? Eu posso ganhar muito mais trabalhando junto com minha família, sem agüentar abuso do dono da fábrica, além do mais eu tô na minha casa, faço meu horário, trabalho na hora que eu posso, só vou na fábrica buscar os tecido cortado, monto tudo e devolvo pronto sem depender de ninguém (Maria 06).

Os depoimentos dão a entender que trabalhar de carteira assinada é se tornar dependente, é ter regra, cumprir ordens, ao que parece não agrada muito. Depois da fala da respondente sobre o trabalho formal, resolvi insistir na questão da contribuição previdenciária e ela, enfática, responde que não contribui. Essa mesma entrevistada faz parte do grupo de artesãs, só que, aparentemente de forma descomprometida e pouco contínua, demonstrando certo desinteresse também pelo artesanato, por não se tratar de algo rentável . Em meio às fala das artesãs, uma nos chamou a atenção:

[...] Já fiz uns cursos oferecidos pelo governo, de corte e costura, modelagem, customização, moda praia, uns no SENAI outros pela prefeitura, mas quer saber? Deixei tudo isso pra lá, agora vou fazer artesanato, acabei minha vista, minha coluna e não tem futuro morrer de dia a noite numa máquina de costura, pra vender uma calcinha por R\$2,00. Costura já deu dinheiro, muita gente vem pra cá achando que vai ficar rico com costura, mas... tá muito enganado (Maria 13).

Quando surgiu a pergunta para as artesãs sobre a importância das políticas públicas para os trabalhadores na região, disseram:

[...] Eu não sei dizer por que o governo não liga pra gente. Pra você ter uma idéia, o prefeito nunca visitou nossa feira e os cursos... que fiz eu fiz minha inscrição e do

meu marido lá na Agência do Trabalho, foi de corte e costura e costurar eu já sabia. Aprendi com minha mãe. Foi bom pra meu marido, porque ele trabalhava mais com acabamento, pregando botão, e com serigrafia, lá numa fábrica que eu também trabalhei, foi quando nós nos conhecemos (Maria 05).

Ao perceber a insatisfação do grupo com iniciativas governamentais, questionei se nunca tinham pensado em procurar o poder local para demandar cursos que elas julgassem importantes, mas elas disseram que quando os cursos acontecem já vem uma lista de cursos. Elas escolhem o que tem vontade ou o que acha que vai levar jeito pra aprender e ganhar dinheiro, mas dentro de uma lista pré-estabelecida.

Sobre a possibilidade de formalizar algum empreendimento pra ter mais segurança elas disseram:

[...] Olhe, aqui tanto faz abrir um fabrico em três meses e ter sucesso, como esse mesmo fabrico despençar, mas hoje em dia as taxas são muito altas, nós não entendemos muito de negócio. A gente sabe costurar, mas ia ter que arrumar alguém pra organizar. Além do mais tem umas coisas mais modernas, de computador, que fica difícil pra aprender... eu ia ter que ficar dependendo de filho e os filhos hoje não tão querendo mais ficar na costura não (Maria 12).

O relato da artesã acima mostra a falta de capacitação presente no Pólo e a resistência em introduzir a tecnologia como suporte. Hoje, a tecnologia na indústria de confecções é algo que vem sendo renovado com muita rapidez, já que o maquinário está cada vez mais sofisticado. Mas as mulheres da costura ainda continuam com as velhas práticas, resistindo ao tempo e assegurando a reprodução do sistema precário e flexibilizado. Assim, apesar de algumas entrevistadas alegarem não ter tido mudanças substanciais na forma de sua inserção no mercado de trabalho a partir das políticas de emprego local, muitas delas admitem a importância dos cursos de qualificação profissional:

[...] O ramo da costura exige muita criatividade, principalmente quem trabalha com modinha, e assim o curso de modelagem que fiz me ajudou muito porque aprendi costurar com minha mãe e hoje a exigência é grande, tem que fazer a diferença pra manter o fabrico (Maria, 10).

O outro grupo pesquisado foi uma turma de jovens participantes de um curso ministrado pelo CRAS, na área da beleza. Tratou-se de um curso de cabeleireiro. A turma foi constituída de jovens, com menos de trinta anos, sendo 14 mulheres e um homem. Os participantes buscavam nessa atividade uma estratégia para gerar uma renda extra, fora ou paralela à costura. O curso funciona no sistema de módulos e o momento acompanhado correspondeu ao segundo módulo. Esse grupo é mais diversificado, e difere do anterior porque nele nem todos trabalham com a costura. Como os integrantes são mais jovens nele se revelam outras identidades, outras mentalidades.

Foto 12 - Esquadrão da Beleza

Fonte: <http://santacruzdocapibaribe.blogspot.com/2011/05/>

A escolaridade nesse grupo, em comparação com o anterior, se situa em um patamar mais elevado, com uma boa parte dos integrantes possuindo o ensino médio e alguns vislumbrando fazer a faculdade. Este público é composto por pessoas de baixa renda, moradores da periferia do município e alguns deles são filhos de costureiras e são acompanhados pelo CRAS. A idade dos integrantes do grupo varia de 20 a 40 anos e muitos já estão passando pelo segundo curso do segmento. Alguns já estão desenvolvendo a atividade que aprendeu no curso, mas também de maneira irregular e precária, mostrando a pouca eficácia dessa ação de qualificação em relação às condições de inserção no mercado de trabalho. Isso nos leva a concluir que esta ação também não incide e nem traz novidades à vida dos trabalhadores, visto que as condições continuam basicamente as mesmas, mudando apenas o ramo de atividade.

Segundo os entrevistados, o curso é procurado como alternativa à costura por se tratar de algo considerado com boas chances de gerar renda. O segmento da beleza envolve a parte de corte de cabelos, escova e química. Segundo pesquisas da Associação Brasileira de Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABHIPEC - 2011), o setor de beleza aumentou em cinco vezes o faturamento entre 1996 e 2009, e a empregabilidade nos salões cresceu 143% nos últimos 15 anos. Esses dados talvez justifiquem as investidas em cursos na

área da beleza. São inúmeros trabalhadores e trabalhadoras enveredando por este caminho, para poder se tornar dono do próprio negócio, porém esta também é caracterizada como uma das áreas mais comuns de trabalho informal, não modificando muito a situação quando comparado à costura.

Foto 13 - Turma do Curso de Cabeleireiro



Fonte: Blog Santa Cruz do Capibaribe⁴⁶

Outro ponto também em que se pode aproximar a costura aos cursos na área da beleza é que ambos não necessitam de alto grau de escolaridade, o que possibilita uma abertura maior para a participação das pessoas. Uma jovem aluna do curso de cabeleireira quando perguntada sobre o porquê de estar ali, respondeu:

[...] Eu odeio costura, tenho pavor à costura e não quero isso pra minha vida, eu quero estudar, me formar. Tô fazendo esse curso porque sei que posso ter uma renda. As mulheres em Santa Cruz são muito vaidosas e sei que vou fazer minha clientela, já trabalhei num salão e tô me aperfeiçoando pra botar meu próprio negócio.

⁴⁶ Disponível em: <http://santacruzdocapibaribe.blogspot.com/2011/05/o-esquadrao-da-beleza-da-acao-social.html>

Ao falar de costura, outra jovem participante do curso faz uma cara enojada quando inquirimos o grupo: “Eu detesto costura, mas minha mãe diz que eu já nasci cheia de pêlos”. A jovem, quando fala dos pêlos, está fazendo menção aos restos de tecidos e de linhas que a atividade de costura produz, impregnando vestimentas e os corpos das pessoas, após um dia de trabalho. Figurativamente, é algo imposto, meio sem escolha, segundo relato da jovem.

Segundo um psicólogo do CRAS, os usuários destas políticas públicas de qualificação são pessoas que também costuram mas que tal atividade não supre as necessidades de sustento da família. Diante disso, continua o psicólogo, podemos questionar: se na região não falta emprego, todo mundo trabalha, por que tanta pobreza?

Foto 14 - Entrada da cidade de Santa Cruz



Fonte: Registro da autora

Perguntas como esta surgem ao analisar o aspecto desestruturado e precário que a cidade apresenta. Visualizando a foto acima parece que o poder público ainda não conseguiu

fazer nada muito eficaz na busca de amenizar tais problemas. Diante da formação da cidade, prece não haver mais como reverter o aspecto desestruturado porque as pessoas foram construindo suas casas aleatoriamente, sem nenhum planejamento, porém é possível, ao ver da pesquisadora, que o poder público invista em saneamento básico, em políticas de organização urbana, organização de trânsito entre outros.

Quanto a realização de políticas para o trabalhador se faz necessário um maior planejamento principalmente na questão da qualificação profissional por ser umas das políticas mais visíveis no município, e talvez uma das únicas, que se faz presente com incentivo do poder público. Quando as jovens entrevistadas são chamadas a opinar sobre a importância desses cursos, elas dizem ser positivo, mas que talvez só consigam arrumar emprego de salário mínimo e, com esse dinheiro não, dá pra “mudar de vida”. A busca por oportunidades de ganhos superiores parece estar incutida no imaginário coletivo da região, onde a prioridade está em adquirir bens de consumo e o “mudar de vida” está relacionado a um maior poder aquisitivo, visando itens de consumo mais sofisticados. Por isso é muito comum visualizar-se, em meio a casas de aspecto precário e ruas sem infra-estrutura, um verdadeiro desfile de motos e carros novos. Ao que tudo indica, a exibição de itens como esses passou a ser indispensável como um elemento de distinção, de *status*. A questão da falta de infraestrutura é uma questão flagrante no município, mas mesmo diante de problemas como esses as prioridades da população parecem estar muito mais referidas ao propósito imediatista e individualista do “ganhar dinheiro”.

Os depoimentos acima, em ambos os grupos, indicam uma circularidade na dinâmica produtiva local, para a qual as ações das políticas públicas não têm indicado uma saída, uma via que viesse a apontar para uma inserção mais segura, mas qualificada e mais rentável dos trabalhadores e, sobretudo, das trabalhadoras nas atividades do Pólo. A condição informal e precária de trabalho, para as gerações mais maduras, assim como para os jovens, continua se reproduzindo, não obstante algumas iniciativas de políticas sociais, por parte do Poder Público municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa faz parte de um esforço coletivo a partir da iniciativa do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas. A construção desse trabalho foi permeado pelo desafio de compreender como vem se dando a ação pública local no que se refere às políticas de trabalho, emprego e renda, em particular quanto ao público das mulheres trabalhadoras, no município de Santa Cruz do Capibaribe. Isso, sob um contexto o qual tem a marca histórica do trabalho informal, familiar, a domicílio, precário.

Para que esta pesquisa se tornasse possível foi preciso percorrer os órgãos públicos do poder municipal, bem como, buscar entidades, instituições e atores sociais que estão envolvidos em todo contexto. A cidade pesquisada foi o cenário principal do início desse complexo tão amplo, conhecido como Pólo de Confecção do Agreste de Pernambuco. Neste se situa o maior centro de venda popular de confecção do Nordeste, o Moda Center, espaço destinado à toda produção da cadeia do vestuário da região. Diante disso, o Moda Center oferta toda a materialização de um ciclo de trabalho informal, precário e flexibilizado. Assim o contexto é marcado por um histórico de lutas cotidianas de homens e mulheres pobres, que, sem a interferência do Estado, construíram seu meio de sobrevivência. Daí ao longo do tempo desdobrou-se em um imenso e capilar aglomerado produtivo e comercial. Com uma constituição cada vez mais ampla, com importância econômica e social cada vez maior, vem suscitando cada vez mais presentemente uma intervenção do Estado, a partir de suas diversas esferas.

De acordo com seu crescimento, a cidade e todo o entorno foi atraindo e motivando a constituição de associações de empreendedores, a implantação de unidades do Sistema S, investimentos do Governo do Estado e do Governo Federal, parcerias com entidades não governamentais, entre outras iniciativas. Ampliou-se o leque de serviços especialmente nos campos da formação profissional e da educação na região. Dentre esse conjunto de novas ações, públicas e privadas, mais ou menos referidas ao trabalho de confecções desenvolvidas na região, situam-se as políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Apesar de todo crescimento, a região continua perpetuando o trabalho familiar, de base precária e desprovida de qualquer direito legal.

A partir do que pudemos apurar, as PPETR são incipientes, fragmentadas, focalizadas e sem continuidade. Em geral, resultam muito mais da indução por parte de iniciativas dos âmbitos Federal e Estadual. Apesar de representar um avanço a incidências de ações com o

fim de promover a geração de trabalho e renda, a qualificação profissional e a intermediação de mão de obra, funções básicas de um sistema público de emprego, não têm alcançado um nível de efetividade suficiente para constituir uma outra dinâmica, diferente da sistemática reprodução da informalidade e da precariedade nas relações de trabalho.

As experiências até agora acumuladas já são suficientes para demonstrar a necessidade do poder público local venha a elaborar e invista em PPETR com mais consistência, de caráter mais permanente, contando com uma base política e institucional mais eficaz e, para além disso, que se ajuste às particularidades da dinâmica das relações de trabalho predominantes no plano local.

Um detalhe a considerar, quanto a esse último aspecto, diz respeito ao fato de que o problema da região não é fundamentalmente o emprego, a oferta de postos de trabalho, mas a qualidade do emprego, dos vínculos de trabalho. O principal problema se relaciona muito mais fortemente, conforme os estudos visitados e os elementos colhidos em campo, com o caráter informal e precário das relações de trabalho vigente no Pólo. No mês de outubro de 2010 a *Agência do Trabalho* oferecia 180 vagas para costureiras, cujo preenchimento não exigia escolaridade, nem qualificação profissional formal, mas tão somente a habilidade comprovada para costurar. Mesmo diante de tanta oferta, as vagas para estes empregos não foram preenchidas. Muitas são as justificativas para essa não ocupação dos postos de trabalho, porém o mais comum e enfático é o fato dos trabalhadores não se interessarem em estabelecer vínculos trabalhistas sob a justificativa de que o trabalho informal e domiciliar é mais rentável e propicia melhores condições de organização de horários, de modo a assim poder-se compatibilizar vários “empregos”, assim como, no caso das mulheres, as atividades de confecção com as atividades domésticas. Fatos como estes mostram, que as políticas públicas desenvolvidas na região sequer conseguem convencer os trabalhadores da importância dos direitos trabalhistas, bem como dos direitos previdenciários. É muito comum na região encontrarmos pessoas com muitos problemas de saúde decorrentes da costura, especialmente mulheres, e estas não podem contar com nenhum auxílio do INSS porque na região não há a cultura da contribuição previdenciária, Esse nível de conscientização parece ser algo ainda distante pelo que podemos observar durante a pesquisa. Apesar de já existir algumas iniciativas e incentivo governamental. Os desafios são imensos. Diante do observado no trabalho de campo, o poder público tem tentado, de uma forma ainda muito tímida, construir alguns caminhos que fortaleçam as políticas públicas, principalmente as que envolvem as de qualificação profissional, porém as ações executadas, a nosso ver, ainda não conseguiram incidir na vida dos trabalhadores. É necessário que se pense algo mais planejado e contínuo,

principalmente para as mulheres da região, pois as ações fragmentadas ainda não conseguiram dar conta da complexidade e do crescimento da região. Durante a pesquisa de campo foi possível observar a necessidade da elaboração de políticas públicas de trabalho que viabilizem a sustentação de atividades mais intensivas em relação a questão de gênero, bem como, políticas que possam combater o índice de violência doméstica, algo muito recorrente na região. O esforço em retratar um pouco a realidade da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, consiste em primeiro lugar na tentativa de descobrir o que tem sido feito na região para melhorar a qualidade de vida dos atores sociais lá situados. Em segundo lugar, o esforço consiste em dar continuidade aos nossos estudos num futuro próximo e alimentar a expectativa de que outros pesquisadores possam percorrer este caminho e contribuir pra futuros debates.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice P. e SORJ, Bila. (orgs.) *O Trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1993;

ABREU, Alice Rangel de Paiva. *O avesso da moda, trabalho à domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro e AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção**: um estudo na região de Campinas. Campinas, Unicamp, 2001.

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de e LIMA, Roberto Alves de. *Políticas Públicas de Emprego: Considerações a partir do Proger Urbano em Pernambuco*. **Planejamento e Políticas Públicas**, no. 22 de dezembro 2000. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

_____ (org.). **Mercado de Trabalho e Políticas de Emprego**. Recife: Universitária da UFPE, 2003.

ARRETCHE M. **Estado Federativo e políticas Sociais**: determinantes da descentralização. São Paulo, FAPESP, 2000

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL ABDI-. Estudo prospectivo setorial: têxtil e confecção – Brasília: ABDI, 2010.

AGUIAR, M.; ARAÚJO, C. H. *Bolsa escola: educação para enfrentar a pobreza*. Brasília UNESCO, 2002.

ABIT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECÇÃO (2008). **Gerados de Empregos Formais na Cadeia Têxtil**. Disponível em http://www.abit.org.br/site/navegacao.asp?id_menu=8&id_sub=23&IDIOMA=PT&conteudo_dinamico=&tipo= .Acessado em 15/10/2010.

AMORIM, Elaine R. A. e ARAÚJO, Angela. M.C. **O Trabalho Feminino no Novo Paradigma Produtivo: Uma Análise das Trabalhadoras das Indústrias Têxteis e do Vestuário de Campinas e Americana.** Relatório Final apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), Campinas, Unicamp, 1999

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **No limite da Precarização: Terceirização e Trabalho Feminino na Indústria de Confecção.** Campinas: 2003 (Dissertação de Mestrado em Sociologia). UNICAMP.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** Boitempo: São Paulo, 1999.

_____. **Adeus ao Trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000

_____. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais.** In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBECK, Maria Carmelita (Org.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luís – MA: FAPEMA, 2006

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste. Contribuição ao estudo da Questão Agrária no Nordeste.** 5ª Edição. São Paulo - SP: Atlas, 1986.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho.** São Paulo, Boitempo, 2000.

AZEREDO, B. **Políticas Públicas de Emprego: A Experiência Brasileira.** São Paulo: ABET, 1998. (Coleção Teses e Pesquisas, v.1).

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento.** Tese de Doutorado. UNICAMP- SP: 2003.

BARBOSA, Alexandre; MORETO, Amilton. **Políticas de Emprego e Proteção Social.** Organização de Cláudio Salvadori Dedecca. São Paulo: ABET, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Política para Mulheres. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/2009>. Acesso em 15 de Out 2010

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Plano Nacional de habitação - PLANHAB. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/>, Acesso em: 20 /09/ 2010.

BORGES, Ângela. “Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. São Paulo: **Revista Brasileira de Estudos de População** – v.23, n.2, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In Teixeira da Silva, F.C., R. Santos, L.F.C. Costa (orgs.) - Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares. Ed. Campus/Pronex, 1999.

COSTA, Andréia T. Souza da. **Gestão de Custos em pequenas empresas industriais: Uma aplicação ao Pólo Têxtil do Agreste Pernambucano**. Recife, 2004. (Dissertação de Mestrado) - UFPE. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

CARVALHO, Alberto Jorge Santos Lima *et al.* **Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda: as experiências desenvolvidas em Campina Grande** – PB. 2008.

DEMO, Pedro. **Dureza: Pobreza Política de Mulheres Pobres**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

DEDECA, Cláudio. BALTAR, Paulo. **Mercado de trabalho e informalidade nos anos 1990**. Est. Econ. São Paulo, nº 27 (especial) 1997.

DUARTE, Renato. e FUSCO, Wilson. **Migração e Emprego Precário na Atividade de Confeções em Dois Contextos Distintos**: São Paulo (SP) e Toritama (PE). Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br>. Acesso em 08/09/2010.

DRUCK, M. G. **Terceirização: (Des)Fodizando a Fábrica**. Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1995;

_____. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo; Salvador: Edufba, 1999.

DRUCK, G; FILGUEIRAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 10 n. 1 p. 24-34 jan./jun. 2007.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas. Iniciativas de governos subnacionais no Brasil**. São Paulo: NPP/FGV-EAESP, 2003. (Relatório de pesquisa n. 10/2002).

GASPAR NETO, Raimundo Francisco Dias. **As Políticas Públicas de Emprego no Brasil e seus Impactos no Combate ao Desemprego nos anos 90**. (Monografia de Ciências Econômicas), Universidade Católica de Pernambuco, 2004.

GAZZANA, Raquel da Silva. **Trabalho feminino na indústria do vestuário**. *Educação & Sociedade*, nº 61, 1997.

GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos a feira da Sulanca: Uma inserção de migrantes em São Paulo**. São Paulo, 2002. (Dissertação de Mestrado) - USP. Pós – Graduação em Geografia Humana.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Editora Massangana, 1989.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. **Reestruturação produtiva e relações de gênero**. *Revista latino*

Americana de estudos do trabalho, SP, ano 4, n. 7, p. 5-27. 1998.

_____. **Globalização e divisão sexual do trabalho.** Cadernos UNICAMP. Campinas. (17/18) 2001/02, p 139-156.

_____. **Nova divisão sexual do Trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** SP: Boitempo. 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população 2007.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em 10/01/2010.

LIPIETZ, Alain. **Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização.** In: Ensaio FEE. Porto Alegre, nº 10, vol. 2, 1989, p. 303-335.

LIMA, Marli. **Cianorte, onde a China não assusta.** Rede APL do Paraná. 2007.
Inserido em: <http://www.redeapl.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=40>.
Acesso em 01/10/2010

LIMA. Jacob Carlos e SOARES. Maria José Bezerra. **Trabalho Flexível e o Novo Informal.** Caderno do CRH, n 37. Salvador, 2002.

LIMA, Jacob. **Novos espaços produtivos e novas-velhas formas de organização do trabalho:** As experiências com cooperativas de trabalho no Nordeste brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, Dezembro 2005: 91-110

_____. **O trabalho Autogestionário em Cooperativas de produção: o paradigma revisitado.** RBCS, 56, 2004.

_____. Trabalho, auto gestão e mercado. Cadernos do CRH (UFBA) Salvador, BA, volume 19, n. 46, p. 97 a 110. 2006.

_____. **A subcontratação em cooperativas de trabalho no NE.** In: ABREU, A.R.P. (Org.) *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

_____ **Qualidade e Precarização:** Organização da Produção e Gestão do Trabalho no Setor do Vestuário. Revista Política & Trabalho, Setembro de 1996. PP. 61-103. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/ppgs/politica/12-lima.html>. Acessado em 15/10/2010.

LIMA, Ângela Maria de Sousa. **As Faces da Subcontratação do Trabalho:** Um estudo com trabalhadoras e Trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região. Tese de Doutorado da Universidade de Campinas. UNICAMP, 2009.

LIMA, Policarpo. **Economia do Nordeste:** tendências recentes das áreas dinâmicas. Revista Análise Econômica. nº 21, 1994. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/10490/6150>. Acesso em 15/10/2010

LYRA, M. R. S. B. . **SULANCA X MUAMBA:** rede social que alimenta a migração de retorno. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 19, p. 144-154, 2005.

LUPATINI, Márcio. **Relatório Setorial preliminar.** Setor têxtil e vestuário. FINEP. Financiadora de Estudos e Projetos. Rede DPP. 111p. 2004

MARINHO, Josilene Félix. Políticas **Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil.** In: Participação e Controle Sociais no Sistema Público de Emprego: Um Olhar a Partir da Comissão Municipal de Emprego de Campina Grande. Dissertação Mestrado Universidade Federal de Campina Grande – PB. 2009

MELO, Maria Cristina Pereira de. **Reflexões sobre o aprendizado e inovação local na indústria de confecções do Nordeste.** Recife: RECITEC, v.4, n.1, p.117-143, 2000. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/> Acessado em 16/09/2009

MINAYO, Maria Cecília de Souza, **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1996

•
NAVARRO, Vera Lúcia. **O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados.** São Paulo em Perspectiva. 17(2). p. 32-41, 2003.

NETO, Raimundo Francisco Dias Gaspar. **As políticas Públicas de Emprego no Brasil e seus Impactos no Combate ao Desemprego nos Anos 90**. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A economia Brasileira**: crítica à razão dualista. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1987

VERAS DE OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Para discutir os termos da Nova Informalidade: a Questão da *Informalidade* enquanto uma categoria de análise válida para a apreensão da realidade atual das Relações de Trabalho**. Campina Grande: mimeo, 2009.

_____. **Trajétórias e Desafios das Políticas Públicas de Emprego no Brasil**. Campina Grande, mimeo, 2010.

_____. **O Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco**: Ensaio de uma perspectiva de abordagem. Campina Grande, mimeo, 2011.

POCHMANN, Márcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil**: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo: fevereiro, 2007.

_____. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto: 1999

_____. **A Década dos Mitos**: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto: 2001.

_____. Rumos da Política do Trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBECK, Maria Carmelita (Org.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís – MA: FAPEMA, 2006.

_____. (org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: Novos Caminhos para a Inclusão Social.** São Paulo: Cortez, 2002.

PROCHNIK, Victor. **Cadeias Produtivas e Complexos Industriais**, 2002. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/cadeiasprodutivas/pdfs/cadeias_produtivas_e_complexos_industriais.pdf, Acesso em 15/10/2010.

PROCHNIK, V. **Cadeia Têxtil/Confecções.** In: UNICAMP; INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Estudo de Competitividade por Cadeias Integradas Um Esforço Coordenado de Criação de Estratégias Compartilhadas.** 2002. Disponível em: www.ie.ufrj.br/cadeiasprodutivas em junho de 2010.

RIBEIRO, Natália; KRAUSE, Silvana. Participação e Representação Política nas Comissões/Conselhos de Emprego, Trabalho e Renda: a democracia participativa em construção. In: Vêras de Oliveira, R. (org.). **Novo Momento para as Comissões de Emprego no Brasil? Sobre as condições da participação e controle sociais no Sistema Público de Emprego em construção.** Volume 2. São Paulo: A+ Comunicação, 2007.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial** - o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998

SILVA, Sandra Roberta Alves. **A juventude na “Sulanca”:** Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte – PE. Campina Grande – PB, 2009. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – UFCG.

SINGER, P. **Políticas de Apoio à Economia Solidária.** Brasília: Sebrae, 2001.

SOUSA, Rainer. **Constituição de 1988.** In: **Mundo Educação. 2010.** Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/constituicao-1988.htm>. Acesso em 15/11/2010

SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. "Celso Furtado e o Início da Industrialização no Brasil", *Revista de Economia Política* n° 22, ano 2002.

SINDMALHAS. Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas no Estado de Minas Gerais!
História da Confecção. Disponível em:
http://www.sindimalhas.com.br/estudos_conteudo,14,6.html. Acesso em 10/10/2010

TELLES, Vera. **Pobreza e Cidadania.** In: MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho.** São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994.

THEIS, Ivo Marcos. Processo de Acumulação em Blumenau: uma Interpretação Crítica. In: THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antonio; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima, (Orgs.). **Nosso Passado (In) comum: contribuições para o debate sobre a história e historiografia de Blumenau.** Blumenau: Ed. da FURB; Ed.Cultura em Movimento, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002. Disponível em:
http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acesso em Fev. 2011.

TODESCHINI, Remígio. **Desafios para a construção do sistema público de emprego, trabalho e renda.** Brasília: MTE/SPPE/DEQ (Coleção Construindo Institucionalidades), 2007.

VIANNA, L. W. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SITES

<http://www.dhnet.org.br/> Acesso em 15/10/2010.

<http://melquilima.blogspot.com/2009/04/prefeitura-implanta-carreta-de.html>. Acesso em 02/10/2010

<http://www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em 10/10/2010

<http://www.radiofiladelfia.fm5.com.br/>. Acesso em 03/03/2011

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/julho/agora-como-lei-suas-completa-seis-anos-assegurando-protacao-social-a-milhares-de-brasileiros>. Acesso em 03/03/2011